

**Dagmar Junqueira Guimarães Silva**

**Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da  
Universidade Federal de Goiás: História e Memória**

**Universidade Católica de Goiás  
Mestrado em Educação  
Goiânia — 2003**

**Dagmar Junqueira Guimarães Silva**

**Os Cursos Superiores de Matemática da Universidade Católica de Goiás  
e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maurides Batista Macedo F. Oliveira.

Goiânia — 2003

Banca Examinadora

---

Dr.<sup>a</sup>. Maurides Batista de Macedo F. Oliveira  
Presidente

---

Dr.<sup>a</sup>. Heliane Prudente Nunes  
Membro

---

Dr. João Ferreira Oliveira  
Membro

*A meus pais Mário (in memorian) e Oneide, pelo exemplo de garra e dedicação.*

*A meu esposo Homilton, companheiro e amigo, pela compreensão.*

*A meus filhos, Mário Silvio e Daniela, Marco Túlio e Adrielle, pela força e carinho.*

*A meus netos, Ana Carolina, Pedro e Diogo, razão da minha alegria.*

## AGRADECIMENTOS

*A Deus, por acompanhar-me em mais esta caminhada.*

*À Dr<sup>a</sup>. Maurides B. de Macedo F. Oliveira, pela disponibilidade, carinho e orientação segura.*

*Ao meu colega e amigo, Ovídio Cândido de Oliveira Filho, pelo incentivo para que eu fizesse o curso de mestrado.*

*À Universidade Católica de Goiás (UCG), pelo apoio.*

*Aos professores do curso de mestrado, em especial, a meus ex-professores, Iria, Libâneo, Caneca, Elianda, Maurinha, Maria Helena, Marília pelos ensinamentos.*

*Aos colegas, Maria do Carmo, Nilva, Abraão, Sonia, Carla, Estelamares, Baltazar, Carmen, Leal, Luciano, Fábio, Vera, Miguel pela presença amiga, sobretudo nos momentos mais difíceis.*

*Aos entrevistados, pela grande contribuição para este trabalho.*

*Aos bolsistas, Kheity, Rodrigo, Marise, Rafaela e Marta, do Programa de Iniciação Científica, pela transcrição das fitas.*

*Aos funcionários do Centro de Processamento de Dados (CPD), da Secretaria Geral, da Biblioteca da UCG, do Departamento Assuntos Acadêmicos (DAA) e da Divisão de Arquivo da Universidade Federal de Goiás (UFG) pela boa vontade em disponibilizar os dados necessários para o desenvolvimento do trabalho.*

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO 1 — A MATEMÁTICA NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE</b>	21
1.1 A história da Matemática na Antiguidade	21
1.2 A Universidade na Idade Média e a Matemática	23
1.3 A Universidade na Idade Moderna e os cursos superiores de Matemática	27
1.4 Os cursos superiores na Colônia	30
1.5 Os cursos superiores no Brasil Império e a Matemática	33
1.6 A República e as instituições de ensino superior	40
1.7 Os cursos superiores na era Vargas (1930 – 1945)	43
1.8 As universidades brasileiras de 1945 até a década de 1960	46
1.9 O ensino superior em Goiás até a década de 1960	49
<b>CAPÍTULO 2 — O CURSO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (UCG)</b>	58
2.1 A criação do curso de Matemática na Universidade Católica de Goiás (UCG)	58
2.2 A consolidação e funcionamento até os dias atuais	63
2.3 As reformas curriculares no curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás (UCG)	70
2.4 Perfil dos alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás (UCG)	80
<b>CAPÍTULO 3 — O CURSO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DA CRIAÇÃO ATÉ DIAS ATUAIS</b>	91
3.1 A Faculdade de Filosofia e o curso de Matemática da Universidade Federal de Goiás	91
3.2 O Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás: das idéias à criação	93
3.3 O Instituto de Matemática e Física e o golpe militar de 1964	102
3.4 Da consolidação do Instituto de Matemática e Física aos dias atuais	105

3.5 O crescimento da Licenciatura no curso de Matemática da Universidade Federal de Goiás (UFG) .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	122
<b>ANEXOS</b> .....	127

## LISTA DE SIGLAS

CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPD	Centro de Processamento de Dados
DAA	Departamento de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal de Goiás
DE	Dedicação Exclusiva
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
IES	Instituição de Ensino Superior
IME	Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás
IMF	Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Mack-SP	Universidade Mackenzie de São Paulo
MAF	Departamento de Matemática e Física da Universidade Católica de Goiás
MEC	Ministério da Educação e Cultura
UCG	Universidade Católica de Goiás
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
VA	Vice-Reitoria Acadêmica da Universidade Católica de Goiás



## LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Situação do ensino superior em Goiás até o final da década de 1960.....	57
Tabela	2	Número de alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás de 1961 a 1967.....	62
Tabela	3	Número de alunos do curso de Matemática e número de alunos da Universidade Católica Goiás de 1973/2º semestre a 1976/2º semestre	63
Tabela	4	Diretores do Departamento de Matemática e Física (1961-2003).....	65
Tabela	5	Professores do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás e respectiva titulação.....	66
Tabela	6	Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Católica de Goiás – Matrícula por semestre, ingresso por vestibular (1987-1996).....	75
Tabela	7	Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Católica de Goiás – Matrícula geral por semestre (1987-1994).....	75
Tabela	8	Instituições de ensino superior com cursos de Matemática no estado de Goiás (2003).....	79
Tabela	9	Situação dos alunos que ingressam no curso de Matemática por vestibular de 1994/2 a 2001/2º semestre.....	81
Tabela	10	Formandos do curso de Matemática (1964-1992).....	84
Tabela	11	Conceitos atribuídos ao curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás pelo Exame Nacional de Cursos (1998 – 2002).....	86
Tabela	12	Número de alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 1994 a 2003 .....	89
Tabela	13	Relação dos professores do curso de Matemática da Universidade Federal de Goiás e respectiva titulação por ocasião da criação do Instituto de Matemática e Física (1964) .....	108
Tabela	14	Relação dos professores do curso de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás e respectiva titulação (2003) .....	109
Tabela	15	Desempenho do curso de graduação em Matemática da Universidade Federal de Goiás (2003) .....	114
Tabela	16	Egressos dos cursos de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Goiás (1987-1996).....	116

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Professor José Afonso ministrando aula para os alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás em 1964 .....	64
Figura 2	Formandos da primeira turma do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 1964.....	82
Figura 3	Formandos dos cursos de Matemática e Física da Universidade Católica de Goiás em 1970 .....	85
Figura 4	Atividade remunerada exercida pelos alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 2002/1º semestre .....	85
Figura 5	Idade dos alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 2002/1º semestre .....	87
Figura 6	Dificuldades que os alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás têm enfrentado para estudar .....	89

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender e analisar o processo de criação e consolidação dos cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), reconstruindo a trajetória histórica de cada um, por meio de documentos escritos e da memória de seus construtores. Aborda seus pontos altos, suas crises e sua contribuição para a sociedade goiana na formação de professores e bacharéis. Resgata a história dos cursos desde a sua criação, destacando vários momentos como o início da década de 1960. Analisa a repercussão do golpe militar de 1964 e da reforma universitária de 1968 nos dois cursos. Busca as raízes da criação da universidade e do ensino superior de Matemática em diversas épocas e enfatiza a criação da Universidade Católica de Goiás (1959) e da Universidade Federal de Goiás (1960). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza os recursos da história oral. Foram usadas entrevistas semi-estruturadas com professores, ex-professores e idealizadores dos cursos em questão, documentos escritos, como atas, anuários, boletins, processos, livros de registros das secretarias. O estudo permite concluir que, embora tenham sido criados em Faculdade de Ciências e Letras, com o objetivo de formar professores para atender à necessidade de professores qualificados para o ensino de Matemática no estado de Goiás, no decorrer dos anos, os dois cursos passaram a apresentar características distintas: o da UCG passou a integrar o Departamento de Matemática e Física, continuando com seu ideal de formar professores, ao passo que o da UFG, do então Instituto de Matemática e Física, tem como objetivo a formação de bacharéis, embora atualmente haja uma vertente mais acentuada para a licenciatura.

Palavras-chave: Cursos de Matemática. Universidade Federal de Goiás. Universidade Católica de Goiás. História. Educação.

## **ABSTRACT**

The aim of this research was to understand and analyze the process of the setting up and consolidation of the Mathematics courses at the Catholic University of Goiás (UCG) and the Federal University of Goiás (UFG), by following the historical path of each through written documentation and the memories of their founders. The study touches on their high points, crises and contribution to society in the formation of teachers and Bachelors. It traces the history of the courses from their foundation, with particular emphasis on moments such as the beginning of the 60s. It analyzes the repercussions of the 1964 military coup and the 1968 university reforms on the two courses. It looks at the formation of the university and Third Level teaching of Mathematics at different times and points to the significance of the foundation of the Catholic University of Goiás (1959) and the Federal University of Goiás (1960). It is a qualitative research which uses the resources of oral history. Semi-structured interviews with lecturers, former lecturers and idealizers of the courses in question, written documents such as minutes, yearbooks, bulletins, legal documents and secretarial records were used. Even though the courses were set up within a Faculty of Science and Letters with the aim of forming teachers to respond to the need for qualified personnel in the teaching of Mathematics in the State of Goiás, from the study, it could be concluded that, with the passage of time, both courses presented distinctive characteristics: the UCG course became part of the Department of Mathematics and Physics while maintaining its ideal of forming teachers, while the UFG course of the then Institute for Mathematics and Physics aims at forming Bachelors, even though nowadays it tends more towards the Licentiate.

Key words: Mathematics courses. Federal University of Goiás. Catholic University of Goiás. History. Education.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, várias pesquisas sobre ensino superior vêm se desenvolvendo em Goiás. Algumas privilegiam o ensino, outras, novas tecnologias, a formação profissional, os currículos, outras, a criação da Universidade, enfim, cada uma, com seus objetivos e metodologia, mostra uma face da universidade, porém, nenhuma abordou especificamente a história dos cursos superiores de Matemática em Goiânia-GO.

A presente investigação tem como objeto de estudo a história dos cursos superiores de Matemática da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), mostrando como se deram sua criação, implantação e consolidação em mais de quarenta anos de existência. Para cumprir esse objetivo, baseia-se nas memórias de algumas pessoas, dentre muitas que participaram da construção desses cursos.

Para conhecer a história dos cursos que formam uma instituição, é muito importante buscar suas características, resgatar sua história na sociedade em que se inserem. Por isso, é relevante e original este trabalho, considerando que não há outra pesquisa similar e no seu decorrer, constatou-se que nem registros organizados sobre os temas em tela existem, sobretudo na UCG; daí, a importância deste estudo.

Este estudo faz parte de um contexto social mais amplo, os cursos superiores, um *locus* de mudanças e de transformação da sociedade. Com essa compreensão, busca-se um diálogo entre passado e presente para reconstruir a sua história na UCG e na UFG.

Para cumprir o objetivo proposto, utiliza-se a abordagem qualitativa, pois se pretende compreender a criação e consolidação dos curso de Matemática da UCG e da UFG, por meio do olhar dos envolvidos e a obtenção de dados que privilegiam mais o

processo do que o produto. Essa abordagem permite usar vários procedimentos de coleta de dados e fazer uma análise do objeto de pesquisa, de forma que os fatos apurados componham o todo.

Segundo Lüdke (1986, p. 12), são características da pesquisa qualitativa:

O material obtido nessas pesquisas é rico em descrição de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e estratos de vários tipos de documentos. (...) O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. (...) Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas.

Martins (2002, p. 19) considera que a validade é o principal quesito da pesquisa qualitativa, pois ela procura explicitar os diferentes pontos de vista de uma situação social, cabendo ao pesquisador a tarefa de mostrar as divergências encontradas.

Metodologicamente, usa-se a história oral para reconstituir, por meio de documentos e da memória dos seus construtores, a trajetória dos cursos superiores de Matemática em Goiânia. As entrevistas, ao lado de outros documentos escritos, foram utilizadas para recompor o passado, por meio das experiências vividas pelos construtores desses cursos. A história oral ofereceu suporte na busca de relatos a respeito de fatos ainda não registrados. Como observa Garcia (1994, p. 19): “a ‘história oral’ vem sendo utilizada (...) na pesquisa histórica em que se procura por meio de testemunhos reconstituir a ‘verdade’ de fatos ou acontecimentos pretéritos”.

Nesse sentido, é interessante também a contribuição de Cruz Neto (2000, p. 57) que afirma:

Através dela [da entrevista], o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e

neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

É importante ressaltar como os entrevistados, quando recompunham suas histórias de vida, apresentaram lembranças ricas e cheias de meandros, que possibilitaram entender a origem dos cursos em estudo e a nortear este trabalho.

Torna-se oportuno também citar Ecléia Bosi, referindo-se a Halbwachs: “Na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55).

A definição dos sujeitos a serem entrevistados constitui um primeiro problema: quem devem ser as pessoas a serem entrevistadas? Quantas pessoas devem ser entrevistadas?

As fontes orais tiveram como marco zero o professor José Afonso Rodrigues Alves, ex-aluno da primeira turma (1961) do então recém-criado curso de Matemática da Universidade de Goiás – atualmente Universidade Católica de Goiás (UCG). Logo que se formou, em 1964, ingressou como professor nessa instituição de ensino, na qual permanece até os dias atuais. Sua vivência na instituição, sua história de vida e sua memória conduziram aos primeiros anos de funcionamento do curso de Matemática em Goiás e, ao mesmo tempo, a outros entrevistados e, assim, a rede de entrevistados se constituiu.

No transcorrer do estudo, a problematização foi tomando forma e exigiu maior aprofundamento dos estudos, o que foi possível cruzando os dados de documentos orais e escritos com o suporte teórico adquirido ao longo das disciplinas realizadas no curso de mestrado.

Assim, no diálogo com as fontes, o interesse recaiu sobre os pontos altos, baixos e crises dos cursos, pelo contexto político e social de cada época, desde a criação dos cursos até a atualidade. Com o diálogo com os entrevistados, a pesquisa ganhou vida e novos problemas foram levantados: por que e quando foram criados os cursos? Como foram originados? Qual tem sido o comprometimento de cada curso com a formação de professores e de pesquisadores? Como foram organizados? Como foi a trajetória dos cursos, desde a criação até os dias atuais? Qual o perfil de seus professores nos períodos de sua criação, sua consolidação e no momento atual? Como seus construtores representam e interpretam suas atuações ao longo desse processo?

Paul Thompson afirma com muita propriedade: “A utilização da evidência oral rompe barreiras entre os cronistas e seu público; entre a instituição educacional e o mundo exterior. Essa mudança brota da natureza essencialmente criativa e cooperativa da história oral”.(THOMPSON, 1998, p. 22).

Oliveira (1997, p. 3) assinala: “Não estamos vendo a documentação oral como panacéia, mas é inegável sua importância hoje para o historiador da chamada Micro História, para aqueles que, como nós, têm se preocupado em reconstituir a história regional”.

Nesse sentido, este estudo apóia-se em Halbwachs (1990, p. 60) para trabalhar a reconstituição histórica, tendo como suporte as memórias dos entrevistados. O autor afirma:

Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto.

Assim, utilizam-se as memórias coletivas e individuais de sujeitos que se apóiam mutuamente e que dividiram uma mesma experiência - a criação dos cursos de Matemática da UCG e da UFG.



Afirma Halbwachs (1990, p. 25):

Fazemos apelos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. (...) Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

As entrevistas semi-estruturadas temáticas têm o objetivo de responder à problematização da pesquisa, mas não foram raras as vezes em que os entrevistados se alongavam em seu discurso, como se estivessem fazendo uma história de suas vidas, o que é confirmado pelas palavras de Oliveira (1997, p. 11):

Trabalhar com a oralidade pressupõe, antes de mais nada, um relacionamento entre o pesquisador e o entrevistado, uma troca entre dois sujeitos, quando então se pode reabrir o diálogo entre o passado e o presente. E esta volta ao passado fez com que muitas entrevistas fossem carregadas de muita emoção, com falas entrecortadas de lágrimas e saudosismos.

Vários atores desse processo foram entrevistados: professores, ex-professores, ex-alunos dos cursos, mentores intelectuais dos dois cursos em estudo, somando ao todo vinte pessoas. Essas entrevistas ocorreram nas casas dos professores ou nas universidades, local de seus trabalhos.

*A opção pelas fontes orais foi planejada apenas para enriquecer o trabalho, no entanto, acabaram por se constituir no maior suporte para a pesquisa e de grande*

*valor para a compreensão da trajetória dos cursos em estudo e da visão de universidade presente na voz dos diversos entrevistados. Nesse sentido, é importante a afirmação de Oliveira (1997, p. 9): “Procuramos apreender o significado que os fatos tiveram para os narradores, entender como eles interpretaram estes fatos e explorar também a diversidade das interpretações, trabalhando as diferenças e contradições contidas nas narrativas”.*

Como professora de Matemática o intuito de pesquisar a construção dos cursos de Matemática da UCG e da UFG foi resgatar o compromisso de educadora com o olhar voltado para a necessidade de investigar os meandros dos cursos de Matemática no tocante à formação de seus professores, os continuadores do ensino de Matemática.

**As análises dos depoimentos foram feitas de maneira a confrontar os depoimentos, sempre na espera de completá-los com outras informações, pois conforme se conhecia a constituição dos cursos de Matemática da UCG e da UFG, novas indagações iam surgindo. Embora a pesquisadora seja professora do Departamento de Matemática e Física da UCG e acreditasse conhecer a realidade do curso de Matemática, grande foi a sua surpresa ao constatar que seu conhecimento era apenas superficial.**

*É interessante registrar como foi gratificante compreender os vários momentos vividos pelos cursos, segundo a ótica das pessoas que a eles se dedicaram. Conforme a pesquisa ia se desenrolando e no processo de trabalho com as entrevistas, um sentimento de afeição e comprometimento se apoderou, da pesquisadora, levando-a a trabalhar a construção do objeto com grande entusiasmo e dedicação.*

Durante o curso de Mestrado e o trabalho de pesquisa, era comum as pessoas fazerem duas indagações. A primeira dizia respeito ao fato de a pesquisadora ser professora de Matemática e ter optado pelo mestrado em educação brasileira e a segunda referia-se à escolha da história oral como metodologia de pesquisa. No início, o primeiro questionamento era intrigante, pois, ficavam a inquietações: será que o professor de Matemática não é um educador? Será que ele não merece se apropriar das leituras e estudos da educação? Será que ele tem que ser um alienado em relação às teorias e políticas pedagógicas? Claro que não. Por isso, nem preocupava esta indagação. No início do trabalho, o segundo item gerou uma certa preocupação, porém no desenvolver da pesquisa foi se constituindo em valioso instrumento para compor os cursos em estudo.

Ao buscar os diferentes significados da vivência institucional de cada entrevistado, por meio de suas memórias, pôde-se compreender melhor o objeto investigado. Os vários embates ficaram evidentes nas vozes dos entrevistados, a exemplo da interferência do golpe militar na UFG, que deixou marcas dolorosas nos depoentes, que mostraram ser a vida, em qualquer instituição de ensino, repleta de conflitos e tensões porque está envolvida com a sociedade na qual se insere.

A animação de enfrentar o desafio da investigação aumentava conforme se realizava o levantamento dos dados escritos e se defrontava com o fato de haver poucos registros sobre os cursos de Matemática, sobretudo na da UCG. Nesta instituição, depois de várias peregrinações pelos diversos

setores, encontraram-se pistas que se juntaram como se fossem retalhos. Já a UFG dispõe de uma seção de arquivos com maior número de dados, porém, ainda em fase de constituição.

Foram usados também vários documentos escritos, como atas, anuários, boletins, processos, livros de registros das secretárias, para completar as informações.

Para organizar essas reflexões, este trabalho é composto de três capítulos.

O primeiro procura fazer um estudo da história da criação da universidade, destacando o surgimento do ensino e dos cursos de Matemática, inicialmente no mundo, em seguida no Brasil e, finalmente, em Goiás.

O segundo constrói a história do curso de Matemática da UCG, desde a sua criação na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da antiga Universidade de Goiás, até os dias atuais no Departamento de Matemática e Física da UCG.

Já o terceiro capítulo traça a trajetória do curso de Matemática da UFG, criado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFG e depois transferido para o Instituto de Matemática e Física da UFG, atualmente Instituto de Matemática e Estatística (IME) da UFG.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No ano de 1996, o Instituto de Matemática e Física da UFG desmembrou-se em três unidades: o Instituto de Física(IF), o Instituto de Matemática e Estatística (IME) e o Instituto de Informática(II).

Assim, à luz dessas idéias, este estudo pretende resgatar a história da criação e consolidação dos cursos superiores de Matemática da UFG e da UCG, desde a sua criação até o final da década de 1990. Espera-se que as discussões realizadas nesta investigação possam contribuir para futuros estudos sobre os cursos que foram objeto da pesquisa.



## CAPÍTULO 1

### A MATEMÁTICA NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE

**Para estudar os cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás, é necessário, na ótica do presente, analisar a gênese e o desenvolvimento da universidade no passado, com o objetivo de entender a criação desses cursos superiores nessas instituições.**

**O capítulo pretende fazer um breve estudo da universidade, nela situando os cursos de Matemática em várias épocas, até a Idade Moderna, quando as atenções se dirigem para a criação dos cursos superiores no Brasil, sobretudo os de Matemática.**

**O estudo analisa o processo de constituição do ensino superior em Goiás até a criação da Universidade, na década de 1960, quando o enfoque será dirigido para os cursos objeto deste trabalho.**

#### 1.1 A história da Matemática na Antiguidade

**A Matemática, em seus primórdios, surgiu para atender a necessidade do homem na resolução de problemas práticos ligados ao comércio, a medidas de terras, à construção de monumentos, ao pagamento de impostos, etc. Os historiadores registram sinais dessa**

ciência em civilizações antigas. Os primeiros indícios de conhecimento matemático datam de mais ou menos 2.500 a.C., com os egípcios e, por volta de 2000 a.C., com os babilônios. Estes últimos criaram as primeiras formas de numeração decimal, que continuou com este caráter utilitário por vários séculos.

No século XVII a.C., foi escrito, no Egito, por Ahmes, um papiro contendo problemas matemáticos. Este documento só foi descoberto 36 séculos depois, no século XIX, sendo considerado o primeiro documento conhecido sobre a Matemática.

Não se pode falar da origem da Matemática sem registrar o nome do filósofo Pitágoras, que viveu no século VI a.C. no sul da Itália, e fundou uma escola na qual eram estudados assuntos místicos, filosóficos e matemáticos.

A civilização grega deu à Matemática da Antigüidade um caráter mais formal que a produção egípcia e babilônica. Além do uso utilitário, conferiu-lhe uma linguagem própria e transformou as soluções particulares em gerais. O registro mais importante desta época é o livro *Os elementos*, de Euclides que, segundo registros de historiadores, data do século III a.C. Já em 641 da era cristã, os árabes constituíram, em Alexandria, um grande centro matemático que foi, em 750, transferido para Bagdá.

Os árabes eram guerreiros e conquistadores de outras nações. No início, preocupavam-se apenas em impor a língua aos povos vencidos,

**mas, em 750 d.C., o espírito guerreiro abrandou-se, e os árabes demonstram interesse pela cultura das civilizações conquistadas e começaram a traduzir para a sua língua as obras importantes da cultura grega da época, como por exemplo, *Os elementos*, de Euclides.**

**Os árabes desenvolveram de maneira significativa a álgebra e a geometria e proporcionaram amplos conhecimentos matemáticos à Europa medieval.**

**Ainda na Idade Média, durante o reinado de Carlos Magno, no século VIII, criaram-se escolas que, na opinião dos historiadores, foram precursoras das universidades européias e sobre as quais Silva ( 1992, p.17) escreve:**

**Dessa forma a partir do reinado de Carlos Magno no século VIII, e nos séculos IX e X , ampliaram-se as escolas religiosas e as escolas dos Palácios, as quais, nos séculos seguintes, se transformaram em escolas urbanas que, em virtude das profundas modificações que estavam ocorrendo nas estruturas econômicas e sociais do Ocidente, passaram a ser o terreno fértil a partir do qual floresceriam as Universidades.**

**Nesse contexto, as escolas religiosas urbanas passaram a existir em várias regiões do Ocidente, e a burguesia passou a reivindicar, para seus filhos, um ensino mais elevado que o praticado nas escolas religiosas . Daí, então, começaram a surgir escolas fora dos templos.**

## **1.2 A universidade na Idade Média e a Matemática**



De acordo com Rossato (1998, p. 15-18), no início da Idade Média, os mosteiros constituíam os únicos centros de cultura erudita existentes na Europa ocidental. O ensino neles ministrados era dedicado, quase que exclusivamente, à formação do clérigo, ou seja, preocupava-se apenas em formar jovens para atender às necessidades da Igreja. Nos séculos XI e XII, período pós-guerra, com a aceleração da economia, com o aparecimento de instituições públicas e privadas, com a reforma da Igreja feita pelo Concílio de Latrão Terceiro, em 1179, e o Quarto, em 1215, com a abertura para outros povos especialmente os mediterrâneos, o Ocidente sofreu influências culturais significativas e benéficas.

Na Antiguidade, a Grécia sobrepujava outros povos no desenvolvimento da Matemática, e na Idade Média, esse domínio passou para o mundo árabe.

Rossato (1998, p. 19) registra que, embalada pelo contexto da época, pela volta à cultura greco-romana e pela semente das grandes escolas do mundo árabe, a Igreja, com a força dos concílios referidos anteriormente, que obrigavam a toda catedral manter escola gratuita, criou as primeiras universidades na Península Itálica. Elas surgiram como corporações constituídas por alunos e professores e recebiam nomes diferentes como: *confraria*, *studia*, *universitas*. Os *studia*, graças à divulgação do ensino de qualidade ministrado, começaram a atrair estudantes de várias partes da Europa cristã e, em razão desse sentido geral, passou a se chamar *studia*

*generalia*. Para que essa instituição tivesse o direito de ensinar ou conferir grau, tinha que ter autorização do papa, do imperador ou do rei. Os *studia generalia* mais conhecidos foram de Paris, Bolonha, Nápoles e Oxford (ROSSATO, 1998, p. 18).

A universidade surgiu em um contexto de urbanização e de grandes transformações econômicas, no momento em que a burguesia emergiu. Segundo Le Goff (1998, p. 8) “a evolução da escola se inscreve na revolução urbana dos séculos X a XII.” Uma sociedade que se urbaniza e que desenvolve o comércio precisa dominar conhecimentos matemáticos, mesmo que elementares.

Bolonha (1088) e Paris (1150) são reconhecidas como as duas primeiras universidades criadas na Europa. Outras também surgiram nesse período como a Universidade de Salerno (ROSSATO, 1998, p. 21).

No século XIII, as universidades já criadas consolidaram-se e outras novas surgiram a ponto desse século ser chamado *o século das universidades*. As universidades estabelecidas na época eram de três modalidades: as *surgidas das migrações* que, na maioria das vezes, se originaram de embates entre professores e alunos ou entre civis e autoridades universitárias (Vicenza, Arezzo e Pádua, na Itália; Orleans, na França, e Cambridge, na Inglaterra); as *universidades plantadas*, criadas para atender aos objetivos da Igreja ou de autoridades, como reis (Toulouse, Palência, Roma), e as *espontâneas*, que emergiram em regiões que já possuíam um campo

fértil de ensino como a de Oxford na Inglaterra (ROSSATO, 1998, p. 29-31).

O século XIII foi berço de importantes universidades fora da França e da Itália. Surgiram as universidades espanholas, como Palência (1178), Salamanca (1218), Oxford, , Valladolid (1250) e Sevilha (1254). Completando a lista das grandes universidades nascidas nesse século, em 1290 Lisboa criou a sua primeira universidade, que exerceu influência no ensino de Matemática no Brasil. O ensino de Matemática nessa universidade, porém, não existiu por muitos anos.

Como afirma Silva (1992 , p. 20), as universidades da França, da Itália, da Grã-Bretanha e da Espanha privilegiavam o ensino de Leis, Medicina e Artes, ao passo que o Oriente já abrigava grandes matemáticos, como Bhascara, Aryabhata e outros, que fizeram importantes descobertas na Álgebra e na Geometria.

Segundo Miorim (1998, p. 29), “o que aconteceu foi que, com a queda do Império Romano, o centro de seu desenvolvimento se deslocou para o Oriente. Matemáticos chineses, hindus, persas e árabes dariam importantes contribuições durante o período de escassez do ocidente”.

Corroborar essa opinião Boyer (2002, p. 68), ao afirmar que há um exagero dos historiadores em educação, ao concentrarem na Europa, durante a Idade Média, os avanços da Matemática, pois, nessa época cinco civilizações, China, Índia, Arábia, Império do Ocidente ou Romano e o Império do Oriente ou Bizantino, escrevendo em cinco línguas

**diferentes, foram responsáveis pela maior parte do conteúdo da Matemática medieval.**

**Houve, portanto, nesse período um crescimento considerável, a que Boyer (2002, p. 177) refere-se com as seguintes palavras: “O século treze apresenta um progresso tão grande com relação ao que o precede na Idade Média que ocasionalmente, e não imparcialmente, tem sido considerado como o ‘maior dos séculos’”.**

**O ensino de Matemática em Portugal, portanto, só veio acontecer na *Escola de Sagres*, tendo como vetor o interesse pela navegação, porque durante muitos anos não havia quem tivesse interesse em ensiná-la, conforme relata Silva (1992, p.20):**

**o ensino de Matemática na Universidade de Lisboa, depois de Coimbra, ficou relegado, de modo inconsciente, para mais tarde. É na ‘Escola de Sagres’, criada por D. Henrique (1394-1460), que o ensino de Matemática em Portugal adquire seu caráter institucional, por volta de 1420 (...). Como é sabido, aquela Escola se destinava a preparar navegantes – pilotos – e marinheiros, bem como aperfeiçoar os instrumentos náuticos e as embarcações.**

**A precisão necessária na utilização dos instrumentos náuticos demandava conhecimentos matemáticos, e a navegação era a atividade mais importante do reino português. Como já dizia o poeta Fernando Pessoa: “Navegar é preciso, viver não é preciso”.**

**Em suas análises, Le Goff (1995, p. 59-60) assinala também o crescimento das universidades nesse período:**

**o século XIII é o século das universidades porque é o das corporações. Em cada cidade onde existe um ofício agrupando um número significativo de membros, estes se organizam para a defesa de seus**

interesses e a instauração de um monopólio em seu proveito (...). Bolonha, Paris, Oxford não conhecerão jamais tantos mestres e estudantes, e o método universitário – a escolástica - não erigirá monumentos mais brilhantes do que as sùmulas de Alberto Magno, Alexandre de Hales, Roger Bacon, São Boaventura e São Tomás de Aquino.

Ao final desse século, as universidades já eram em número de 21 ou 22; durante o século XIV, 24 novas universidades nasceram e algumas delas gozariam de grande prestígio, como as de Heidelberg, Viena e Praga (ROSSATO, 1998, p. 32).

No século XV, a universidade surgiu fora da Europa, a exemplo da de Istambul (1453), que teve papel importante para o desenvolvimento cultural do Oriente e só passou-se a assemelhar às universidades ocidentais em 1909, após duas reformas. A criação da Universidade de Istambul ocorreu em razão da conquista de Constantinopla pelos turcos, provocando a fuga de muitos sábios para o Ocidente, levando consigo seus escritos.

Como o objeto desta pesquisa é o ensino de Matemática, é importante ressaltar que, no século XV, já começava a existir o ensino de Matemática, como na Universidade de Oxford, porém de uma forma restrita. As universidades italianas, alemãs e polonesas tomaram a frente no estudo da Matemática, mas não se pode desprezar que na Idade Média, outras civilizações fora da Europa se destacaram na história da Matemática, como China, Índia, Arábia, o Império do Oriente ou Bizantino e o Império Romano (BOYER, 2002, p. 36).

**As universidades da Idade Média tinham os cursos de Teologia, Direito, Medicina e Artes Liberais e conferiam os graus de licença de ensinar, o bacharelado (após cinco ou sete anos na própria classe e depois de quatro ou cinco anos de exercício, o aluno podia candidatar-se à licença e ao doutorado) e o doutorado, conforme registra Rossato (1998, p. 36).**

**Ainda segundo Rossato (1998, p. 36), ao fim da Idade Média, por volta de 1500, a Europa contava com umas oitenta universidades - algumas desapareceram, outras mudaram o local de sua sede e outras permaneceram, dependendo das circunstâncias de cada época e lugar.**

**Porém, Boyer (2002, p.168) assinala que, durante a Idade Média, as pessoas que se destacavam em Matemática viviam na Ásia Islâmica e escreviam em árabe, ao passo que, na época posterior, viviam na Europa e escreviam em latim.**

### **1.3 A universidade na Idade Moderna e os cursos superiores de Matemática**

**No século XVI, ocorreu uma revolução intelectual com várias mudanças e descobertas. A Europa assistia à reforma de Lutero, a qual acabou por desencadear guerras religiosas. Segundo Rossato (1998, p. 42): “evidentemente que a universidade não permaneceu imune a essa situação, aliás, muitas delas, por consequência, mudaram de religião quando o seu senhor também mudou e impôs sua decisão pela força das armas”.**

**A universidade medieval, que tinha atingido seu auge, declinou, algumas extinguiram-se por causa das guerras de religião e também porque o surgimento do humanismo, que buscava novas formas de vida e de alimentar a mente inquieta dos intelectuais, bateu de frente com o conservadorismo das universidades mais antigas. Outro fator que competiu com a universidade foi a criação dos colégios<sup>2</sup> que, muitas vezes, disputavam os mesmos alunos (ROSSATO, 1998, p. 45).**

**De acordo com o autor citado, o século XVI assistiu ao grande crescimento da Contra-reforma quando foram criadas novas congregações, como a dos jesuítas.**

**Apesar dos empecilhos citados, novas universidades foram criadas na Europa na época moderna, porém não gozavam do mesmo prestígio que as da Idade Média ou as do séculos posteriores.**

**No século XVI, ao passo que as universidades das regiões, nas quais o conflito religioso era eminente, declinavam, as de outras regiões, como Espanha e Itália, viveram uma época de crescimento, pois receberam muitos mestres oriundos das regiões de conflito e fizeram menor oposição aos humanistas.**

**Várias universidades foram criadas à luz do protestantismo, o que levou a Igreja Católica a expandir também as universidades nas áreas controladas por reis católicos.**

**Nesse contexto paradoxal de crise e, ao mesmo tempo, de expansão da universidade, somente no século XVI iniciou-se, em Portugal, a fase teórica dos estudos superiores de Matemática, com o matemático Pedro Nunes (SILVA, 1992, p. 20).**

**Com o desenvolvimento mais acelerado da urbanização e da indústria manufatureira da Europa ocidental, na Idade Moderna, surgiram grandes matemáticos, como Leonhard Euler (1707-1783), Daniel Bernoulli (1700-1782), Jakob Bernoulli I (1654-1705), J. Bernoulli (1667-1748), Pierre de Fermat (1601-1665), de Leibniz (1646-1716), Isaac Newton (1643-1727), conforme assinala Silva (1992, p. 34). Esses matemáticos não chegaram a influenciar a disciplina ensinada em Portugal, diante do isolamento cultural português vivido por longos anos, alheio ao que acontecia em outros países, porém, determinaram novos rumos para o conhecimento matemático, para a ciências e, especialmente, para a Revolução Industrial (SILVA, 1992, p. 40).**

**Segundo Silva (1992, p.37), em 1772, porém, depois da reforma universitária de Coimbra, foi criada a Faculdade de Matemática e começou então um aceno para o ensinamento mais atualizado da disciplina, mas sem acompanhar o desenvolvimento de outros países, como a França.**

**Silva (1994, p. 5) aponta a criação da Faculdade de Matemática, na Universidade de Coimbra, com a reforma pombalina, que veio dar à ciência o lugar por ela merecido, conforme registram seus estatutos:**

---

<sup>2</sup> Criação medieval que, segundo alguns autores, chegou a competir com as universidades da época.



**Sou servido criar e estabelecer a Profissão Mathemática na Universidade de Coimbra em Corpo de Faculdade para que sirva perpetuamente a todas as corporações de modelo. (...) E para que no Gremio dela não somente se conserve, e perpetue o Ensino público, e geral das Sciencias exactas, mas também se criem Mathematicos consummados, que possam suceder nas Cadeiras, e ser empregados no serviço da Patria (Estatutos de 1772, livros 111,145, apud SILVA 1994, p. 5).**

**Merece registro, segundo Bretas (1991, p. 88-90), que de 1772 a 1872, quinze jovens goianos foram estudar na Universidade de Coimbra. Destes doze deles começaram o curso de Direito, quatro transferiram-se para o Curso de Matemática; dois já iniciaram seus estudos no curso de Matemática; um começou o curso de Filosofia, passou depois para o de Direito e depois para o de Matemática. Apenas três desses jovens voltaram para Goiás, onde exerceram cargos políticos.**

**Alguns historiadores mostram que a criação da Faculdade de Matemática em Portugal, no século XVIII, foi um avanço, caso se tome como referencial outros países, como a Alemanha, que somente teve a sua primeira Faculdade de Matemática em 1863.**

**Do Renascimento ao século XVIII, o foco da atividade matemática deslocou-se da Alemanha para a Itália, para a França, para a Holanda e para a Inglaterra (BOYER, 2002, p.303).**

**Apesar de registros dos historiadores de que a reforma universitária empreendida pelo Marquês de Pombal na Universidade de Coimbra (1772) tenha trazido pontos positivos para o ensino, é necessário acrescentar que o curso de Matemática ministrado em Portugal deixava**

**muito a desejar no tocante ao avanço dos ensinamentos para a pesquisa e para a divulgação de conhecimentos já existentes e efetuados em outros países.**

**Os professores contratados para ensinar Matemática na Universidade de Coimbra, depois da reforma, não eram os mais renomados que existiam na época, preocupados em pesquisar e formar discípulos para serem seus seguidores.**

#### **1.4 Os cursos superiores na Colônia**

**Para falar da Matemática no Brasil, é necessário reportar-se ao ensino superior português, responsável pela formação dos primeiros professores de Matemática vindos para o Brasil.**

**Durante quatro séculos, Portugal teve apenas uma universidade que se instalava ora em Coimbra, ora em Lisboa, até que, no século XVI, se fixou em Lisboa.**

**É curioso ressaltar que a Universidade de Coimbra só possuía uma cadeira de Matemática, que ficava na Faculdade de Medicina. Só depois da reforma implementada pelo Marquês de Pombal (1759), é que essa universidade criou o curso de Matemática, com duração de quatro**

**anos, conforme registra Silva (1992, p.20). A Matemática, portanto, saiu da obscuridade e passou a ocupar um lugar privilegiado.**

**Historiadores da educação destacam que os colégios dos jesuítas se equiparavam às universidades da América hispânica, e este pode ser também mais um fator que talvez possa justificar a acomodação referente à criação das universidades no Brasil. Sobre este assunto, Cunha (1986, p. 14) assim escreve: “chamo de ensino superior, basicamente, o ensino de filosofia, teologia e matemática (o do colégio da Bahia), do período colonial.”**

**Vários pedidos foram feitos pelos padres à Metrópole portuguesa para equiparar o colégio de Salvador ao de Évora, com o objetivo de não mais ter que enviar os jovens para estudar em Portugal, solicitação quase sempre negada.**

**Uma questão contraditória é a existência ou não de ensino superior no Brasil colonial. Os estudos de Cunha (1986,p. 11-17), dão conta de que, em 1538, foi criada a primeira universidade na América, na ilha de São Domingos, porém, a sua duração foi curta. Cinco anos depois, o México teve a sua primeira universidade e assim continuou no Peru, no Chile, de tal sorte que, no ano da independência brasileira (1822), a América de colonização espanhola já possuía mais ou menos 26 universidades, o que gerou grandes ciúmes nos brasileiros, que lamentavam não ser o Brasil uma colônia espanhola ou holandesa. Portugal encontrou nas terras brasileiras índios que não ofereceram resistência à cultura dos**

conquistadores. Além do mais, a própria metrópole tinha poucas universidades, e ainda receava, o que era óbvio, que caso se propiciasse alguma forma de cultura ao povo brasileiro ele não continuaria submisso a Portugal. O retardamento na criação das universidades ocorreu também em todas as colônias portuguesas, como Angola, São Tomé e Porto Príncipe, que só tiveram suas universidades criadas após sua independência política, no século XX, após 1960, como registra Rossato (1998, p. 106).

Ainda segundo Rossato (1998), as diversas ordens religiosas vindas para o Brasil Colônia, com maior destaque para os jesuítas, foram responsáveis pelo ensino daquela época. Para esse autor, houve ensino superior no Brasil Colônia, e afirma que o pouco ensino superior existente surgiu nos colégios jesuítas, baseados na *Ratio Studiorum*, implementada pelo do padre Aquaviva.

O ensino equivalente ao ensino médio era feito nos *studia inferiora*, que ensinavam a Retórica, as Humanidades e a Gramática ao passo que as ciências eram ensinadas nos *studia superiora*; porém, a Matemática superior era pouco estudada, como assinala Miorim (1998, p. 81).

Em 1572, porém, na Bahia, existiu o primeiro curso superior de Artes ou Ciências Naturais, em que se estudavam, por três anos, Matemática, Lógicas, Física, Metafísica e Ética. Tal curso era considerado de nível superior e a partir de 1575, concedia o grau de

**bacharel ou licenciado, embora não fosse reconhecido pela corte. O ensino de Matemática ali ministrado era incipiente, pois, em 1757, o conhecimento matemático positivista já estava avançado na Europa ocidental e ainda não tinha atingido Portugal e, conseqüentemente, o Brasil.**

**Desse modo, o ensino de Matemática no Brasil colônia nasceu com os jesuítas, que ensinavam em suas escolas, começando pelas lições de algarismos, das quatro operações até o ensino que apareceu no Colégio da Bahia, com *status* de nível superior.**

**Muitos missionários vindos para o Brasil, e que eram lentes<sup>2</sup> de Matemática, tinham sido professores de Matemática na Universidade de Coimbra.**

**Para alguns estudiosos da História da Matemática, esses missionários jesuítas e dominicanos são responsáveis também pelo atraso cultural e científico dos portugueses, pois o ensino básico e superior de Portugal estava sob a sua responsabilidade e eles não tinham interesse em colocar os portugueses em contato com outras culturas, levando-os a um total isolamento do resto do mundo nas artes, na literatura e nas ciências. Afirma Silva (1992, p. 89): “na Universidade de Coimbra da fase jesuítica, o lema era o de se contentarem os portugueses em ‘serem cristãos e católicos ainda que menos latinos’.**

---

<sup>3</sup>Termo sinônimo de professor.

**Desse modo, o resultado de tão grande predomínio fez que as duas ordens religiosas construíssem um verdadeiro círculo de ferro em torno de Portugal, isolando-o cultural e cientificamente da Europa moderna.**

**Além do ensino de Matemática em escolas católicas, na segunda metade do século XVI, começaram a aparecer escolas dirigidas por leigos, que ministravam uma Aritmética básica, que não passava das quatro operações.**

**Para muitos historiadores da educação brasileira, com a expulsão dos jesuítas do Brasil (1759), o sistema educacional ficou mais debilitado ainda, pois sobraram poucas escolas e a reforma pombalina não conseguiu, com suas aulas régias, suprir a lacuna deixada pelas escolas jesuítas.**

**Merece registro que, por volta de 1783, o brigadeiro de Alpoim foi designado para ensinar Artilharia no Rio de Janeiro, tendo escrito dois livros, nos quais dedicou alguns capítulos à Matemática. Embora contivesse apenas assuntos necessários aos estudos de artilharia, esses foram os primeiros registros escritos da Matemática no Brasil colônia, segundo relatos de Castro (1999, p. 17).**

**Castro (1999, p. 19) informa ainda que os primeiros professores de Matemática superior no Brasil foram bacharéis formados pela Universidade de Coimbra, oficiais, engenheiros e antigos guardas-marinhas vindos de Portugal.**

**O autor registra que o primeiro doutor em Matemática no Brasil foi o mineiro Antônio Pires da Silva Pontes que, em 1777, obteve o referido grau pela Universidade de Coimbra, porém, veio para o Brasil como astrônomo, com a tarefa de demarcar as fronteiras de Mato Grosso, tendo se ocupado com trabalhos de exploração e depois voltou para Portugal como lente da Academia dos Guardas-Marinhas, em 1791.**

**Antes da vinda da família real para o Brasil, há poucas notícias de estudos da Matemática superior. Começaram, porém a aparecer vestígios de interesse pela Matemática por ocasião da tradução, para o português de Portugal, de obras escritas em francês, o que ocorreu por volta de 1800 (Castro, 1999, p. 22).**

**As poucas tentativas de ensinar Matemática no Brasil colônia não foram bem sucedidas. Segundo Miorim (1998, p. 84-85), havia edital exigindo a matrícula de pessoas nas aulas régias, e mesmo assim poucos alunos matriculavam e, por isso, as aulas régias funcionaram em número reduzido até a primeira metade do século XIX.**

### **1.5 Os cursos superiores no Brasil Império e a Matemática**

**Após a invasão do continente europeu por Napoleão Bonaparte, a corte portuguesa não teve outra saída que não fosse a mudança para o Brasil, o que ocorreu em 1808. A família real e sua comitiva instalaram-se no Rio de Janeiro, e a cidade, portanto, teve que se adequar com um mínimo de recursos para a sobrevivência dos nobres. Criaram-se as**

**cadeiras de Medicina, como Anatomia, Técnica Operatória, Obstetrícia e Clínica Geral, em razão da necessidade de profissionais capacitados para cuidarem da saúde dos membros da corte. Dessa maneira, nasceu o ensino superior no Brasil, que foi reconhecido pela coroa, embora há que se destacar que muito tardiamente, como registram os historiadores da educação brasileira.**

**O ensino superior brasileiro, segundo os historiadores, foi tardio em razão de fatores como desinteresse de Portugal, que dispunha de um pequeno quadro de universitários e temia empobrecer o prestígio da metrópole.**

**Rossato (1998, p. 105) declara:**

**A universidade já estava implantada em todos os países mais importantes do mundo, quer seja do ponto de vista econômico, demográfico ou geográfico, quando foi criada no Brasil no início da década de 1920. Dado esse caráter recente, os historiadores classificam a instituição como temporã ou tardia.. Instalada precocemente na América hispânica, a universidade já tinha quatro séculos de existência no Novo Mundo, quando, depois de muitas tentativas fracassadas, foi implantada a primeira universidade continuada.**

**O interesse no presente trabalho é discutir a Matemática, porém, segundo os historiadores da educação brasileira, o ensino secundário no Brasil Império e primeiros anos da República era caótico e precário. Apenas no município da corte (cidade do Rio de Janeiro) com o Colégio D. Pedro II, havia um ensino secundário de melhor qualidade. A precariedade do ensino secundário ocasionava a entrada de alunos mal preparados nas faculdades, levando as autoridades competentes a**



**promoverem medidas com o objetivo de reorganizar o ensino secundário no país.**

**Como conseqüência dessas medidas, na década de 1850, houve melhoria sensível na qualidade e organização do ensino público brasileiro, mas, na década seguinte, voltou a reinar o caos.**

**Várias tentativas foram feitas para a criação de cursos superiores no Brasil no período colonial, porém foram repudiadas pela coroa portuguesa. Um exemplo mostra que o Conselho Ultramarino, ao ser consultado sobre a criação do curso de Medicina em Minas Gerais, respondeu que um dos vínculos fortes para manter a dependência das colônias era a necessidade de seus jovens estudarem em Portugal. Como confirmação de tal idéia, Cunha (1986, p. 99) informa que, em 1800, a coroa portuguesa concedeu quatro bolsas de estudos a jovens brasileiros, *sendo duas em matemática*, uma em Medicina e outra em Cirurgia. Manteve-se essa prática por muitos anos e ela só se modificou para atender às necessidades da família real, que tinha vindo para o Brasil em 1808. Sem dúvida houve grandes mudanças para o setor educacional, sobretudo com a criação dos primeiros cursos superiores.**

**Segundo Cunha (1986, p. 69), com a criação e ampliação do ensino superior no Brasil os estudos de Matemática, Física e Química, Biologia e Mineralogia saíram dos cursos de Filosofia, sob a tutela da Igreja, e foram para os cursos médicos e para a Academia Militar.**

**A criação das primeiras cadeiras, aulas e faculdades consideradas como ensino superior, de acordo com Cunha (1986, p. 99), surgiram em 1808, quando foram criados no Brasil os primeiros cursos superiores de caráter utilitário. Foram criadas as cadeiras de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro e Cirurgia, na Bahia que constituíram a semente para as Faculdades de Medicina e de Farmácia, fundadas logo depois. Foram instalados, também, o Horto Real, depois Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e também na Bahia, em São Paulo, em Pernambuco e em Minas Gerais. Esses cursos, em 1812, foram transformados em Escola de Agricultura. Nesse mesmo ano, foi criada a Cadeira Avulsa de Economia Política, no Rio de Janeiro.**

**Em 1810, a Academia Real Militar criou o ensino de Engenharia e, em 1874, ele saiu da Academia e passou a funcionar em estabelecimentos não-militares. No ano de 1875, nasceu a Escola de Minas de Ouro Preto, na qual foi criado o curso de Estudos Mineralógicos.**

**Ao focalizar a Matemática em cursos de nível superior é necessário, registrar que, de 1811 a 1933, o ensino de Matemática no Brasil acontecia nas escolas superiores de Engenharia, conforme informa Silva (1992, p. 51). A nosso ver, a relação da Matemática com a Engenharia continua, como será visto no próximo capítulo.**

**Castro também corrobora essa opinião (1999, p. 24):**

**Não tendo sido criada no país, antes de 1934, qualquer instituição destinada ao ensino de matemática superior, coube às escolas do exército e da Marinha e às escolas de engenharia o importante papel de atenuar esta falta, durante mais de cem anos. A parte mais importante da tarefa coube, entretanto, às últimas, que foram sempre as que maior desenvolvimento deram aos estudos científicos.**

**Em 1810, foi criada a Academia Militar que, segundo a Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 (*apud* SILVA, 1992, p.55 ) tinha variados fins, como manter**

**um curso regular das Ciências exatas e de observação, assim como de todas aquelas que são aplicações das mesmas aos estudos militares(...) Se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observação, quais a física, química, mineralogia, metalurgia e história natural. (grifos nossos)**

**Parte da Carta Régia que criou a Academia Militar apresenta os objetivos da criação do Curso Superior de Matemática no Brasil:**

**Faço saber a todos que esta Carta virem, que tenho consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem público dos meus vassallos e a defesa e segurança dos meus vastos domínios, que se estabeleça no Brasil e na minha real corte e cidade do Rio de Janeiro, um curso regular de ciências exatas e de observação, assim como todas aquelas que são aplicação das mesmas aos estudos militares e práticos que formam a ciência militar em todos os seus difíceis ramos, de maneira que dos meus cursos se formem hábeis oficiais de artilharia, engenharia e ainda mesmo oficiais da classe engenheiros topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, canais, fontes, pontes e calçadas; hei por bem que na minha atual corte e cidade do Rio de Janeiro, se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observação, quais a física, mineralogia, metalurgia e história natural (Carta Régia, *apud* SILVA, 1992, p. 55).**

**A criação do curso de Matemática na Academia Militar tinha objetivos militares, como fica evidente no documento citado. O rei D. João tinha grande interesse em construir um exército forte, para defender suas terras ou conquistar outras e, por isso, precisava dos matemáticos para a artilharia, a topografia e a navegação.**

**Em 1816, foi criada a Faculdade de Belas Artes, que não chegou a funcionar, sendo recriada em 1820 com o nome de Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Em 1817, criou-se a cadeira de Química na Bahia e História em Ouro Preto; em 1889, a Matemática passou a ser ensinada em Pernambuco (CUNHA, 1986, p. 117).**

**Entre 1820 e 1889, vários projetos para a criação de universidades, contendo cursos de Matemática, foram elaborados, como o de José Bonifácio de Andrade e Silva, que almejava criar uma universidade em São Paulo com vários cursos, dentre eles, um de Matemática, mas nenhum teve êxito.**

**Como já dito anteriormente, apesar de o objeto desta pesquisa ser os cursos superiores de Matemática da UCG e da UFG, merecem destaque as informações de Bretas (1991, p. 126) a respeito da Lei de 15 de outubro de 1827, a primeira Lei Orgânica do Ensino Primário no Brasil, que marcou uma nova era no ensino brasileiro e em Goiás. Segundo o artigo VI da referida lei, a escola deveria ensinar: Leitura, Escrita, Aritmética, Gramática da Língua Nacional, Noções Práticas de Geometria, Moral Cristã e Doutrina de Religião Católica Apostólica Romana<sup>3</sup>. Na província de Goiás, porém, não havia professor para ensinar Aritmética e Geometria, pois o único bacharel em Matemática, um dos 15 jovens que foram estudar em Portugal, João Gomes Machado Corumbá, era político, exercia paralelamente cargo público e não tinha o menor interesse em promover o ensino na província. Depois de várias**

tentativas, Corumbá resolveu abrir suas aulas<sup>4</sup> de Matemática, mas estas duraram apenas um dia, pois, no segundo dia o professor começou a aula fazendo uma argüição dos ensinamentos do dia anterior. Não obtendo nenhuma resposta correta, mandou que os alunos fossem embora porque ele não ia ensinar para *burros*. Apenas depois de muitos anos, segundo Bretas (1991, p. 200), Corumbá voltou a dar aulas de Matemática.

Em 1832, as academias superiores do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em faculdades e ofereciam cursos médicos e cirúrgicos, os de Farmácia e de Obstetrícia. Já em 1884, foi criada mais uma Escola de Farmácia no Rio de Janeiro, e em 1839, a Escola de Farmácia de Ouro Preto (CUNHA, 1986, p. 102).

Em 1827, foram criados cursos jurídicos em São Paulo e Olinda e, em 1854, por decreto, esses cursos foram transformados em faculdades de Direito e, daí por diante continuou a criação de cursos de nível superior. De 1810 a 1889, foram criadas cinco faculdades de Medicina, quatro de Engenharia, duas de Direito, três de Agricultura, uma de Belas Artes, uma de Economia Política, *uma de Matemática Superior*, uma de Química, uma de História, duas de Desenho e duas de Música. Algumas delas sobreviveram, e outras, não. (CUNHA, 1986, p.112)

---

<sup>3</sup> Este programa era destinado aos meninos. As meninas não estudavam geometria, mas prendas domésticas.

<sup>4</sup> Aula era sinônimo de disciplinas avulsas.

No que se refere às competências para administrar o ensino superior, o documento mais importante do Império não foi a Constituição de 1824 e sim o Ato Adicional, promulgado dez anos depois. O Ato Adicional de 1834 delegou ao poder central a promoção e a regulamentação da educação de nível superior, ao passo que as províncias regulamentavam e promoviam a educação primária e média em suas jurisdições. A partir daí, algumas escolas passaram a reunir as salas avulsas em escolas (as antigas aulas régias). Merecem destaque no Império o Ateneu do Rio Grande do Norte (criado em 1835), os liceus da Bahia e da Paraíba (criado em 1836), o Colégio Pedro II (criado em 1837), que se tornou referência para as outras escolas secundárias, já que seu diploma representava um passaporte para os alunos ingressarem em qualquer escola de curso superior. Como consequência das normas estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834, o ensino primário público ficou abandonado, ao passo que o ensino secundário, nas mãos das províncias, acentuavam o seu caráter classista, ao preparar alunos para os cursos superiores (CUNHA, 1986, p. 127).

A situação do ensino no Império ficava a desejar: havia poucas escolas primárias, a educação não era considerada uma necessidade, o controle da qualidade dos alunos que ingressavam nos cursos superiores reduzia-se mais por causa da obtenção de certificado preparatório em condições mais fáceis. Nesse contexto, as elites intelectuais das classes dominantes mobilizaram-se para resolver tal situação e, em 1889, Rui Barbosa propôs ao governo a substituição dos exames parcelados pelo exame *único de madureza* com o objetivo

**de selecionar os alunos que ingressassem em curso superior no qual tivessem condições de fazê-lo com qualidade.**

**Segundo Fávero (1988, p. 112), “da colônia à República, houve grande resistência à idéia de criação de instituições universitárias. Durante o período monárquico, mais de duas dezenas de projetos de criação de universidades foram apresentados e não lograram êxito”.**

**Além da resistência em criar instituições de ensino superior no Brasil (IES), é necessário registrar que o ensino de Matemática também sofreu um retardamento, como diz Silva (1992, p. 79):**

**desejamos salientar que nenhuma dessas novas teorias e técnicas matemáticas largamente ensinadas nas Universidades e grandes Escolas européias da segunda metade do século XIX era ensinada nas Escolas oficiais do Brasil, pelo menos até as duas primeiras décadas do século XX, exceto em cursos especiais ou em conferências .**

**No início do século XIX, a ideologia positivista de Comte foi introduzida no Brasil, mas já estava ultrapassada em outros países, como a França. Houve um grande esforço para elevar a qualidade do ensino em todos os níveis. Intelectuais como Joaquim Nabuco, Olavo Bilac e Euclides da Cunha alertavam para a fragilidade da nação brasileira e para a insatisfação geral causada pela queda do Império e a implantação da República.**

**Sobre o positivismo na Matemática, assinala Silva (1992, p. 151):**

**Comte escrevera que a ciência esgotara-se com a construção da Mecânica Celeste. Que a Matemática estava pronta, acabada. Que os fundamentos das ciências já estavam consolidados. Que não se justificava a introdução por**

**exemplo, na Matemática , das abstrações desprovidas de racionalidade e de dignidade. Que certas teorias que estavam sendo estudadas por matemáticos europeus eram abstrações efêmeras. A partir daí Comte, praticamente condenou o estudo, com seu conseqüente desenvolvimento, de novas teorias e novas técnicas matemáticas.**

**As tentativas de melhorar as condições de ensino no país continuaram. Em 1870, o ministro do Império, Paulino José Soares, ao apresentar o Orçamento do Império na Câmara dos Deputados, introduziu um projeto para melhoria do ensino público.**

**Já na década de 1880, a elite intelectual brasileira passou a concentrar suas atenções na abolição da escravidão, na derrubada do Império, na questão das universidades brasileiras, no analfabetismo e na saúde, como diz Silva (1992, p. 104).**

#### **1.6 A República e as instituições de ensino superior**

**Os primeiros anos da República foram marcados por lutas políticas pelo poder. Cresceu o vazio ideológico e aumentou a corrupção, porém, aos poucos, a classe dominante foi se conscientizando de que a educação brasileira necessitava de atenção.**

**Também arrefeceu a influência positivista sobre o ensino da Matemática após 1897, quando o matemático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Otto de Alencar Silva, começou um movimento para**



**alertar os matemáticos brasileiros quanto ao arcaísmo no qual a  
Matemática brasileira estava imersa.**

**A Constituição de 1891 apresentava ainda uma orientação descentralizadora e embora o texto constitucional tenha alterado alguns termos, a essência permanecia. Coube ao governo federal assumir o ensino superior em todo território nacional e aos estados membros zelar pelos demais níveis de ensino.**

**Não obstante, a partir da Constituição de 1891, durante a Primeira República, ocorreu o fenômeno de expansão do ensino superior sob o pretexto da desoficialização. As pressões pela expansão desse nível de ensino provinham tanto dos estados membros, que queriam criar faculdades, como também e, sobretudo, da iniciativa privada. Na prática, foram promulgados leis e decretos-leis que, aos poucos, permitiram a desoficialização.**

**A expansão de cursos universitários ocorreu em detrimento da qualidade do ensino. Cresceu o número de faculdades com uma política facilitadora de ingresso em seus cursos, especificamente os de Direito, os quais eram objeto de desejo da maioria dos jovens da época, visando à ascensão social que garantia o poder oligárquico às elites políticas brasileiras. Tal desejo pode-se traduzir pelo slogan: “Bacharel o quanto antes, dinheiro quanto mais”, comum na primeira República.**

No bojo dessas políticas de *expansão/desoficialização/facilitação* destacaram-se dois grupos opostos: um que lutava pela continuidade da desoficialização e outro que defendia a moralização da universidade.

O ensino superior na República foi marcado por algumas transformações que foram divididas por Cunha (1986, p. 167-179) em *expansão e contenção*.

A característica mais importante do movimento de *expansão* foi: a facilitação do ingresso ao ensino superior e o aumento do número de faculdades no país. De 1881 até 1910, a República contava com 27 escolas superiores, segundo Cunha (1986, p. 175).

Nesse contexto, o Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant, delegou condições para que os diplomas das escolas superiores públicas e/ou privadas se equiparassem aos das escolas superiores federais, Cunha (1986, p. 173) assim descreve esse processo:

Em 2 de janeiro de 1891, surgiram os decretos: 1232-G que criava o Conselho de Instituição Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo federal os regulamentos para a inspeção das faculdades livres; de criar novos estabelecimentos de ensino; de nomear as comissões e os delegados estaduais para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres. O decreto 1232- H determinava novo regulamento para as faculdades de direito existentes, a de São Paulo e a de Pernambuco. Ele permitia aos governos estaduais e a particulares a fundação de escolas de direito. Se seus currículos incluíssem as cadeiras lecionadas nas faculdades federais, se fossem aprovados pela inspeção periódica, e seus exames assistidos por representantes do Conselho Superior, os diplomas por eles expedidos teriam o valor daqueles das faculdades de São Paulo e Pernambuco.

**Neste clima, em 1898, foi criada a primeira instituição de ensino superior em Goiás: a Faculdade de Direito do Estado de Goiás, atendendo a interesses oligárquicos, a qual funcionava na cidade de Goiás, a antiga capital do estado.**

**Cunha (1986, p. 179) chamou de período de *contenção* o movimento de retração do ensino superior em favor do setor privado.**

**As medidas para a contenção e moralização do ensino superior ocorreram em 1915 com o Decreto nº 11.530 do Ministro da Justiça e do Interior, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, encarregado de estabelecer a ordem no campo educacional, tumultuado pela lei orgânica.**

**Um fato que merece destaque para o progresso das ciências no Brasil foi a criação, em 1916, da Sociedade Brasileira de Ciências, fruto do interesse dos intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo pelo crescimento no país da universidade e dos verdadeiros trabalhos científicos, até então relegados a um segundo plano.**

**A reforma Carlos Maximiliano trouxe a seguinte resolução:  
“O governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidades a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito”  
(RIBEIRO, 1986, p. 89).**

**A Primeira República foi também o período de criação da primeira universidade brasileira, que surgiu em 1920, no governo de Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro. Ela reunia a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Estas faculdades até então eram escolas isoladas e de caráter profissionalizante. Em 1912, já havia sido criada a Universidade do Paraná, todavia, o governo federal, por meio do Decreto nº 11.530, referido anteriormente, determinava a abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de cem mil habitantes, o que não era o caso de Curitiba. Oficialmente, ela foi reconhecida somente em 1946, mas funcionou desde sua fundação em 1912. Em 1927, foi criada a Universidade de Minas Gerais (CUNHA, 1986, p. 211-213).**

**Para Romanelli (1985, p. 132),**

**estas eram as únicas Universidades brasileiras, recém-criadas, existentes antes do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando, para o ensino o regime universitário. Na mesma data, pelo Decreto 19.852, o governo reorganizou a universidade do Rio de Janeiro, incorporando-lhe além dos três cursos já existentes, a Escola de Minas Gerais, as Faculdades de Farmácia e Odontologia, a Escola de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música e a faculdade de Educação, Ciências e letras, esta última nunca implantada.**

**De acordo com os estudos de Cunha (1986) e Rossato (1998), surgiram outras universidades nesse período, porém, poucas vingaram. Os autores dividem-nas em passageiras, como a de Manaus**

**(1909), e sucedidas, como a Universidade do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais.**

**A partir da década de 1920, o Movimento da Escola Nova começou a renovar a fisionomia da educação brasileira, e o ensino de Matemática mudou, voltando-se, embora de modo lento, para uma Matemática em que o aluno passava de receptor para descobridor do conhecimento.**

### **1.7 Os cursos superiores na era Vargas (1930-1945)**

**A partir de 1930, começou o processo de industrialização no Brasil e, como consequência a necessidade de formação de cientistas e tecnólogos para atender à demanda da sociedade industrial, o que gerou a criação de instituições novas de ensino superior.**

**De acordo com Dourado (2001, p. 34), “as tentativas de inserção do Estado Brasileiro no cenário competitivo dos países centrais impulsionaram o país para a modernização das suas estruturas. A defesa da expansão da escolarização passou a ser assumida no discurso do Estado como uma das bandeiras prioritárias”.**

**Assim que Vargas assumiu o poder, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, órgão governamental encarregado de coordenar e planejar toda educação no país. O seu primeiro ministro foi Francisco Campos, que reformou o ensino no Brasil. Na reforma,**

**Francisco Campos elaborou o Estatuto da Universidade Brasileira, em 1931. A partir desse momento, o Estado máximo de Getúlio Vargas tomou para si a responsabilidade de legislar sobre todos os níveis de ensino (ROSSATO, 1998, p. 117).**

**Conforme Dourado (2001, p. 35), “a estruturação e a expansão do ensino superior efetivam-se, nesse período, de modo heterogêneo, em razão das condições objetivas de inserção dos diferentes estados da federação no processo de modernização do País”.**

**Romanelli (1985, p. 133) assim apresenta o Estatuto da Universidade Brasileira:**

**O decreto nº 19 851, de 11 de abril de 1931, que institui o regime universitário no Brasil e se constituiu o regime universitário no Brasil e se constituiu no Estatuto das Universidades Brasileiras, fixou os fins do ensino universitários da seguinte forma:**

**Art. 1º- O ensino universitário tem como finalidades: elevar o nível da cultura geral;**

**estimular a investigação científica em quaisquer domínio dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza das nações e para o aperfeiçoamento da Humanidade.**

**A formulação de tão vastos e pretensiosos objetivos denuncia claramente uma visão distorcida, tanto da realidade educacional brasileira de então, quanto dos limites que comporta toda e qualquer instituição escolar. A investigação científica e o preparo para o exercício profissional têm sido, na verdade, os reais objetivos da Universidade moderna. A falta de tradição de pesquisa deve-se, (...) a fatores tais como a estratificação social, a herança cultural, a forma como tem evoluído a economia e, sobretudo, como se tem processado a industrialização.**

**Além da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, foi a primeira a ser criada e**

**organizada segundo as normas do primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. Ela apresentava uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) cujo objetivo era formar professores para o magistério secundário e realizar pesquisas.**

**Na USP, *o curso de Matemática integrava a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*, acontecendo o mesmo, em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, e nas demais faculdades do país, até a reforma universitária de 1968.**

**A criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) teve um significado especial para o ensino universitário de Matemática no Brasil, pois o curso de Matemática tinha professores vindos, primeiro da Itália e depois da França, centros de ensino e pesquisa elevados, além de ter sido *a primeira universidade do Brasil a formar professores de Matemática.***

**Silva (1992, p. 82) afirma:**

**A década de 1930 é considerada pelos pesquisadores em história da Matemática no Brasil, como sendo um marco na formação de uma escola Matemática brasileira. É a partir de 1934 que se observa a preocupação mais forte pela pesquisa matemática em nossa pátria. Percebe-se, a partir daquela data, a preocupação dos pesquisadores na formação de discípulos e, portanto, continuadores de seus conhecimentos especializados e informações científicas. Um fato novo no ambiente universitário brasileiro.**

**Nesse período, além da expansão de instituições superiores, cresceu também o número de faculdades particulares, com destaque para as**

**católicas. A partir de 1946, algumas delas passaram à condição de Pontifícias Universidades Católicas (PUCs)<sup>5</sup>.**

**Na década de 1940, os professores franceses, contratados pela USP para ensinarem Matemática, foram os responsáveis por colocar os professores e alunos brasileiros em contato com as principais correntes de ensino e pesquisa dos grandes centros desenvolvidos de Matemática, além de despertar nos alunos o gosto pelos estudos avançados, conforme registra Silva (1992, p. 85):**

**Dessa forma, somente a partir da década de 1940, com a chegada do matemático francês André Weil, o qual foi contratado para a disciplina Análise Superior, no período de 1º de setembro de 1945 a 30 de setembro de 1947, e posterior chegada de Jean Dieudonné, contratado que fora para ministrar um curso de especialização em Álgebra Moderna, de 22 de abril de 1946 a 31 de dezembro de 1947, ambos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, é que o chamado grupo de São Paulo foi posto em contato com as principais correntes de desenvolvimento da Matemática da época. Relembramos que, a partir da década de 1940, iniciaram-se, na USP, os doutorados em Matemática. Ressaltamos que A. Weil e J. Dieudonné, além de serem considerados matemáticos de primeira linha, estavam a par das principais linhas de desenvolvimento e pesquisa matemática da época, que acontecia na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte.**

**Segundo Silva (1992, p. 83), a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP foi, por mais de vinte anos, a principal fonte de formação e estudos matemáticos no Brasil, o que faz que ela seja considerada o berço da Matemática superior no Brasil, ao passo que a Academia Real Militar foi a pioneira do ensino da referida ciência.**

**Paralelamente à criação da USP, foi criada, na cidade do Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio**

---

<sup>5</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).



**Teixeira. Esta universidade foi a primeira tentativa de organizar, no Rio de Janeiro, o ensino universitário associado à pesquisa básica. Ela, porém, teve vida curta e foi fechada em 1939. Neste mesmo ano, foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) como uma nova unidade da Universidade do Brasil, e nela, o curso de Matemática desempenhou um papel significativo no ensino da Matemática superior no Brasil e na formação de matemáticos brasileiros.**

#### 1.8 As universidades brasileiras de 1945 até a década de 1960

**A partir da década de 1950, acentuaram-se no Brasil o processo de industrialização e as mudanças do processo econômico, e com eles, surgiu, também, a tomada de consciência dos vários setores da sociedade, que começaram a exigir a reformulação das universidades para ampliar as vagas, expandir os cursos e melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa.**

**De 1945 em diante, segundo Castro (1999), há registros que merecem destaque em relação ao desenvolvimento da Matemática no Brasil. Nesse ano, foi instalado na Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) o Núcleo Técnico Científico de Matemática que, dentre os vários feitos importantes, criou a revista *Summa Brasiliensis Mathematicas*. Ainda em 1945, foi criada a Sociedade Matemática de São Paulo e, em 1946, saiu o primeiro número do *Boletim da Sociedade de Matemática de São Paulo*, revista que serviu para romper o isolamento em que viviam os**

**matemáticos brasileiros. Já em 1948, o físico Cesar Lattes, e um grupo de pesquisadores brasileiros fundaram o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas que, dentre outras realizações, organizou um Departamento de Matemática, que substituiu o extinto núcleo da Fundação Getúlio Vargas, além de uma biblioteca de Matemática. Esses fatos contribuíram para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa da Matemática no Brasil.**

**De 1946 a 1961, o debate educacional girou em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1961. No plano educacional, novas perspectivas foram traçadas buscando seguir a LDB, a qual atendia ao exposto na Constituição de 1946.**

**Nesse período, merece destaque a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) o qual foi referencial para a fundação do Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás<sup>6</sup>, e para o ensino superior no Brasil, na área da Engenharia.**

**Segundo Cunha (1983, p. 154), o ITA foi criado em 1947 no Rio de Janeiro e, em 1950, mudou sua sede para São José dos Campos. O ITA funcionava com características bem diferentes das demais escolas de ensino superior, como registra o autor:**

**I) os professores não ocupavam cátedras vitalícias, ganhas por concurso ou nomeação, mas eram escolhidos pela congregação através do exame dos seus currículos e contratos pela legislação trabalhista, a qual possibilita seu desligamento se eles não correspondessem às expectativas quanto à capacidade e**

---

<sup>6</sup> Esse assunto será tratado no terceiro capítulo deste trabalho.

eficiência; II) a carreira do magistério se estruturava de modo que o primeiro degrau, o de “auxiliar de ensino”, fosse em geral ocupado por estudantes de pós-graduação e os demais, “professores assistentes”, “associados” e “plenos”, fossem galgados pelo merecimento comprovado, independente da abertura de vagas; III) a organização era departamental, reunindo professores e auxiliares técnicos e administrativos, bem como recursos materiais para as atividades de ensino e pesquisa em um campo profissional ou assuntos afins, substituindo, assim, a cátedra como unidade básica superior; IV) os professores e os estudantes residiam no campo e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e a pesquisa; V) os professores estavam à disposição dos estudantes fora do tempo das aulas, de modo que as dúvidas e temas relacionados podiam ser explorados de modo produtivo; VI) o currículo era flexível, podendo-se acrescentar ou subtrair disciplinas conforme as necessidades e as disponibilidades de pessoal docente; VII) as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte “fundamental”, de dois anos- onde se estudavam os assuntos comuns a todos as especializações, corrigiam-se os defeitos trazidos do curso secundário e alertavam-se os estudantes para a importância da ciência pura para a engenharia do “amanhã” - e uma parte “profissional” de três anos, onde se concentravam as disciplinas que levavam às especializações; VIII) promoção do auto governo e da autodisciplina, tornando a “cola” um expediente raro; IX) estímulo à investigação e à pesquisa, principalmente nos cursos de pós-graduação, visando formar novos docentes e pesquisadores.

**A estrutura do ITA serviu de modelo para a reforma universitária de 1968, além de ter sido referencial para o ensino superior brasileiro, e não foi diferente para a criação do Instituto de Matemática e Física (IMF) da UFG.**

**Em 1948, foi criada, em Goiânia, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, embrião e pedra angular da futura Universidade de Goiás, criada em 1959, que, posteriormente, passou a ser a Universidade Católica de Goiás.**

**No final da década de 1950, segundo Rossato (1998, p. 118), ocorreu, no país, um crescimento expressivo no número de universidades e instituições de ensino superior (IES). Nessa época, o Brasil contava com 21 universidades e mais de cem instituições de ensino**

**superior. Essa expansão deu-se mediante a criação de escolas e a federalização de escolas já existentes.**

**Fato que também merece destaque e que contribuiu para o desenvolvimento da Matemática foi a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1951, pois este conselho foi e ainda é uma agência de fomento e pesquisa fundamental para o Brasil. Em 1952, foi criado o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), voltado para a difusão da cultura matemática e para a pesquisa científica no país. O Impa é uma instituição conhecida e respeitada no Brasil e no exterior pelo seu trabalho no desenvolvimento das ciências e da tecnologia.**

### *1.9 O ensino superior em Goiás até a década de 1960*

*Apesar de o objeto desta pesquisa ser a história dos cursos de Matemática das Universidades Católica e Federal de Goiás, é importante mencionar a criação dos cursos superiores no estado de Goiás até a década de 1960, época da criação dos cursos em estudo.*

*Como pano de fundo, é interessante destacar os primeiros vestígios de instrução pública em Goiás. Nos registros de Bretas (1991, p. 49), as*

*primeiras escolas públicas em Goiás datam dos tempos coloniais no reinado de D. Maria I que, depois de dez anos de reinado, contemplou Goiás com alguns mestres de escolas menores<sup>7</sup> para a capital Vila Boa (hoje cidade de Goiás) e dois de seus arraiais mais antigos: Arraial de Meia-Ponte (hoje cidade de Pirenópolis) e Arraial de Santa Luzia (hoje cidade de Luziânia). Essas aulas Régias<sup>8</sup> duraram, na Capitania de Goiás, de 1778 a 1825.*

*Segundo Alves (2000, p. 25), o ensino superior em Goiás iniciou-se em 1898, com a criação da Academia de Direito de Goyaz, que só foi instalada em 1903, na então capital do estado, cidade de Goiás, em um contexto de expansão do ensino superior no Brasil. O objetivo da academia era, como em todo país, o de formar bacharéis provenientes da elite dominante para ocuparem cargos políticos e cargos do judiciário (esses últimos nomeados pelos políticos), o que permitia a continuação da ideologia e a afirmação do poder oligárquico.*

*Na época da criação da academia, o estado de Goiás atravessava a crise do fim da mineração, originada no início do século XIX, o que levou os poucos habitantes do estado a se dedicarem à agricultura e à pecuária. A agricultura de então pode ser classificada como de subsistência, considerando que não havia estradas para escoar a produção, e a pecuária passou a ser a única fonte possível de exportar para outros estados, pois o animal se autotransportava.*

*Como no restante do Brasil, foi se configurando em Goiás, no início da Primeira República, uma educação em que a máxima um*

---

<sup>7</sup> Escolas de ensinar a ler e escrever.

*estado de doutores e analfabetos tem muita propriedade, haja vista que se investia no ensino superior com a criação da referida academia, e os demais níveis de ensino continuavam relegados a um segundo plano.*

*Alves (2000, p. 27) assinala:*

*no tocante à educação em Goiás, pode-se constatar que não havia condições históricas para uma demanda acentuada, pois a realidade goiana de sociedade agrária, com população rural, espalhada pelo interior, vivendo para sua subsistência não exigia dos órgãos públicos educação para a população.*

*A Academia de Direito de Goyaz teve vida curta, e, em 1909, com a mudança do governo das mãos do grupo de Xavier Almeida para o dos Bulhões, foi fechada, pois não tinha condições de sobreviver sozinha, e necessitava da ajuda do governo estadual, que alegava serem altas as despesas para formar poucas pessoas.*

*Em 1916, foi criada a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais de Goyaz. Segundo Alves (2000, p. 43), “pelos documentos coletados, nota-se a intenção da Faculdade Livre em suceder a Academia, ou seja, ser um instituto oficial do Estado e, portanto contar com subvenção para suas atividades”. Essa faculdade era particular e por causa da crise estabelecida entre professores e a diretoria da instituição, também teve vida curta, formando apenas uma turma. Em 1921, com trinta alunos aprovados para iniciar a faculdade, o governo e os professores dissidentes da antiga instituição criaram a Faculdade de Direito de Goyaz que, segundo Baldino (1999, p. 56) funcionou mais ou menos cinco anos, “vindo a fechar após um período*

*muito competitivo com a outra congêneres”, pois, nessa ocasião, ressurgiu também a antiga Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais.*

*É oportuno ressaltar que, na década de 1920, Goiás teve duas instituições de Direito, quando uma era suficiente para a pequena demanda de alunos e se deveu, conforme analisa Alves (2000, p. 28 ), em virtude de disputas entre grupos políticos rivais.*

*A partir de 1910, aconteceu uma ampla reforma do ensino secundário que, apoiada nas críticas dos positivistas, veio colocar ordem no ingresso, sem critério, de alunos no ensino superior, o que Cunha (1986, p. 177) chama de movimento de contenção.*

*No bojo do movimento de contenção, foi promulgada, por decreto, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, que foi redigida pelo deputado gaúcho, Rivadávia da Cunha Corrêa, cujas alterações básicas consistiam, segundo (CUNHA, 1986, p.187), em:*

- a) fim dos privilégios para os alunos do Colégio Pedro II e seus equiparados quanto ao ingresso direto na Faculdade*
- b) instituição do exame vestibular para o ingresso no curso superior*
- c) criação da figura do livre docente*
- d) criação do Conselho Superior de Educação*
- e) autonomia às escolas superiores.*

*A Lei Orgânica não conseguiu organizar o campo educacional. De acordo com Cunha (1986, p. 187), em 1915, o então Ministro da Justiça e do Interior, Maximiliano Pereira, promulgou o Decreto nº 11.530 que conservava alguns pontos da Lei Orgânica, como a*

*exigência de exame vestibular para o ingresso no ensino superior, acrescentando, porém, a exigência de certificado de conclusão do ensino secundário. O decreto manteve o Conselho Superior, mas acrescentou-lhe a atribuição de fiscalizar as escolas não-federais, alterou as condições para quem fosse pleitear a livre-docência, criou a figura do professor catedrático, medidas que buscavam mudanças para o ensino superior, com o objetivo de melhorá-lo.*

*Alves (2000, p. 29) informa que o ensino superior em Goiás, que se restringia ao ensino jurídico, esteve a serviço de grupos políticos e, só em 1930, com Pedro Ludovico Teixeira no governo do estado, findaram as disputas pelas faculdades de ensino jurídico pelos grupos políticos, com o reconhecimento da Faculdade de Direito de Goiás e a sua equiparação com as demais faculdades de Direito do Brasil.*

*A Revolução de 1930 promoveu a reestruturação econômica do estado de Goiás, segundo assinala Vaz (1998, p. 107):*

*Com a Revolução de 1930, procurou-se imediatamente mudar a face de Goiás, embora o Estado continuasse dominado politicamente pelas oligarquias agrárias, que tentavam inseri-lo no processo de desenvolvimento capitalista nacional, em atendimento aos apelos dos grandes centros, onde iria dominar a industrialização.*

*A primeira ação significativa do governo de Goiás é a mudança da capital, já polemizada durante quase dois séculos. Este fato histórico está ligado diretamente a fatores econômicos e políticos. O sul do estado era, a esse tempo, sua região mais próspera, pois concentrava 40% do rebanho bovino e 63% da produção agrícola.*



*A Revolução de 30 alterou também a educação. Segundo Nepomuceno (1994, p. 56), as reformas educacionais implantadas no período posterior a 1930*

*visaram romper com o caráter “academicista” e “retrógrado” que a educação supostamente havia conferido à sociedade antes do Movimento Revolucionário de Trinta, e o papel “redentor” que deveria passar a assumir para garantir o progresso (naturalmente capitalista), que asseguraria um lugar privilegiado para o Brasil no cenário internacional “civilizado”.*

*Nesse sentido, esclarecem também Palacim e Moraes (apud BALDINO, 1991, p. 65):*

*a revolução e 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve significação profunda para o Estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não operou, imediatamente, no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor-se como objetivo primordial, o desenvolvimento do Estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que acompanharam e pela divulgação do Estado no país, foi o ponto de partida desta nova etapa histórica.*

*Para Nepomuceno (1994, p. 56), o governo de Goiás acatou as diretrizes propostas pela Reforma Francisco Campos e reabriu a Faculdade de Direito, em 1931, fechada desde 1926, com o intuito de prepará-la e capacitá-la para ser equiparada às demais congêneres do país, passando em 1936, a ser o único ensino superior de Direito da Região Centro-Oeste e equiparado aos demais cursos do Rio de Janeiro e São Paulo.*

*Ainda tratando da intervenção estatal no período pós-30, Dourado (2001, p. 42) chama a atenção para o progresso no campo educacional*

*goiano com a criação, em 1931, do Conselho Estadual de Educação e a regulamentação do ensino primário, em 1933.*

*Para o autor, a expansão da educação escolar deu-se, também, no ensino superior. Nessa época, as escolas desse nível eram: a Faculdade de Direito de Goyaz, a Escola de Pharmácia e a Escola de Odontologia organizadas e mantidas com recursos do governo.*

*Essas mudanças ocorridas no estado refletiam-se na educação. Nos últimos anos da década de 1940, a situação sócio-econômica de Goiás apresentava sinais de evolução e a educação também, o que é registrado por Palacim e Moraes (apud BALDINO, 1991, p. 65):*

*a partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha nacional de marcha para o oeste, que culmina na década de 50 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. A população se multiplica, as vias de comunicação realizam a integração com todo o país e dentro do mesmo Estado: assiste-se a uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento de todo tipo de serviços (a educação especialmente); contudo Goiás continua sendo um estado de economia primária, com uma exploração extensiva de baixa produtividade.*

*Conforme afirma Martins (2002, p. 131), a Irmandade de São Vicente de Paula criou, em Goiânia, na década de 1940, a Escola de Enfermagem e as Faculdades de Farmácia e Odontologia.*

*Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás e registrados nos documentos sobre a FFCL/UCG, o estado de Goiás, em 1951 possuía os seguintes estabelecimentos de ensino: faculdades – uma*

*federal e cinco particulares; ensino secundário (colégios) - dois oficiais, três particulares e um Instituto de Educação; ginásios — cinco estaduais, vinte e cinco particulares e um municipal.; escolas normais: quatorze particulares; escolas normais regionais — uma estadual, duas municipais e três particulares; uma escola agrícola; uma escola rural profissional; ensino primário — grupos escolares estaduais em número de 138; jardins de infância — três estaduais e 11 particulares.*

*Não se pode falar da criação da Universidade em Goiás sem citar o I Congresso Eucarístico Nacional, que aconteceu em Goiânia, no ano de 1948, com a presença de autoridades eclesásticas influentes no estado e no Brasil. Nesse evento, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Goiás, lançou a idéia de criação da primeira universidade em Goiás (SOUZA, 1999, p.52).*

*O anseio da criação da universidade não ficou restrito somente à Igreja, conforme afirma Souza (1999, p. 52), pois nessa época já se irrigavam as sementes para a criação da primeira universidade do estado. Eram propostas provenientes, de um lado, dos empresários filiados à Associação Comercial e à Federação do Comércio do Estado de Goiás, de outro, da visão futurista e pioneira na área da educação do Arcebispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, e ainda do idealismo do então governador do estado, Jerônimo Coimbra Bueno. Alicerçada nessas três correntes a Lei estadual nº 192, de 20 de outubro de 1948, criou a Universidade do Brasil Central (UBC), com a seguinte composição:*

*Compor-se-á a Universidade do Brasil Central de três categorias: a) Institutos Incorporados: os de ensino superior mantidos pelo Estado de Goiás; b) institutos agregados: os de ensino superior que dela façam parte, embora mantidos por outras entidades; c) institutos complementares: as instituições de caráter cultural, científicos ou técnicos, ligadas à vida e aos objetivos da Universidade. (BALDINO, 1991, p. 72)*

*Segundo Baldino (1991, p. 72-73) ficaria assim constituída a UBC. Agregaria as instituições: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Direito de Goiás; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás (mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo); Escola de Enfermagem (mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo); Faculdade de Ciências Econômicas (mantida pela Federação do Comércio). Instalaria as faculdades de Medicina, de Engenharia, Escola de Agronomia e Veterinária e incorporaria os institutos complementares: Escola de Agrimensura, Instituto de Educação de Goiás, Instituto de Terras e Colonização e o Museu Estadual.*

*Em 1955, faleceu o arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira, sem ver consolidada seu sonho de criar a universidade, porém, o seu sucessor, Dom Fernando Gomes dos Santos, não só continuou seu projeto como o reforçou (MARTINS, 2002, p.146).*

*Em 1957, a população do estado de Goiás era de 1. 246 000 habitantes e contava com 53 ginásios, 9 escolas de comércio, 17 escolas normais e 19 cursos normais regionais. (MACEDO VAZ, 2001, p. 8)*

*Segundo a Lei Orgânica do Ensino Universitário, a criação de uma universidade necessitava agregar um mínimo de oito faculdades. Goiânia, em 1958, segundo Martins (2002, p. 148), ainda não dispunha desse*

*número, então, Dom Fernando criou a Faculdade Católica de Direito, que foi instalada em 10 de abril de 1959.*

*Nas análises de Souza (1999), a criação dessa universidade, que tinha como objetivo atender não só aos jovens goianos, mas aos provenientes de toda a Região Centro-Oeste, ficou no papel. A principal causa do fracasso da lei que criava a Universidade do Brasil Central foi causada pelos empecilhos que os adversários políticos do governador da época impunham.*

*Em 1959, surgiu a Universidade de Goiás, após longos embates entre as lideranças estudantis unidas às lideranças da sociedade que não queriam criar uma universidade católica e sim uma federal.*

*Segundo um dos documentos pesquisados (UCG, 1976, p. 23):*

*O decreto de nº 47 042 de 17 de outubro de 1959, do Presidente da República, Juscelino Kubistschec de Oliveira, criou, equiparada às suas congêneres nacionais, a Universidade Católica de Goiás. De início, o núcleo universitário constitutivo da atual Instituição era composto de um total de 8 Faculdades, criadas ou mantidas pela Arquidiocese de Goiânia e discriminadas em:*

*Faculdade de Filosofia - criada em 1948 e reconhecida em 1949;*  
*Faculdade de Ciências Econômicas - criada em 1951 e reconhecida em 1955;*  
*Faculdade de Farmácia e Odontologia - posteriormente incorporada à UFG;*  
*Faculdade de Belas Artes - criada em 1952 e reconhecida em 1959;*  
*Faculdade de Serviço Social - criada em 1957 e reconhecida em 1962;*  
*Faculdade de Direito - criada em 1959 e reconhecida em 1966;*  
*Faculdade de Enfermagem - criada em 1941 e reconhecida em 1944;*  
*Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) - criado em 1960.*

*A criação dessas oito faculdades e posteriormente da UCG foi um empreendimento cujo mérito coube, em especial, a Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, cognominado de Arcebispo da Instrução, cujas ações foram continuadas por Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo Metropolitano de Goiânia, na época da criação da Universidade de Goiás, e que entregou aos padres jesuítas a tarefa da criação e implantação da Universidade de Goiás.*

*Em 1960, nasceu a Universidade Federal de Goiás (UFG), como resultado de grandes polêmicas, conforme foi dito, inspiradas no binômio público versus privado e igreja católica versus maçonaria.*

*A UFG, quando da sua criação, em 1960, congregava as seguintes instituições: Faculdade de Direito de Goiás, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia, Conservatório de Música. Duas faculdades foram criadas com a universidade: Faculdade de Medicina e Instituto de Belas Artes.*

*Pelo Decreto presidencial nº 68.917, publicado no Diário Oficial da União em 19 de julho de 1971 (Brasil, 1971), a Universidade de Goiás passou a chamar-se Universidade Católica de Goiás, atendendo à aspiração da comunidade ucegeana. Por esse mesmo decreto, foi aprovado o novo estatuto da universidade que passou a ter dois centros: um de Ciências Humanas e o Centro Técnico-Científico. O primeiro congregava seis departamentos, a saber: de Filosofia e Teologia; de Ciências Jurídicas; de Educação; de Letras; de História e Ciências Sociais e de Serviço Social. O segundo era formado pelos departamentos de Artes e Arquitetura; de*

*Matemática e Física; de Ciências Econômicas e Administrativas e de Ciências Biológicas e Geociências.*

*Merece destaque a função principal da Universidade de Goiás, formulada por Dom Fernando Gomes do Santos, há quase meio século, mostrando a visão de educador que vislumbrava o futuro, pois parece ter sido escrita para os dias atuais, época de grandes transformações em todos os setores, especialmente na universidade, sendo assim redigida: “Formar profissionais, mestres, pesquisadores e homens integralmente cristãos, postos a serviço de Deus, da Pátria e de seus semelhantes” (UCG, 1966, p.11).*

*Baldino (1991, p. 78) aponta o final da década de 1950 e o início da década posterior, como favoráveis ao crescimento do ensino superior em Goiás. Destaca que os fatos mais importantes foram a criação da Universidade de Goiás (1959) e da Universidade Federal de Goiás (1960). Esses fatos aconteceram paralelamente à mudança da capital federal para Brasília, o que para Dourado (2001, p. 44) “concorre para integrar Goiás no processo de modernização em curso no país”.*

*Na década de 1960, após o golpe militar, segundo Dourado (2001, p. 51),*

*o Estado de Goiás registra pequena expansão do ensino superior, restrito à criação de uma faculdade privada (Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão) e duas públicas (Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis e Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás — Esefego).*

*Ao final da década de 1960 as instituições de ensino superior em Goiás eram em número de seis, (tabela 1), de acordo com os dados registrados por Baldino (1991, p. 91).*

*Tabela 1 - Situação do ensino superior em Goiás até o final da década de 1960*

<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>LOCALIDAD</i> <i>E</i>	<i>CLASSIFICAÇÃO</i> <i>O</i>
<i>Universidade de Goiás</i>	<i>Goiânia</i>	<i>Particular</i>
<i>Universidade Federal de Goiás</i>	<i>Goiânia</i>	<i>Pública</i>
<i>Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão</i>	<i>Anápolis</i>	<i>Particular</i>
<i>Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis</i>	<i>Anápolis</i>	<i>Particular</i>
<i>Escola Superior de Educação Física</i>	<i>Goiânia</i>	<i>Pública</i>
<i>Faculdade de Direito de Anápolis</i>	<i>Anápolis</i>	<i>Particular</i>

*Fonte: Baldino (1991, p. 91).*

*Nesta mesma época, o Brasil contava com 404 instituições de ensino superior.*



## CAPÍTULO 2

### O CURSO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Este capítulo reconstrói a criação, a consolidação, a trajetória do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás até os dias atuais.

Foram utilizadas entrevistas de professores, ex-professores, ex-diretores do curso de Matemática, documentos encontrados na secretaria, nos arquivos e na biblioteca da UCG.

Ao idealizar este trabalho, levantaram-se alguns parâmetros que serviriam de base para o desenvolvimento deste e do próximo capítulo com o objetivo de resgatar a história dos cursos em estudo, porém, no transcorrer das entrevistas, características distintas foram despontando: por exemplo, para os professores do curso de Matemática da Universidade Federal de Goiás, o golpe de 1964 foi significativo para o curso, para a universidade, deixando marcas em vários dos entrevistados que eram professores na época. Esse fato, porém, não foi relevante nas entrevistas com os professores da Universidade Católica de Goiás, por isso, há características distintas na composição dos capítulos 2 e 3.

## 2.1 - Criação do curso de Matemática na Universidade Católica de Goiás

Segundo as fontes pesquisadas, os cursos da Universidade Católica de Goiás, nesses 43 anos de sua existência, marcaram a história de Goiás, com a missão de formar profissionais capacitados e comprometidos com a solução dos problemas da sociedade na qual se inserem, procurando construir um estado, uma região e um país com melhores condições de vida. Não

foi diferente com o curso de Matemática, objeto desta pesquisa, criado também com essa missão.

O curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás foi criado em 1961, na então Universidade de Goiás e reconhecido pelo Decreto nº 64.785, de 4 de julho de 1969<sup>9</sup>. Na época da criação, o reitor era o padre Paulo de Tarso Nacca, no entanto, na voz dos entrevistados, um dos idealizadores do curso foi o professor José Miguel Pereira de Souza. Depreende-se que vários foram os mentores intelectuais desse curso, mas, sem dúvida, coube ao prof. José Miguel a tarefa de articular a sua criação.

Inicialmente foram buscadas as origens do curso, e cabe uma indagação: por que criar um curso de Matemática em Goiás? No diálogo com as fontes, várias foram as respostas, destacando-se a necessidade de formar professores qualificados para atender à demanda do ensino médio e do ensino superior.

Outro problema da pesquisa foi o perfil dos construtores desse curso. Muitos entrevistados falaram sobre o professor José Miguel e, então, procurou-se indagar sobre a sua formação acadêmica para buscar compreender melhor como foi pensado o curso de Matemática da UCG com base no perfil dos docentes.

---

<sup>9</sup> Diário Oficial de 9/7/1969.

O professor José Miguel é bacharel e licenciado em Física, em 1950, pela Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, que pertence atualmente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e bacharel em Química pela mesma instituição de ensino superior. Tem registro em Estatística, concedido pelo Conselho Regional de Estatística, em 1974. Em 1975, concluiu a livre docência também no Rio de Janeiro, na antiga Faculdade do Distrito Federal, defendendo a tese *Ensaio para estudo de elementos simples de número atômico maior que 92*. Segundo a sua própria interpretação, a necessidade de capacitar professores em Goiás o trouxe até Goiânia, para ministrar aulas nos cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades<sup>10</sup>). Em uma dessas suas viagens, encontrou o ex-colega

da Escola Militar do Realengo e político goiano, Mauro Borges Teixeira, que o convidou para se mudar definitivamente para Goiás para auxiliá-lo na política. O professor José Miguel respondeu: “Atrás de você eu não vou. Meu negócio é ensinar. Vou para a escola. Meu negócio é estudar” (entrevista com o professor José Miguel P. de Souza, em 9 ago. 2002).

Outras fontes corroboram a tese de Lima (2001), ao afirmar que o governo e a administração do governador Mauro Borges foram determinantes para os caminhos da UCG. De fato, no curso de Matemática, assim como no curso de Administração, o professor José Miguel fez parte também do grupo de professores que se dirigiram a Goiás, a convite do governador do estado naquele momento.

O curso de Matemática foi pensado e construído pelo esforço coletivo, sendo importante destacar o papel de vários professores na sua criação. Ary Pereira da Silva, segundo as fontes, foi o primeiro professor graduado em Matemática de Goiânia. Ele era militar e foi transferido para o Rio de Janeiro, onde fez o bacharelado em Matemática na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro. Mudou-se para Goiânia no ano de 1958. No governo de Mauro Borges, foi Diretor do Ensino Médio. Além de ter sido um dos pioneiros do curso de Matemática da UCG, lecionou também no curso de Engenharia da UFG. Segundo a memória da professora Kazue Yamaguchi (entrevista em 9

---

<sup>10</sup>Em 1953, o então Ministério da Educação e Cultura criou a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) como solução paliativa para qualificar os professores do ensino secundário e médio sem qualificação em nível superior.

**ago. 2003) e de outros entrevistados, ele lecionou no Liceu de Goiânia, tendo sido professor de vários deles.**

**Outros professores foram citados também como importantes para a criação do curso de Matemática, porém, não foi possível encontrar dados sobre eles, como o professor Fritz Koller e o professor Hermógenes Coelho.**

**Em Goiás, a década de 1960 teve como marca no ensino superior a carência de professores titulados, o que não foi diferente no processo de criação do curso de Matemática da UCG constatado na fala do professor Orlando de Castro em sua entrevista:**

É para discutir as licenciaturas em Goiânia, eu disse que é necessário voltar ao curso secundário pelo seguinte: não havia Faculdade de Filosofia em Goiânia e quando a Faculdade de Filosofia foi criada, ela criou apenas alguns cursos: o curso de Letras e eu creio que o de Geografia e História e os cursos de Ciências como Matemática e Física e outros não foram criados. O pessoal em Goiânia precisava de aulas. O Liceu, nesse tempo, era um colégio muito famoso, muito bom e eficiente na época. Os professores do Liceu eram médicos que lecionavam Biologia, advogados que lecionavam Português e Latim, padres que lecionavam Filosofia e engenheiros que lecionavam Física e Matemática. Os professores eram então pessoas formadas, mas sem licenciatura. (entrevista com o prof. Orlando de Castro, em 18 out. 2002).

**A necessidade de formar professores de Matemática, aliada ao idealismo de muitos, foram vetores importantes na luta pela criação do curso de Matemática da UCG. Segundo o professor José Afonso Rodrigues, na época da criação do curso de Matemática da UCG, o estado de Goiás contava com apenas três professores com curso superior em Matemática: o professor Ary Pereira da Silva residente em Goiânia, o professor Osvaldo Rodrigues de Povoá natural de Dianópolis (GO) e um terceiro, do qual ele não se recorda o nome, e que era natural de Anápolis (GO).**

Para melhor compreensão do objeto de estudo, é necessário ressaltar que o curso de Matemática da UCG (1961) teve início na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de Goiás (FFCL), criada em 1948 e reconhecida em 1949 (UCG, 1976, p 10). Começou a funcionar nas salas do Colégio Santo Agostinho, sob a direção do

bispo Dom Abel Ribeiro Camelo. Depois, passou para o antigo prédio do Departamento de Filosofia e Teologia (FIT) que, segundo a memória da professora Kazue Yamaguchi (entrevista com a professora Kazue Yamaguchi, em 9 de ago. de 2002) era um prédio cor-de-rosa e o único da Universidade de Goiás.

Em 1960, a FFCL contava com oito cursos e, nesse ano, foram criados mais três: o de Filosofia, o de Matemática e o de Física. Nessa ocasião, o diretor da Faculdade era o padre Luiz Thomazi e o reitor da Universidade de Goiás, o padre Paulo de Tarso Nacca. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UCG estruturava-se com um diretor da Faculdade e um coordenador específico, de cada curso. O primeiro coordenador do curso de Matemática e Física foi o professor José Miguel Pereira de Souza.

**Quanto ao número de alunos, o curso de Matemática na UCG, nos primeiros anos de funcionamento, foi se estruturando conforme os dados da tabela seguinte que mostram, nos dois primeiros anos queda no número de alunos e depois um crescimento gradativo.**

Tabela 2 - Número de alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás de 1961 a 1967

Ano	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Nº de alunos	14	6	9	18	36	40	41

Fonte: UCG. 2003, s.p.<sup>11</sup>

Com a Reforma Universitária de 1968, a UCG, em 1972, teve que optar pela departamentalização, como registra Martins (2002, p. 171-172): “Desde o princípio de 1970, a Universidade Católica de Goiás iniciou o processo gradativo de implantação da Reforma Universitária, sob o reitorado do Padre Cristóbal Álvares Garcia, procurando definir-se por um projeto compatível com os pressupostos da própria reforma”.

<sup>11</sup>Ao comparar os dados da tabela com as informações obtidas nas entrevistas, percebe-se alguma diferença, que, porém não acarretará prejuízos à pesquisa.

A Reforma Universitária de 1968 trouxe as seguintes modificações internas: a) a departamentalização; b) a matrícula por disciplina; c) o curso básico; d) a institucionalização da pós-graduação (RIBEIRO, 1978, p. 193).

A partir de 1970, o curso de Matemática passou a funcionar no período noturno.

Em 1971, ele contava com 67 alunos no primeiro ano, 20 no segundo ano, 16 no terceiro ano e 9 no quarto ano. Nesse mesmo ano, os alunos desencadearam uma greve, pedindo professores mais qualificados para o magistério. O jornal *O Popular* do dia 14 de agosto de 1971, deu a notícia da volta dos alunos às aulas, porém com algumas mudanças. O padre Luis Thomazi assumiu a direção do curso<sup>12</sup> (UCG/ IGPA, 2003, s.p.).

*Em 1973, assumiu a reitoria da UCG o padre José Carlos de Lima Vaz, o quarto reitor da UCG. Nessa época, houve uma expansão considerável no número de alunos na universidade e um crescimento razoável do número de alunos do curso de Matemática, conforme mostra a tabela 3.*

*Tabela 3 - Número de alunos do curso de Matemática e número de alunos da Universidade Católica de Goiás de 1973/2<sup>o</sup> semestre a 1976/2<sup>o</sup> semestre*

Ano/semestre	73/2 <sup>o</sup>	74/1 <sup>o</sup>	74/2 <sup>o</sup>	75/1 <sup>o</sup>	75/2 <sup>o</sup>	76/1 <sup>o</sup>	76/2 <sup>o</sup>
Alunos							
Curso de Matemática	152	221	196	238	198	166	144
Total de alunos da UCG	4227	5184	5537	6067	6625	7298	7437

Fonte: UCG (1976, p. 31).

Tendo como diretriz a Lei n<sup>o</sup> 5.540, de 1968, surgiu o Departamento de Matemática e Física (MAF), que agregava os cursos de Matemática, Física e as disciplinas de Matemática, Física, Estatística e Química. Ao longo de sua existência, o curso de Matemática e também o departamento em que o curso se insere passaram por várias reconfigurações, decorrentes de várias lutas. Uma das lutas importantes refere-se ao

<sup>12</sup> Não foram encontrados registros de quanto tempo o padre Luis Thomazi ficou à frente do curso de Matemática.

reconhecimento do curso. Dentre os entraves para o seu reconhecimento, destacava-se a falta de titulação dos professores.

**O reconhecimento do curso demorou muito, só acontecendo em 1969, como registra o entrevistado César Augusto, formando da primeira turma do curso de Matemática da UCG:**

O processo de reconhecimento do curso demorou muito porque naquela época não tinha praticamente mestres e doutores. Eu fiz parte do reconhecimento do curso de Matemática, embora eu tenha me formado na primeira turma porque eu, na época do reconhecimento, já tinha uma certa qualificação. (entrevista com o prof.César Augusto, em 10 nov. 2002).

## **2.2 - Consolidação e funcionamento até os dias atuais**

Como já foi registrada anteriormente, a carência de professores de Matemática em Goiânia, na época da criação do curso de Matemática, era muito grande e as aulas eram dadas por engenheiros. Após a formatura da primeira turma de Matemática, o curso passou a se retroalimentar, ou seja, os alunos que se destacaram no curso e tinham interesse pelo ensino passaram a constituir o quadro de professores do curso, porém na década de 1970, o quadro mudou um pouco, uma vez que os professores do curso de Matemática da UFG passam a lecionar também na UCG.

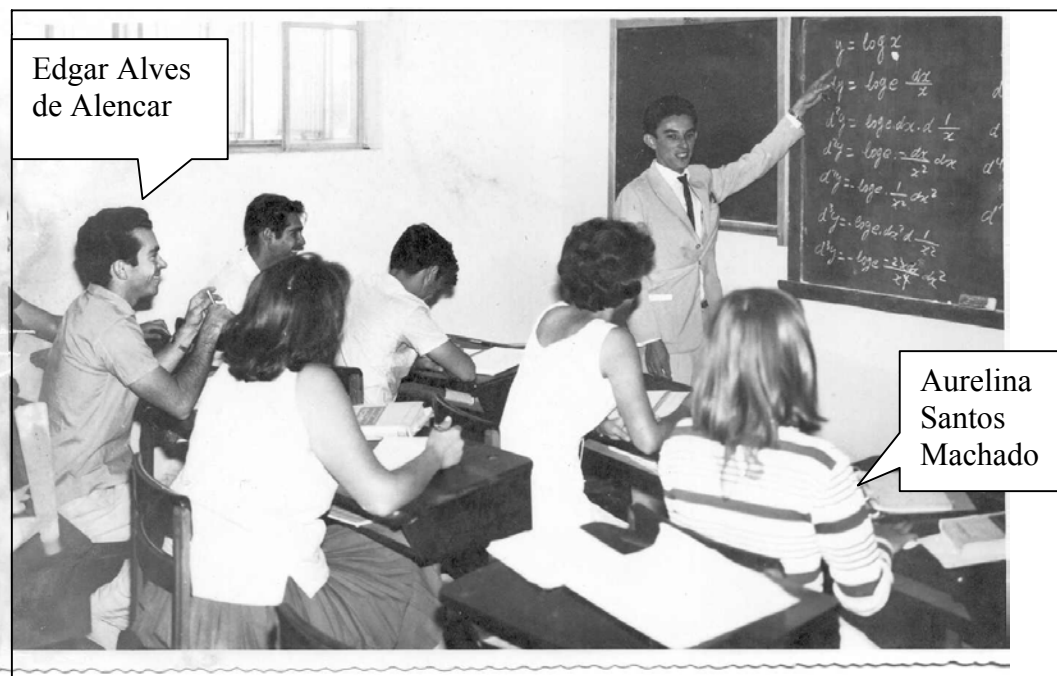


Figura 1<sup>13</sup> - Professor José Afonso ministra aula para o curso de Matemática — da Universidade de Goiás (hoje UCG), em 1964.

Dentre os alunos da figura 1, está presente a aluna Aurelina Santos Machado que, logo após sua formatura, começou a lecionar no curso de Matemática, abandonando, porém, sua atividade docente para cursar Medicina e, atualmente, é dermatologista em Goiânia. A busca por outro curso superior, dentre os alunos desse curso, foi muito comum, como se pode ver a seguir. Presente na foto também está Edgar Alves de Alencar que ainda é professor no MAF nos dias atuais.

Pesquisando a estrutura administrativa do departamento, verifica-se que, durante muitos anos, o curso de Matemática foi coordenado pelo diretor do MAF, que acumulava as duas funções. Em abril de 1979, foi criada a comissão auxiliar do departamento, com o objetivo de operacionalizar o seu funcionamento. Conforme o departamento se estruturava melhor, a comissão foi transformada em coordenações de Matemática, Física, Estatística. As entrevistas revelam que o coordenador de

<sup>13</sup> Foto do professor José Afonso, aluno da primeira turma do curso de Matemática da UCG ministrando aulas para os alunos do curso de Matemática.



Matemática se ocupava muito com os problemas da equipe, que eram vários, deixando o curso para um segundo plano.

**É proposta deste trabalho traçar o perfil dos diretores e professores do MAF. Em primeiro lugar, serão analisados os diretores, que são professores de Matemática e Física. Com esta finalidade, apresenta-se um perfil deles e o período em que foram diretores. Dos nove coordenadores, um era licenciado em Física e Química e bacharel em Física, cinco eram professores de Matemática, um era licenciado e bacharel em Matemática, ao passo que dois eram licenciados em Física, e dois bacharéis em Física, conforme mostra a tabela 4.**

**Tabela 4 - Diretores do Departamento de Matemática e Física da Universidade Católica de Goiás (1961-2003}<sup>14</sup>**

NOME	PÉRIODO DE EXERCÍCIO DO CARGO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
José Miguel Pereira de Souza	1961 a 1971	Licenciado e bacharel em Física, bacharel em Química, registro de Licenciado em Estatística, bacharel em Direito e em Economia, livre docente em Química, mestre na área de Engenharia Nuclear.
Augusto Cezar	1971 a 1973 1973 a 1975	Licenciado em Matemática e Física, bacharel em Engenharia, pós-graduado em Docência Universitária.
José Afonso Rodrigues Alves	1976 a 1978	Licenciado em Matemática, bacharel em Ciências Econômicas, especialista em Docência Universitária.
Armando Vieira de Souza	1978 a 1980 1980 a 1982	Licenciado em Matemática, bacharel em Engenharia Agrônoma.
Luiz de Gonzaga Vieira	1982 a 1984 1984 a 1986	Licenciatura em Matemática, especialista em Estatística e Métodos Quantitativos.

(continua)

Tabela 4 - Diretores do Departamento de Matemática e Física da Universidade Católica de Goiás (1961-2003)

NOME	PÉRIODO DE EXERCÍCIO DO CARGO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Pedro César Rocha Coimbra	1986 a 1989	Licenciado em Matemática, mestre em Matemática.
Jeovanini Fernandes Vieira	1990 a 1992	Licenciado em Física, bacharel em Engenharia Elétrica, especialista em Docência Universitária.
Juan Bernadino Marques Barrio	1992 a 1994	Bacharel em Ciências Físicas, mestre em Física, doutor em Didática das Ciências.
Hélio Corrêa Silva	1994 a 1999	Bacharel e licenciado em Matemática, mestre em Matemática.
Nilton Olímpio	De 2000 a 2003	Bacharel em Física, especialista em Educação.

Fonte: Banco de dados da dissertação.

Como já foi dito, o trabalho tem, também, como proposta traçar um perfil da maioria dos professores que lecionaram ou lecionam no curso de Matemática na UCG, embora sabendo das dificuldades encontradas, por o curso de Matemática estar muito envolvido com o MAF e a documentação na universidade ainda ser muito falha. Mesmo assim foi possível delinear, com base nas variáveis, data de ingresso e titulação, um perfil conforme mostra a tabela 5.

Tabela 5 - Professores do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás e respectiva titulação.

PROFESSOR	TÍTULO
Adelino Cândido Pimenta	Mestre em Educação (2002/UCG)
Ailton José Freire	Mestre em Matemática (1983/UFG)
Antônia Ferreira Nonato**	Doutora em Educação (2002/Unesp)
Antonio R. Neto.	*
Ary Pereira da Silva	*
Augusto Cezar	Especialista
Armando Paulino	Mestre em Matemática (2002/UFG)

(continua)

Tabela 5 - Professores do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás e respectiva titulação

<b>PROFESSOR</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
Armando Vieira de Souza	Graduado
Bercholina Honorato Alves	Mestre em Matemática (2002/UFG)
Christian Patrício Novoa Bustos	Pós-doutor em Matemática (2001/Unam – México)
Dagmar Junqueira G. Silva	Mestre em Educação (2003/UCG)
Diana Aparecida Rudoph	*
Dorival Pedroso **	Graduado
Edgar Alves de Alencar	Graduado
Fause Gonçalves	Especialista
Edson Vaz de Andrade	Especialista
Felisberto Peixoto	*
Gerardus Leonardus Beerends	**Doutor em Filosofia – Holanda
Gercino Monteiro Filho	Graduado
Glen César Lemos	Mestre em Matemática (1999/UFG)
Gumerinda Monfredini Pereira	Graduada
Hélio Correa da Silva	Mestre em Matemática (1972/UNB)
Heloisa Sírio Simon	Mestre
Iram Martins do Carmo	Doutorando-USP
Ivana Martelli	Doutora em Educação (2003/Unesp)
João Batista de Paula Abreu	Mestre em Matemática (1998/UFG)
João Moraes Aragão	Especialista
José Miguel Pereira de Souza	Graduado
José Afonso Rodrigues Alves	Especialista
José Elmo	Doutorando – USP
José Salvador	*
Juan Bernadino Marques Barrio	Doutor em Educação (2003/Universidade de Madri/ Espanha)
Júlio César S. Vasquez	Doutorando – Unicamp
Kazue Yamaguchi	Mestre
Laci Vieira Scuchut	Mestre em Matemática (1992/UFG)
Leonice Marrinque F. Tresvenzol	Mestre
Luís de Gonzaga Vieira	Especialista
Luis José de Macedo	Mestre
Marcos Antônio de Queirós	Graduado
Marcos Antônio Borges	Especialista
Maria Angélica Lombardi	Especialista
Maria de Jésus Pereira da Silva **	Especialista
Maria José Pereira Dantas	Mestre
Mauro Urbano Rogério	Mestre em Matemática
Mercedes Carlos Camilo	*
Nágila Ibraim El Kadi **	Mestre em Sociologia (1996/UFGM)

Neidimar Pinto das Neves	Graduada
--------------------------	----------

(continua)

Tabela 5 - Professores do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás e respectiva titulação

PROFESSOR	TITULAÇÃO
Nilton César Ferreira	Mestre em Matemática (2000/UFG)
Olnei Freire de Queiroz	Graduado
Orlando de Castro	Graduado
Ovídio Cândido de Oliveira Filho	Doutor em Matemática (1996/USP)
Pedro César da Rocha Coimbra	Mestre em Matemática (1992/UFPE)
Rosimara Fachin Pelá	Mestre em Matemática (2001/UFG)
Ricardo do Carmo	Especialista
Solange da Silva **	Doutoranda em computação (UFU)
Terezinha Carvalho Cortês	Especialista
Valdemar Pereira Lopes	Especialista
Vanda Domingos Vieira	Mestre em Educação (1998/UFG)
Venicius Veloso Borges	Doutor em Matemática (1988/USP)
Willie Alfredo Maurer (falecido)	Graduado

Fonte: Dados fornecidos pelo DRH-UCG e pelos entrevistados em 2003.<sup>14</sup>

**O curso de Matemática passou, nas várias décadas de existência, por transformações e crises, e essas fases são vistas por diferentes olhares por seus ex-diretores e professores.**

**Para o professor Armando Vieira de Souza (entrevista em 30 de ago. de 2002), 1977 e 1978 foram os anos de ascensão, pois o curso de Matemática da UCG contava com um doutor e 16 mestres, que possibilitaram, em sua opinião, que o curso tivesse um avanço em qualidade. Nessa época, os professores ministravam aulas nos cursos de Matemática da UFG e na UCG. Nos anos de 1980, a implementação do regime de dedicação exclusiva (DE) nas instituições de ensino superior federais (Ifes) provocou uma verdadeira debandada dos professores que lecionavam nas duas instituições, tendo permanecido na UCG apenas o professor Hélio Correa Silva.**

**Sem dúvida, a saída desses professores representou uma queda na qualidade do curso. Segundo o professor Juan Bernadino (entrevista em 8**

<sup>14</sup> i) Não foram encontrados registros, quanto à titulação.

ii) Os professores assinalados \*\* são de outros departamentos e lecionaram no curso de Matemática por vários anos consecutivos.

de abr. de 2003), no início da década de 1990, o curso de Matemática não tinha nenhum doutor e apenas um mestre, o professor Hélio Correa da Silva.

Várias análises dos entrevistados apontam a falta de incentivo para a qualificação docente como um fator determinante para a crise dos anos 1980 e 1990 na UCG. A política de qualificação docente sofreu mudanças com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96, com reflexos favoráveis no curso de Matemática, segundo o professor Juan Bernadino (entrevista em 8 abr. 2003). Até então, a universidade não se preocupava em ter uma política de qualificação para os seus docentes, e somente após a promulgação da LDB, os professores viram-se forçados a buscar titulação e, conseqüentemente, a universidade passou a elaborar uma política de pós-graduação. De acordo com o professor, havia apenas a busca de titulação, sem preocupação com a qualidade do curso:

Quando eu fui diretor ninguém queria sair para fazer mestrado por falta de uma política de incentivos. Quando a LDB forçou a qualificação, na segunda metade da década passada, aí foi uma correria para obter uma titulação. Isso foi bom por um lado, mas foi ruim por outro por que a qualidade foi esquecida. (entrevista com o prof. Juan B. Marques, em 8 abr. 2003).

Não só a saída de professores, como também as constantes reformas refletiram-se negativamente na queda da qualidade do curso. Na voz do entrevistado, o curso de Matemática, nas décadas de 1960 e 1970, havia um núcleo comum com o curso de Física, os conceitos e conhecimentos específicos eram muito bem trabalhados, ao passo que, nas décadas seguintes, as reformas foram atribuindo aos conteúdos um caráter mais superficial: “passamos a dar mais importância aos cálculos e não aos conhecimentos matemáticos em si” (entrevista com o prof. Juan Bernardino, em 8 abr. 2003).

O núcleo comum, referido pelo entrevistado, era formado por disciplinas comuns aos cursos de Matemática e Física nos quatro primeiros semestres, e somente então os alunos faziam as disciplinas específicas de cada licenciatura.

### 2.3 Reformas curriculares no curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás

As reformas curriculares foram freqüentes, e o curso de Matemática da UCG passou por várias mudanças no que diz respeito ao regime e ao currículo. Para melhor organizar esta exposição, pretende-se sistematizar essas mudanças desde a criação do curso.

Na década de 1960, o curso começou a funcionar no regime anual (seriado) em quatro anos, formando bacharel e licenciado, segundo a professora Kazue Yamaguchi: “A gente fazia três anos de bacharelado e depois um ano de licenciatura que era dentro da área de educação: Psicologia, Sociologia, Filosofia da Educação, Administração Escolar” (entrevista em 9 de ago. de 2002)<sup>15</sup>. O curso de Matemática, nessa época, funcionava na antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de Goiás e havia muitas aulas comuns a todos os cursos, e até mesmo a colação de grau e a formatura eram de todos os alunos do curso da FFCL, conforme informação de vários entrevistados.

Três fatos interessantes foram registrados pelos entrevistados a respeito daquela época. O primeiro diz respeito aos professores das disciplinas pedagógicas, que iam às escolas nas quais os alunos do curso de Matemática lecionavam, para orientá-los, corrigindo suas falhas, prestando uma verdadeira assessoria pedagógica. Os professores também cobravam planos de aulas dos monitores, como se eles tivessem ministrando aulas; tais atitudes, na visão dos depoentes, foram muito positivas para a sua formação. Outro fato diz respeito à localização da universidade. As ruas não eram asfaltadas e na época de chuva era quase impossível o acesso à universidade, pois o ponto final dos ônibus localizava-se no centro da cidade, e a universidade situa-se no Setor Universitário, distante do centro. O terceiro foi comunicado na entrevista da professora Terezinha Carvalho Cortês. No início do curso de Matemática (1961), se o candidato ao curso fosse professor por mais de dois anos, estava dispensado do exame vestibular. Esse incentivo vem confirmar a tese de que a

---

<sup>15</sup> Informação corroborada pelo professor Augusto Cezar (entrevista em 10 nov. 2002).

carência de professores habilitados em Matemática foi um dos pontos fortes para a sua criação na UCG.

Em 1960, a Universidade de Goiás contava com 588 alunos, em 1961, com 668 alunos e, em 1962, com 874 alunos em seus 17 cursos. Nos documentos pesquisados, em 1961, estavam registrados como professores do curso de Matemática apenas Ary Pereira dos Santos e José Miguel Pereira de Souza.

Em 1972, no primeiro semestre, iniciou-se o regime de créditos, para atender às exigências da reforma universitária de 1968. O curso de Matemática conferia o título de licenciatura plena em Matemática aos seus graduados.

Torna-se significativo ressaltar que o regime de créditos, a matrícula por semestre, a organização dos departamentos, a divisão do currículo escolar em ciclos básico e profissionalizante, implementados em 1972, vieram reforçar os interesses da política repressiva gerada pelo golpe de 1964. Em 1969, veio à tona mais um ciclo repressivo, conforme afirma Germano (2000, p. 11). Trata-se de uma época por ele denominada de *evasão de cérebros*, pois com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), grande número de professores universitários brasileiros evadiram-se para o exterior.

**Em meados da década de 1970, foi estabelecido um novo currículo para adaptação dos cursos de licenciatura em Matemática e licenciatura em Física para a licenciatura em Ciências, com habilitação em Matemática ou Física ou Biologia, com base na Resolução nº 30/74 do então Conselho Federal de Educação (Brasil. CFE, 1974). O aluno prestava o vestibular para o curso de Licenciatura Plena em Ciências e depois de dois anos optava pela habilitação em Matemática, Física ou Biologia. O curso tinha duração média de quatro anos.**

**O objetivo almejado pelo currículo de habilitação em Matemática era: “exercer funções do magistério, desenvolver princípios e técnicas aplicáveis à intensificação científica das ciências exatas, assessorando também outros especialistas desses campos particulares” (UCG, 1976, p. 81).**

**A grade da reforma curricular constituía-se de 194 créditos, assim distribuídos: 38 créditos para o primeiro ciclo de estudos gerais; 44 créditos para o tronco comum; 76 créditos para as disciplinas específicas; trinta para as disciplinas pedagógicas e seis para as disciplinas obrigatórias, como Teologia e Estudos dos Problemas Brasileiros.**

**No cotidiano da implantação desse currículo, os alunos manifestaram um grande descontentamento pelo currículo do curso, pois o núcleo comum oferecia muitas disciplinas fora do contexto da habilitação pretendida, causando prejuízo às disciplinas específicas, que acabavam por ficarem reduzidas. O professor Hélio Correa assinala os efeitos da reforma curricular:**

veio o currículo de Ciências que aí ficou aquela coisa meio esquisita, virou uma vitamina de conteúdos e quase tudo na mesma dosagem. O aluno de Matemática, por exemplo, tinha muita Geologia, tinha muita Biologia e pouca Matemática, pouca Física para o curso de Física, pouca Biologia para o curso de Biologia. (Entrevista em 9 out. 2002)

**Analisando a grade curricular do curso de Licenciatura Plena em Ciências, observa-se que dos seus 192 créditos, 12 eram de Física, oito de Elementos de Geologia, 12 de Biologia, oito de Química, além dos 42 das disciplinas de Teologia, Português, Filosofia que, somados, correspondiam a 82 créditos (43% do total). Dessa forma, quase a metade dos créditos era consumida com disciplinas fora da área de habilitação do curso de Matemática, o que vem confirmar a justificativa da proposta de mudança de currículo para o curso, com os seguintes pontos negativos:**

- 1) A impossibilidade de garantir a formação científica e pedagógica razoável do corpo docente das escolas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus;
- 2) O pouco conhecimento por parte dos professores da cada uma das áreas específicas das Ciências, impedindo o que se pretendia: o *Ensino de Ciências*;
- 3) O desagrado manifesto dos alunos diante da presença de certas disciplinas fora da área da habilitação de sua opção;
- 4) O baixo índice de procura nos vestibulares e o alto índice de evasão;
- 5) A decepção da clientela desses cursos ao receber formação diversificada e pouco profunda;
- 6) A não aceitação desses cursos quer pelos estudantes que pela maioria das instituições. (UCG, 197. Processo UCG/VA/MAF/004/87).



O curso de Licenciatura Plena em Ciências enfraquecia-se em virtude de vários fatores, como a não-garantia de formação científica e pedagógica adequada, a oferta de disciplinas fora da área da habilitação, o baixo índice de procura nos vestibulares, o grande número de evasão e de transferência para outros cursos, levando a congregação do Departamento de Matemática e Física (MAF) a iniciar, em 1986, o estudo da reforma curricular, conforme consta no processo já citado.

Na voz do professor Pedro César (entrevista em 26 mar. 2003), essa mudança curricular aconteceu com um projeto elaborado por uma equipe de professores: Juan Bernadino Marques Barrio, Hélio Correa Silva e Armando Vieira, coordenada pelo primeiro, durante a gestão do professor Luiz de Gonzaga Vieira. O projeto inicialmente foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa para depois ser discutido pela congregação do MAF. Sua proposta era formar licenciados em Matemática ou Física. Seu objetivo era: “a formação de professores porque o Estado de Goiás tinha um déficit muito grande de professores formados ou com licenciatura nas áreas de Matemática e Física” (UCG, 1987. Processo UCG /VA / MAF /004/87).

O professor Pedro César registra que a elaboração do projeto, naquela época, foi muito difícil porque o MAF desconhecia o referencial estabelecido pela legislação que regia a educação brasileira e nem tinha um diálogo com instituições congêneres que viviam a mesma realidade. Depois de muitos estudos e do auxílio da Vice-reitoria Acadêmica (VA), a comissão conseguiu estruturar o projeto, como fica registrado na sua fala: “na verdade, essa reforma foi sofrida, porque para o período de escrever o projeto foi muito difícil, pois nós não tínhamos referência, suporte pedagógico especialmente a nível de legislação” (Pedro César, entrevista em 26 mar. 2003).

O projeto propunha formar alunos licenciados em Matemática ou em Física, com conhecimento aprofundado nas disciplinas específicas de cada habilitação, isto é, um professor de primeiro e segundo graus competente e transformador da realidade social e com melhores oportunidades diante do mercado de trabalho.

Alguns dos objetivos dessa reforma estão expressos no projeto:

Os novos currículos para os cursos de Matemática e Física deveriam ser capazes de propiciar ao estudante condições de:

- tornar um professor de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus competentes no sentido de orientar adequadamente o processo de ensino, estudo x aprendizagem.
- ter domínio dos conteúdos que lhe permitam apresentar um bom desempenho naquela que for sua opção profissional ( professor/pesquisador/...).
- obter melhores oportunidades frente ao mercado de trabalho
- desenvolver no estudante de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus uma consciência crítica e um espírito científico. (UCG, 1987. Processo UCG, VA, MAF, 004/87).

De acordo com o currículo proposto, o MAF devia oferecer 14 disciplinas comuns aos dois cursos e oito específicas para cada um, e a grade curricular devia ser completada com disciplinas dos outros departamentos, conforme registra o processo citado.

Na avaliação de alguns professores essa proposta era positiva, pois oferecia ao aluno do curso uma formação com maior conteúdo específico da Matemática o que acarretaria melhores condições para atuação do futuro professor, com “formação adequada da criança do adolescente e do futuro profissional” (UCG, 1987. Processo UCG/ VA/MAF/004/87), porém, depois de aprovado e colocado em prática, não conseguiu atrair e manter os alunos na licenciatura em Matemática.

Os dois primeiros anos da década de 1990 foram de profunda crise nas licenciaturas, não só em Goiás, mas no Brasil, conforme relata Brzezinski (1997, p. 60):

No início da década de 90, no entanto, o modelo de formação de professores, construído na década anterior, já não respondia às exigências da contemporaneidade. O modelo se exauria como reflexo do histórico desperdício dos cursos de Licenciatura na universidade e da falta de respostas desses cursos às rápidas transformações tecnológicas e sociais por que passam o país e o mundo. Exauria-se também o modelo, em decorrência do descaso com que as políticas públicas tratam a questão educacional e da sistemática desvalorização social e econômica imposta pela sociedade capitalista brasileira ao profissional da educação.

Havia a crença de que os cursos de licenciatura, incluindo a de Matemática, deveriam ser fechados em razão da grande evasão e pouca procura pelo curso. Esses problemas eram comuns a todos os cursos de licenciatura da UCG.

Os dados de matrículas no curso de Matemática, de 1984 a 1994, são apresentados nas tabelas 6 e 7.

Tabela 6 - Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Católica de Goiás - Matrícula por semestre, ingresso por vestibular (1987-1996)

ANO/ SEMESTRE	1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996	
	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>
NÚMERO DE ALUNOS	23	28	27	51	50	40	39	32	33	31	17	19	16	6	16	11	23	22	39	35

Fonte: UCG, Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos – CPD, 2003.

Tabela 7 - Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Católica de Goiás - Matrícula geral por semestre (1987-1994)

ANO/ SEMESTRE	1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996	
	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>
NÚMERO DE ALUNOS	171	176	193	176	157	143	121	99	84	99	84	64	53	44	55	74	117	108	126	138

Fonte: UCG, Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos – CPD, 2003.

Diante dos problemas de evasão e baixa procura pelo curso, o desafio consistia em elaborar uma proposta que tornasse o curso mais atraente e, ao mesmo tempo, competitivo.

Uma nova reforma curricular ocorreu em 1994, assim como em todos os cursos de licenciatura da UCG, conforme relata Brezezinski (1997, p. 69):

O Colegiado das Licenciaturas, a partir de 1993, passou a construir, então, uma proposta inovadora de formação de professores, bacharéis e especialistas, mediante um trabalho coletivo e interdisciplinar. Construía-se uma nova política para as licenciaturas da UCG. Essa política pretende formar um profissional fundamentalmente preparado para o trabalho pedagógico da escola de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus.

A reforma de 1994 aconteceu na época em que as licenciaturas passavam por uma crise muito grande. Vários cursos foram ameaçados de fechar, em virtude da baixa procura. Para muitos, o projeto dessa reforma foi, na época, futurista e de grande valia para a formação de professores, pois trazia propostas novas, como as disciplinas chamadas interdisciplinares, oferecidas a todos os cursos, com o objetivo de ampliar o conhecimento dos alunos e efetuar uma verdadeira interdisciplinaridade entre os conteúdos dos cursos.

A reforma de 1994 foi bem sucedida graças a três fatores:

- ser um curso noturno;
- exigência de qualificação profissional de professores em nível superior como requisito indispensável para o exercício do magistério, no ensino fundamental e médio;
- mudança na situação econômica nacional: “Nós saímos daquele período Collor numa estabilidade relativa e isso favoreceu o aumento de alunos na universidade” (entrevista com o professor Juan Bernadino, em 8 abr. 2003).

Ainda na década de 1990, a UCG investiu seus esforços para atingir sete mil alunos, o que colaborou também para que a instituição se concentrasse no projeto das licenciaturas visando o aumento do número de vagas dos cursos, incluindo o de Matemática.

O panorama nacional mudou realmente na década de 1990, e a UCG chegou a 2000 com 24 mil alunos.

No entendimento do professor Pedro César (entrevista em 26 de mar. 2003), trata-se de uma reforma curricular da qual o MAF, como congregação, participou pouco, pois as propostas eram discutidas em um prazo muito curto. Para ele, várias mudanças deveriam ter entrado em discussão, como o nivelamento dos conteúdos básicos do ensino médio na forma de disciplinas complementares, o que não aconteceu: “essa reforma foi, pelo menos a nível de departamento, de uma maneira muito rápida. Quando as propostas chegavam para discussão era dito assim: essas decisões eram para ontem, então não dava tempo de discutir”.

A grade curricular da reforma de 1994 era composta de 192 créditos, distribuídos em sete semestres, dos quais 14 créditos eram interdisciplinares, além do núcleo comum a todas as licenciaturas, o que na voz do professor Hélio Correa (entrevista em 9 out. 2002) era, até certo ponto, positivo. Assim o professor se expressa: “eu acho que o principal mérito do projeto das licenciaturas foi o de conseguir colocar gregos e troianos na mesma arena e com convivência saudável, pois colocou todos os cursos de licenciatura a trabalharem juntos”.

No projeto das licenciaturas, a integração do curso deveria acontecer no oitavo período com a especialização, mas, no decorrer do tempo, vários alunos não sentiam motivação pelos cursos oferecidos pelo colegiado das licenciaturas. Várias mudanças aconteceram no oitavo semestre, com o objetivo de atrair os concluintes das licenciaturas.<sup>16</sup>

O professor Juan Bernadino (entrevista em 8 abr. 2003) faz a seguinte análise da reforma de 1994:

---

<sup>16</sup> Para 2003, segundo semestre, está previsto um curso de especialização em Ciências Exatas e Biológicas, na expectativa de atrair os concluintes, sobretudo da área de ciências.

O atual currículo foi projetado pensando na nova reforma da educação brasileira, na questão da valorização do professor, na perspectiva de criar um professor que se diferenciava daquilo que normalmente eles faziam. Criaram certos núcleos de atividades interdisciplinares e infelizmente não deu certo porque a idéia inicial dos núcleos era que fossem sete núcleos de atividades interdisciplinares e os alunos teriam que fazer uma atividade de cada núcleo por semestre.

Ele comenta que exigir que o aluno faça o curso em três anos e meio e, no oitavo semestre curse a especialização, na sua opinião, foi um erro: “eu acho que não se faz especialização em um semestre. (...) e tem mais um agravante, eles puxaram esse oitavo semestre para fora do departamento”.(entrevista com o prof. Juan Bernadino, em 8 abr. 2002).

O professor Pedro César (entrevista em 26 mar. 2003) corrobora essa opinião:

A estrutura curricular do nosso curso é extremamente deficiente, na verdade você tem um curso de Matemática em sete períodos e uma especialização em um semestre. A gente acha que essa estrutura é muito pouca. Para se ter uma idéia nós temos um aluno que termina bacharelado e licenciatura sem nunca ter estudado Topologia, Geometria Diferencial. Nós temos limitações fortes para o bacharelado. No meu ponto de vista a nossa vocação é para licenciatura.

Para o professor Pedro César (entrevista em 26 mar. 2003), o curso de Matemática precisa elaborar uma proposta que prepare melhor o aluno para exercer a profissão de professor, fazendo que simulem situações de sala de aula, expondo conteúdos básicos para os colegas e usando as novas tecnologias de comunicação, pois o mercado de trabalho, além de exigir um profissional com conteúdo, faz opção por profissionais que utilizem os meios de comunicação modernos. Acrescenta ainda que, em relação ao novo currículo, o curso de Matemática deve conter uma estrutura mínima que atenda à clientela que procura o curso: alunos com deficiência de conteúdos, alunos que trabalham de dia e estudam à noite, que necessitam de um momento de recuperação incluído no currículo para que consigam efetivamente trabalhar com os conteúdos de nível superior.

Atualmente, portanto, na avaliação de vários professores da UCG, a reforma de 1994 já não atende às necessidades do curso de Matemática para a formação de seus alunos. Dentre os fatores apontados pelos críticos da última reforma, destaca-se a insatisfação dos acadêmicos quanto às disciplinas chamadas interdisciplinares, que perderam o sentido de formar um aluno com uma visão mais ampla de conteúdos e representam um número expressivo de 14 créditos durante o curso. A queda pela procura pelo curso e a evasão constituem fatores agravantes. A expansão recente do ensino superior em Goiás, especialmente com a abertura de várias IES privadas e públicas de Goiás, que contam com cursos de Matemática, também representa um alerta para o curso de Matemática da UCG que necessita ser diferente dos demais, para atrair os alunos. A tabela 8 mostra as instituições de ensino superior que ministram cursos de Matemática.

Tabela 8 - Instituições de ensino superior com cursos de Matemática no estado de Goiás (2003)

INSTITUIÇÃO	CURSO	LOCALIDADE
Universidade Católica de Goiás (UCG)	Matemática	Goiânia
		Inhumas
		Valparaiso
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Matemática	Goiânia
	Matemática	Catalão
	Matemática	Jataí
	Matemática	Rialma
Faculdades Integradas da Associação Evangélica	Ciências — Matemática	Anápolis
Escola Superior de Educação Ciências e Letras de Rio Verde	Ciências — Matemática	Rio Verde
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Ciências — Matemática	Quirinópolis
	Licenciatura em Matemática	Formosa
	Licenciatura em Matemática	Santa Helena
	Licenciatura em Matemática	Jussara
	Licenciatura em Matemática	Porangatu
	Licenciatura em Matemática	Posse
	Licenciatura em Matemática	Goiás

Licenciatura em Matemática	Anápolis
Matemática	Posse
Matemática	Morrinhos
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Iporá
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Porangatu
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Goiatuba
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Goianésia
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Pires do Rio
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Itaberaí
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Santa Helena
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Jussara
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Crixás
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Goiânia
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Aparecida de Goiânia
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Ceres
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Morrinhos
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Formosa
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Campos Belos
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Trindade
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Palmeiras
Matemática (emergencial parcelada estadual)	Posse

(continua)

Tabela 8 - Instituições de ensino superior com cursos de Matemática no estado de Goiás (2003)

INSTITUIÇÃO	CURSO	LOCALIDADE
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Sanclerlândia
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Jataí
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Niquelândia
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Itapuranga
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Goiás
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Anápolis
	Matemática (emergencial parcelada estadual)	Goiatuba
	Matemática (plenificação)	Porangatu
	Matemática-licenciatura plena	Iporá
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itumbiara	Ciências — Matemática	Itumbiara
Universidade Salgado de Oliveira	Matemática	Goiânia
Faculdade Central de Cristalina	Matemática	Cristalina
Faculdade de Matemática da Instituição de Ensino Superior de Goiás	Matemática	Formosa





TRANSFERIDOS	2	-	8	-	-	-	1	2	-	-	-
DESLIGADOS	5	20	9	17	20	19	16	16	21	12	-
CURSO CONCLUÍDO	4	3	5	4	1	1	1	-	-	-	-
CANCELADOS	-	-	-	4	-	1	2	9	-	8	-
DESISTENTES	-	-	-	1	-	6	2	1	-	-	3
TRANCAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
MATRICULADOS	-	-	-	3	4	17	21	24	34	44	40
TOTAL	11	23	22	29	25	44	43	53	56	65	43

Fonte: Dados fornecidos pelo Centro de Processamento de Dados (CPD), Sistema de Controle Acadêmico da UCG, 2002.

Os dados da tabela 9 destacam alguns elementos importantes:

- baixo número de alunos que concluem o curso - apenas quatro dos 11 que iniciaram o curso em 1994, segundo semestre; três, dos 23 da turma de 1995, primeiro semestre; cinco, dos 22 alunos de 1995, segundo semestre; quatro, dos 29 da turma de 1998, primeiro semestre; apenas um de cada uma das turmas de 1998, segundo semestre, 1999, primeiro e segundo semestre, e os dois últimos alunos fizeram vários aproveitamentos por serem oriundos de outros cursos da área de exatas;

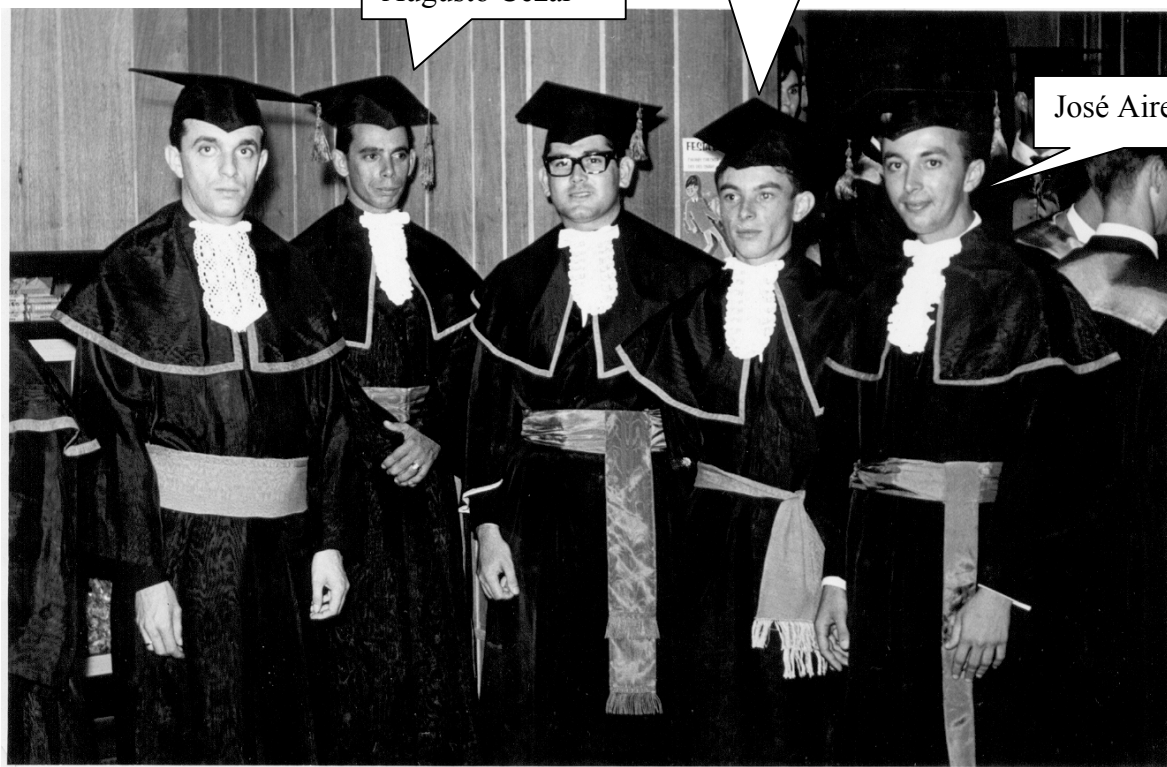
- um dos alunos de 1994, segundo semestre, (início do projeto de formação de professores da UCG) gastou 13 semestres (seis anos e meio) para se formar; registre-se que esse aluno trancou a matrícula por dois anos, por ter ingressado no exército;

- o número de alunos desligados da universidade é muito grande.

*Segundo o professor César Augusto (entrevista em 10 nov. 2002), a primeira turma que começou o curso de Matemática e Física tinha “22 ou 23 alunos, mas só*

*formamos três: o professor José Afonso Rodrigues Alves que está na UCG até hoje, o professor José Aires Leal, esses dois formaram em Matemática e eu, na Física”, o que vem confirmar as informações de que ingressam muitos alunos, mas há um alto índice de evasão.*

Figura 2 - Formandos de Matemática e Física da Universidade Católica de



Goiás - 1964

Fazendo parte desse contexto, é interessante enumerar os nomes dos alunos da primeira turma dos cursos de Matemática e Física, conforme registros do Anuário de 1961 (UCG, 1961):

a) Curso de Matemática - Augusto César, Carlos Leopoldo Dayrell, Enéas de Nazaré Lima Vieira, Hélio Mauro Umbelino Lôbo, João de Deusu Roriz, José Afonso Rodrigues Alves, José Ayres Leal, José Antônio Dias Teixeira, José Carlos Gilberti, José Maroclo de Miranda, Júlio Amilcar Campioni, Nei da Rocha Cunha, Newton Rodrigues de Lima, Sebastião França.

b) Curso de Física - Célio Ferreira Leão, Gesner do Espírito Santo, Gláucia Fonseca Pereira, José Alves Fernandes Filho, José Wilmar Tavares, Manuel de Bela Cruz Sobrinho, Rui Machado de Mendonça.

Registrou-se também o nome de alunos da turma de Física, pois o professor Augusto César afirmou que os cursos de Matemática e Física tinham muitas disciplinas em comum, e ele terminou o curso de Física antes de concluir o curso de Matemática.

*Questionado sobre a razão de tamanha evasão, o entrevistado responde: “Primeiro porque o curso era muito puxado, segundo por causa da biblioteca que não existia, então o pessoal que fazia Matemática e Física optou por fazer Engenharia na Federal” (entrevista com o professor Augusto César, em 10 nov. 2002).*

*Outras vozes justificam essa evasão de forma diferente: a desvalorização da profissão que faz que o aluno procure outros cursos; a baixa concorrência, motivo de o curso servir de trampolim para outros, mais concorridos. A voz da professora Kazue Yamaguchi confirma:*

*Comigo entraram várias pessoas. Acho que na minha sala tinha uns trinta alunos. A maioria eram alunos que tinham feito vestibular para Medicina e Engenharia e não tinham passado, então eles faziam vestibular para Matemática, estudavam um ano, adquiriam uma boa base e no final do ano tornavam a prestar vestibular para os cursos pretendidos. (entrevista em 9 ago. 2002).*

A evasão ocorre desde o início do curso, conforme Anuário da UCG (UCG, 1996), que registra os seguintes números de alunos no curso de Matemática, em 1996: 26 alunos na primeira série, sete na segunda, cinco na terceira e quatro na quarta, com um total de 46 alunos. Houve semestre em que nenhum aluno se formou e, em outros, apenas um aluno, como mostra a tabela 10.

*Tabela 10 - Formandos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás (1964-1992)*

Nº DE FORMANDOS	ANO
3	1964
3	1966

4	1967
5	1968
6	1969
13	1970
10	1971
*	1972
19	1973
*	1974
*	1975
*	1976/1º semestre
12	1976/2º semestre
7	1980/1º semestre
* <sup>17</sup>	1981/1º semestre
7	1989/1º semestre
8	1992

Fonte: Secretaria Geral da UCG, 2003.

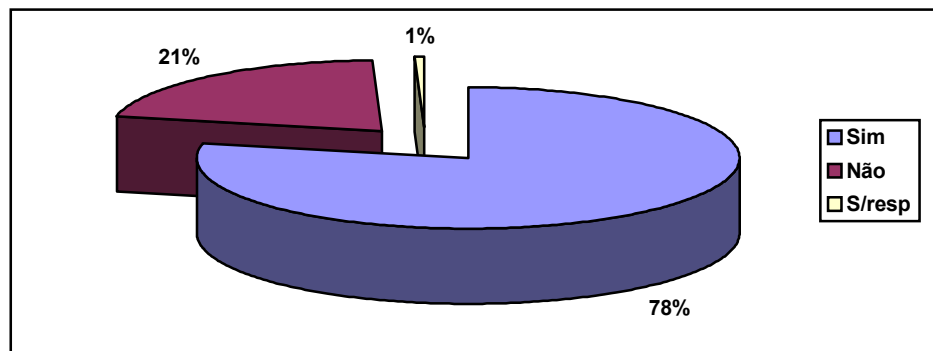
---

<sup>17</sup> significa que não foram encontrados os dados.



Figura 3 - Formandos de Matemática e Física da Universidade Católica de Goiás no ano de 1970<sup>18</sup>

Além disso, é oportuno ressaltar que o curso de Matemática da UCG reúne uma clientela de alunos trabalhadores, como ficou comprovado nas entrevistas e na pesquisa em andamento feita no MAF que aponta ser de 78% o índice de alunos trabalhadores, conforme os dados mostrados na figura 4.



<sup>18</sup> Na fila em destaque, da esquerda para a direita, a segunda pessoa é o professor Dorival Pedroso, a quarta é a professora Terezinha Cortês, ambos professores da UCG e a terceira é a professora Gumercinda Monfredine, ex-professora da UCG.

**Fonte: Projeto: Docência universitária e sucesso acadêmico no Departamento de Matemática e Física da Universidade Católica de Goiás. Gráfico de autoria da pesquisadora deste trabalho.**

**Figura 4 - Atividade remunerada exercida pelos alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 2002/1º semestre.**

O resultado do desempenho dos alunos do curso de Matemática nos Exames Nacional de Cursos (ENC), *o provão*, depende, segundo opinião dos entrevistados, do maior ou menor comprometimento dos alunos com o curso. Os resultados na tabela 11 vêm confirmar a informação, pois o curso continuou o mesmo e os resultados variaram.

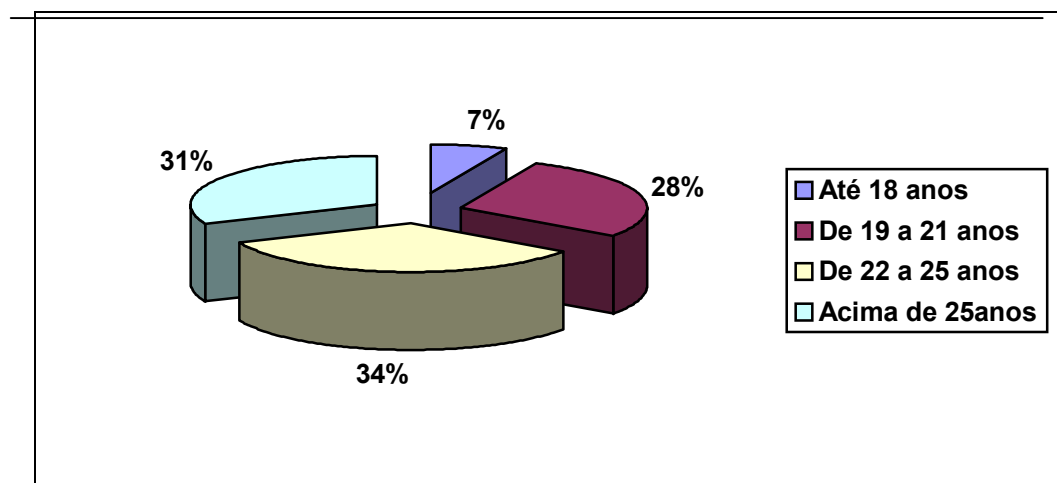
**Tabela 11 - Conceitos atribuídos ao curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás pelo Exame Nacional de Cursos (1998-2002)**

ANO	1998	1999	2000	2001	2002
CONCEITO	C	C	B	A	C

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório divulgado pelo MEC (Brasil, MEC, 2002).

Quanto à clientela que entra para o curso de Matemática da UCG, o professor Armando Vieira tece o seguinte comentário: “O nosso aluno da licenciatura é um aluno que normalmente faz a opção pela Universidade Católica porque o curso é noturno, ele é professor e além de trabalhar é um aluno amadurecido”.(entrevista em 30 ago. 2002)

Tal afirmação fica comprovada nos dados da pesquisa em andamento no MAF que aponta que 34% dos alunos que ingressaram em 2002, primeiro semestre, têm idade de 22 a 25 anos, ou seja, são adultos jovens. A figura 5 apresenta esses dados.



**Figura 5 - Idade dos alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás - 2002/1º semestre**

**Fonte: Projeto UCG - Docência universitária e sucesso acadêmico no Departamento de Matemática e Física da UCG – 2002.**

Outra discussão que propõe esta pesquisa refere-se à missão do curso para formar licenciados, bacharéis, ou ambos. Com base na análise dos dados, percebe-se que a vocação do curso de Matemática da UCG é para a licenciatura, afirmação confirmada por



todos os entrevistados, merecendo destaque para o mentor intelectual do atual curso de bacharelado que, na entrevista, admite: “com certeza essa é nossa maior vocação” (Hélio Corrêa, entrevista em 9 out. 2002).

### **O professor Luiz de Gonzaga corrobora essa afirmação:**

**Quando nós trouxemos o professor Willie Maurer para cá, ele veio com a preocupação de melhorar o conteúdo por nós ministrado, pois o pessoal da engenharia que era o nosso grande cliente na época, era um curso forte. Um curso de muita demanda e com alunos excelentes que exigiam conteúdos a altura, então o professor Willie veio com carga de 30 horas, sendo que ele tinha apenas uma turma de análise para o curso de Matemática e o restante do tempo ele ficava por conta de assessorar quem o procurasse no sentido de tirar dúvidas e melhorar o conteúdo. (entrevista em**

**Outros dados apontados na pesquisa já citada (UCG, 2002) e que merecem destaque são os seguintes:**

- 61,1% dos alunos do curso de Matemática da UCG cursaram o ensino médio e o fundamental em escola pública;**
- 33,1% dos alunos que exercem atividade remunerada são professores;**
- 40,8% dos entrevistados disseram que fazem o curso por gostarem de Matemática;**
- o recurso mais utilizado como fonte de consulta resume-se a anotações em sala de aula (42%);**
- 30% dos alunos estudam de duas a quatro horas semanais, 29% estudam de quatro a seis horas semanais e 24 % mais de seis horas;**
- 46,1% manifestam desejo de aprender e 24,3% entusiasmo, são sentimentos presentes no momento de realizar as atividades escolares;**
- 64,4% dos alunos consideram que todos os professores apresentam domínio do conteúdo que ministram; 67% consideram que poucos docentes se preocupam em desenvolver o processo de reflexão; 70% indicam que poucos docentes utilizam metodologia de ensino adequada; 55,2% apontam que todos os professores mantêm um relacionamento cordial com os**

estudantes; 69 % consideram que poucos professores incentivam o gosto pelo estudo da disciplina que ministram, e 66% anunciam que poucos docentes orientam o estudante a respeito de como estudar;

-ao serem questionados sobre os fatores que podem melhorar a qualidade do curso, os estudantes indicaram maior disponibilidade dos professores para atendimento aos alunos (28,6%); existência de melhor infra-estrutura, como biblioteca, equipamentos e materiais didáticos (20,7%); acompanhamento e avaliação do desempenho docente por parte do departamento (17,4%), maior vinculação entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão (16,8%) e qualificação dos professores (16,2%).

A figura 6 apresenta a dificuldade que os alunos do curso de Matemática têm enfrentado para estudar.

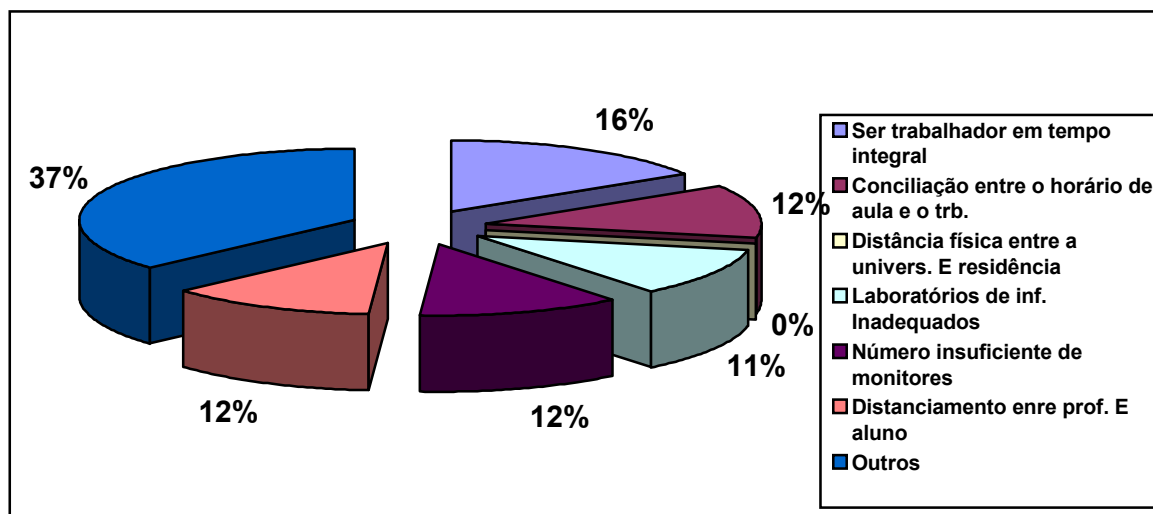


Figura 6 - Dificuldades que os alunos do curso de matemática da UCG têm enfrentado para estudar.

Fonte: UCG Projeto docência universitária e sucesso acadêmico no Departamento de Matemática e Física da UCG, 2002.

A título de informação, serão apresentadas informações sobre o curso de Matemática da UCG, que permite uma visão quantitativa em relação ao número de alunos nos últimos anos.

**Tabela 12 - Número de alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 1994 a 2003**

<b>PERÍODO (ano/semestre)</b>	<b>Nº DE ALUNOS NO CURSO</b>	<b>Nº DE VAGAS NO VESTIBULAR</b>
1994/1 <sup>o</sup>	58	30
1994/2 <sup>o</sup>	77	30
1995/1 <sup>o</sup>	108	30
1995/2 <sup>o</sup>	105	35
1996/1 <sup>o</sup>	126	35
1996/2 <sup>o</sup>	136	35
1997/1 <sup>o</sup>	149	35

(continua)

**Tabela 12 - Número de alunos do curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás – 1994 a 2003**

<b>PERÍODO (ano/semestre)</b>	<b>Nº DE ALUNOS NO CURSO</b>	<b>Nº DE VAGAS NO VESTIBULAR</b>
1997/2 <sup>o</sup>	169	35
1998/1 <sup>o</sup>	188	35
1998/2 <sup>o</sup>	183	35
1999/1 <sup>o</sup>	183	35
1999/2 <sup>o</sup>	204	50
2000/1 <sup>o</sup>	250	60
2000/2 <sup>o</sup>	297	60
2001/1 <sup>o</sup>	256	60
2001/2 <sup>o</sup>	246	60
2002/1 <sup>o</sup>	262	60
2002/2 <sup>o</sup>	241	60
2003/1 <sup>o</sup>	233	60
2003/2 <sup>o</sup>	205	60

Fonte: UCG. Secretaria do MAF, 2003.

## CAPÍTULO 3

### O CURSO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DA CRIAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

**Neste capítulo, inicialmente, faz-se um breve relato da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG) para situar a gênese do curso de Matemática, nela criado em 1963.**

**A busca da trajetória percorrida pelo curso de Matemática da UFG passa pela criação do Instituto de Matemática e Física (IMF), no qual ele se instala e, então, se procura analisar e interpretar a sua caminhada, seus fluxos e refluxos, enfim, o contexto que serviu de sustentação ao curso, desde a sua criação até os dias atuais.**

**Destaca-se, de modo acentuado, a década de 1960, quando o curso de Matemática da UFG buscou, de forma clara, a sua afirmação como um grande centro de ensino e pesquisa. O golpe militar de 1964 também interferiu na vida das universidades e não foi diferente no IMF. Na década de 1980, ocorreu a grande crise das licenciaturas e, a partir daí, o curso de Matemática voltou-se de maneira equilibrada, tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura.**

#### 3.1 A Faculdade de Filosofia e o curso de Matemática da Universidade Federal de Goiás

Antes da reforma universitária de 1968, os cursos de Matemática, no Brasil, pertenciam às Faculdades de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), o que não foi diferente na Universidade Federal de Goiás e, por isso mesmo, esta discussão inicia-se com a constituição da FFCL/UFG.

A criação da FFCL/UFG começou a ser discutida em reunião do dia 25 de setembro de 1962, quando se reuniu no gabinete do reitor, em sessão ordinária, o Conselho Universitário para, dentre outros assuntos, tratar da criação, instalação e funcionamento da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. O então reitor, Colemar Natal e Silva, presidente do conselho, fez a defesa da criação da referida faculdade afirmando ser ela “núcleo central em torno do qual gravitarão muitas de nossas atitudes” (UFG, 1962). Traçou, também, um esquema de funcionamento para a instituição:

- a) em 1963, funcionarão as primeiras séries dos cursos de Matemática, Física, Pedagogia e Letras Neo-latinas;
- b) em 1964, funcionarão as primeiras séries dos cursos de Química, Geografia, História e Letras Anglo-germânicas;
- c) em 1965, funcionarão as primeiras séries dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras Clássicas e História Natural (UFG, 1962).

Por meio de várias vozes, reconstrói-se também a história da criação do curso de Matemática da UFG.

Abrindo as gavetas de sua memória, em entrevista, o professor Orlando Ferreira de Castro (entrevista em 18 out. 2002) diz que a discussão sobre a criação da FFCL já era uma realidade entre os docentes da UFG:

Em 1961 o professor Colemar, que era reitor, baixou uma portaria nomeando uma comissão para instalar a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal. Se não me engano, o nome dos componentes desta comissão eram: o professor Egídio que era o líder da comissão, o professor Genesco Bretas, a professora Floraci Rebouças do Amaral, a professora Genesi de Castro e Silva e eu. Nós reuníamos geralmente no consultório do Dr Samir Helou, que ficava no Edifício Inhumas, na Avenida Anhangüera, esquina com a Rua 6, e que existe até hoje. Em frente, funcionava o Bar Royal. Era um bar chique da cidade naquela

época e aos domingos não podíamos nos reunir no consultório do Dr Samir, então nós reuníamos a comissão lá no Bar Royal. Ali nós fazíamos tudo, como programas das disciplinas, currículos e principalmente discutia quais eram os cursos que a faculdade de Filosofia devia ter (entrevista com o prof. Orlando de Castro, em 18 out. 2002).

Em sua fala, o professor Orlando de Castro (entrevista em 18 out. 2002) destaca a discussão que havia naquela época sobre a necessidade dos cursos na área de exatas:

Um dos cursos que mais fazia falta eram os chamados cursos de Ciências Exatas, ou seja, Física e Matemática. Então ficou decidido que esses cursos seriam criados. No meio daquelas reuniões, antes mesmo de criar a Faculdade de Filosofia por lei, por um decreto do Presidente da República, foi feita a distribuição de departamentos e eu fui eleito o chefe do Departamento de Matemática e Física inclusive para montá-lo. Convidei para lecionar no departamento os professores da Escola de Engenharia, porque não havia outros naquela época. Os professores eram: o professor Saleh Jorge Daher pra lecionar Cálculo, o professor Irapuã Costa Júnior que foi lecionar Física, o professor Jânio Marcos Cohen que depois passou a lecionar Cálculo, o professor Eurico Godoy que foi lecionar Desenho e eu que fui lecionar Cálculo Vetorial.

Sobre a relação do curso com a Escola de Engenharia ele lembra:

Quando foi criada a Faculdade de Filosofia, foi instalada na Escola de Engenharia porque não havia instalações, e o prédio da Escola de Engenharia não comportava nem a própria escola e ainda teve que dividir seu espaço zero com o pessoal da Faculdade de Filosofia. Então foi uma dificuldade, mas nós iniciamos então os cursos de Física e Matemática. (entrevista com o prof Orlando de Castro, em 18 out. 2002).

A ata da reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 17 de outubro de 1962, registra que o professor Egídio Turchi foi nomeado primeiro diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG, 1962).

### 3.2 O Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás: das idéias à criação

Vários foram os idealizadores e construtores do Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás. Dentre as indagações levantadas pela pesquisa, uma refere-se ao perfil de diretores e professores do curso de Matemática da UFG, assim como do curso de Matemática da UCG. Dentre as muitas atuações relevantes, destaca-se a do professor Gabriel Roriz, mineiro de São João Del Rei, engenheiro que veio para Goiás com o objetivo de trabalhar na estrada de ferro em Araguaína, município que atualmente pertence ao estado do Tocantins. Depois, foi transferido para Goiânia, quando o Clube de Engenharia resolveu criar a Escola de Engenharia do Brasil Central. Embora tenha ajudado a criar a faculdade, não atuou como professor nos primeiros anos, mas foi o seu primeiro diretor após ela ter sido encampada pela recém-criada Universidade Federal de Goiás, segundo seu depoimento (entrevista em 22 de jan. 2003). Preocupado com a qualidade do ensino ministrado na Faculdade de Engenharia, buscou ajuda em outros estados.

Roriz (entrevista em 22 jan. 2003), assim representa e interpreta sua atuação nesse processo:

Sentia que a situação da escola era muito precária, que o nosso nível era muito baixo. Naquela época a gente não contava com nenhuma ajuda para sair, para despesa com viagem. Então, por minha conta, eu fui a Belo Horizonte tomar umas informações da Escola de Engenharia da universidade de lá. Estive em Juiz de Fora e em Itajubá, enfim fui coletando uma série de dados. Escrevi para várias escolas de engenharia, pedindo cópias do regimento porque achávamos que o nosso estava precisando de uma reforma. Nós tínhamos um problema que, para mim, era grave pois nós éramos engenheiros exercendo a profissão improvisada de professores.

É bom destacar que o curso de Engenharia oferecia dois anos do denominado ciclo básico, e depois havia as disciplinas da parte profissionalizante, com três anos. Fica registrado na voz do professor Gabriel Roriz a dificuldade de trabalhar com professores qualificados para atuar nos cursos recém-criados e as alternativas encontradas para superar esse problema:

Naquela época a Engenharia tinha dois anos básicos e três profissionalizantes que só serão bem feitos se houver um bom curso básico, evidentemente. Na parte profissional nós tínhamos professores que dominavam bem o seu ramo, mas acontece que faltava a base. Nesse meio tempo, eu tive notícias, através do professor Gerson Guimarães, que tinha sido diretor da Escola de Engenharia do Brasil Central, do professor Oliveira Junior, que tinha sido um dos criadores do ITA [Instituto Tecnológico da Aeronáutica] de São José dos Campos, e que na época era presidente da Comissão Supervisora dos Institutos e cuja missão era sair pelo Brasil afora visitando principalmente as escolas de Engenharia para desenvolver as idéias da criação dos institutos, como o professor de tempo integral, especialista na área. Então eu convidei o professor Oliveira Junior para fazer uma palestra para os alunos e professores da Faculdade de Engenharia. Quando terminou a palestra, eu disse ao professor que tinha adorado as suas idéias e perguntei o que deveria para começar a implantá-las. Aí, então ele tirou do bolso um cartão e escreveu o nome do professor Paulo Pompéia, do ITA, para que eu o procurasse. Eu peguei o carro por minha conta, e fui a São José dos Campos. (entrevista com o prof. Gabriel Roriz, em 22 jan. 2003).

Além de professores, outras alternativas eram buscadas para a melhoria do curso, como a realização de eventos que eram constantemente promovidos pela Faculdade de Engenharia da UFG. Esses eventos eram utilizados também para contato com professores de outros estados. Em um deles, o professor Lacaz Neto, que era chefe do Departamento de Matemática do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), esteve em Goiânia com um grupo de alunos e proferiu uma palestra para os alunos e professores da UFG. Foi então convidado para ministrar aulas na UFG, o que acabou não acontecendo, mas abriu possibilidades para a busca de professores qualificados naquela instituição. A partir desse contato, o professor Gabriel Roriz novamente foi ao ITA e convidou o professor Paulo Pompéia, que indicou o professor Leônidas para organizar e dirigir o Instituto de Matemática, e o professor João Martins, para o de Física.

O convite foi feito aos dois professores e eles aceitaram. As fontes assinalam que eles mandariam por escrito as condições de sua aceitação. Naquela época, os meios de comunicação eram realizados predominantemente pelo correio. Como a proposta dos dois professores não chegava, foi enviado um portador, o professor Marcelo da Cunha Moraes, para verificar a situação. Grande foi a sua surpresa ao verificar que vários comunicados que tinham sido feitos permaneciam na reitoria da UFG, conforme atesta a voz do professor Gabriel Roriz:



Havia uma campanha muito grande contra a criação do Instituto de Matemática e Física por parte dos professores que lecionavam nessa área básica como bico, por causa da exigência de professores especializados em Matemática e Física com tempo integral e dedicação exclusiva.(entrevista com o prof. Gabriel Roriz, em 22 jan. 2003).

Havia grupos que queriam a criação do instituto e outros que eram contra. Na interpretação de Gabriel Roriz, a campanha contra a criação do instituto extrapolou os muros da UFG e foi para a imprensa, e um grupo rival, aos domingos, apresentava um artigo tentando mobilizar a sociedade contra a criação do instituto.

Como o cargo para diretor do Instituto de Matemática estava vago, começou um movimento apoiando o nome do professor Oto Nascimento que já havia sido diretor da Escola de Engenharia do Brasil Central, a qual ele abandonou para atender a interesses particulares. Novamente, a mobilização foi forte, envolvendo até a Assembléia Legislativa e a Associação de

Moradores da Vila Nova, bairro de Goiânia, em favor do nome do professor Oto Nascimento como diretor do Instituto de Matemática, o qual não chegou a exercer o cargo.

Antes, porém, de continuarmos com a história da criação dos Institutos de Matemática e Física, é bom esclarecer que o grupo que se julgava ameaçado com a criação dos órgãos pressionou o professor João Martins, até ele deixar a UFG e voltar para São Paulo, quando tudo parecia transcorrer bem.

O professor Gabriel Roriz retomou a tarefa de encontrar um professor qualificado e com desejo de criar os institutos. Voltou a São José dos Campos e pediu ajuda ao professor Paulo Pompéia que indicou o professor Willie Alfredo Maurer, que era diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Mackenzie (Mack-SP). Como diretor da Faculdade de Filosofia, desejava, no início, que os cursos de Matemática e Física continuassem ligados a ela, mas foi convencido a criar um

**instituto que abrigasse esses cursos. Ele teve papel decisivo na criação do Instituto de Matemática e Física, pois foi o autor do projeto de criação e seu primeiro diretor.**

**Willie Alfredo Maurer teve atuação destacada nas lutas e enfrentamentos para criação do instituto. Ele cursou Matemática e Física na USP depois de ter prestado exame de maturidade, em nível médio.<sup>19</sup> Lecionou na Escola Politécnica da Mackenzie e, depois de ter feito a graduação, foi para a FFCL da mesma instituição, da qual saiu para criar o IMF da UFG.**

Apesar da existência de grupos favoráveis e contrários, e após muitas disputas, ocorreu a criação do Instituto de Matemática e Física da UFG, pelo Conselho Universitário, em 23 de outubro de 1963, reconhecido pelo governo federal, em 15 de dezembro de 1969, pelo Decreto nº 65.874 (Brasil, 1969).

**Com tantos problemas, foi sugerido ao então reitor Colemar Natal e Silva que se criassem um único órgão para abrigar Matemática e Física e, conforme ele fosse se consolidando, seria desmembrado em institutos específicos para as duas áreas.**

**Com a demora de uma resposta positiva, o professor Leônidas assumiu outro compromisso, renunciando a sua vinda para a UFG.**

Segundo consta na ata da sessão do Conselho Universitário houve reunião no dia 23 de outubro de 1963, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), presidida pelo então reitor Colemar Natal e Silva, e dentre os membros do colegiado, destaca-se o nome de Gabriel Roriz. O professor Willie Alfredo Maurer também estava presente, como convidado especial e autor do anteprojeto de criação do instituto.

A discussão do projeto foi repleta de indagações:

---

<sup>19</sup> Madureza equivalia ao exame supletivo atual.

- a criação do instituto não acarretaria desvio de recursos de outras unidades, como das faculdades de Medicina e de Direito que esperavam por verbas?
- não poderia acontecer, como no Ceará, onde os institutos se revelaram um fracasso?
- se os professores trabalhassem em regime de tempo integral, como proposto pelo projeto, não se duplicaria o gasto com os docentes?
- como criar um instituto se as faculdades existentes estavam necessitando de serem organizadas?

Segundo o teor da ata, a criação do instituto vinha acompanhada da idéia do novo, de uma *universidade nova*. O embate entre o velho e o novo, entre a concepção de instituto e de faculdade, entre o retrógrado e o ousado estava presente nas falas do parecerista José Augusto Pereira Zeca e do presidente do conselho, o reitor Colemar Natal Silva, favorável à criação do instituto.

Pereira Zeca declara:

O confronto superficial entre as Faculdades (a exemplo daquelas que conhecemos) e os Institutos (a exemplo daqueles que nos propomos conhecer) revelariam alguns traços diferenciais, talvez aparentes ou talvez reais: Faculdades – a) curso de formação técnico-profissional (bacharelato ou licenciatura); b) pesquisa em grau menor; c) reforço adjunto dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão universitária; d) professorado em tempo parcial; e) currículo mais extenso. Institutos: a) atividade de pesquisa possivelmente como a meta fundamental; b) admitiria, apenas excepcionalmente, a formação comum de profissionais; c) não se reforça com nenhum curso, mas reforça os demais; d) professorado com *'full time'*; e) currículo concentrado. (UFG, 1963).

Essa argumentação e o parecer de José Augusto Pereira Zeca revelam uma resistência à criação do instituto.

Por outro lado, fica clara a defesa de algumas teses a propósito da universidade nova, na contra-argumentação apresentada pelo reitor, Colemar Natal e Silva, enfatizando o novo, o moderno e o intuito arrojado de fazer a universidade avançar, oferecendo formação condizente com o momento:

É lamentável, realmente lamentável, que ‘essa ânsia tecnológica’, barrocamente apresentada tenha chegado tão tarde no Brasil, uma vez que várias universidades de outros países, apoiados em experiências de congêneres de outras nações já tenha conseguido de maneira satisfatória: Israel, Holanda, Alemanha, Estados Unidos, Japão, União Soviética e Tchecoslováquia; sendo o conceito de tecnologia em outros continentes já por demais surrado, conviria lembrar que Israel, até então um país subdesenvolvido, tem uma lição a ministrar a respeito: ali predominam dois tipos de ensino universitário: a) o tipo clássico (...) b) o tipo moderno, inovador, o Instituto Israelense de Tecnologia. (...) Diz, ainda, quanto à necessidade da estruturação dos institutos, quer em suas observações através das universidades européias, quer apreciando o trabalho elaborado para a Universidade de Brasília. (UFG, 1963).

Apesar das discussões, o instituto tornou-se uma realidade. A redação do regimento interno do Instituto de Matemática e Física da UFG ficou a cargo do conselheiro João Teixeira Álvares Neto e do professor Willie Alfredo Maurer, e foi aprovado, depois de várias emendas, no dia 23 de novembro de 1963, pelo Conselho Universitário. (UFG, 1963).

É oportuno observar também que o instituto nasceu com características de interligação entre ele e as faculdades já existentes, embora houvesse contradições quanto ao papel de cada um deles no interior da UFG. Para alguns, ele estava sendo criado para melhorar o ensino universitário e não para competir, dividir as receitas, como aparece na defesa do magnífico reitor:

O instituto não só reforçaria os demais cursos através de uma concentração de esforços visando uma interrelação do conhecimento, com colaboraria para a não dispersão dos fatores que possam engrandecer a universidade através da pesquisa e investigação desinteressada. (UFG, 1963)

Essa não era, porém, a opinião de todos. Havia aqueles que resistiam à criação do instituto com argumentos como os de Pereira Zeca, que questionava o papel do instituto na formação do profissional, o distanciamento entre o saber oferecido pelo instituto e o saber oferecido pela faculdade.

Outro ponto contraditório refere-se à argumentação centrada no ônus que o instituto traria para a UFG. De um lado, os professores das Faculdades de Direito e Medicina reclamavam para si verbas destinadas para recursos humanos e materiais, levantando debates a cerca da dotação orçamentária como impeditivo para a criação do instituto. De outro lado, o raciocínio lógico do professor Willie Maurer impunha-se com cálculos precisos, mostrando que essa iniciativa não seria oneroso, convencendo a todos, não só por meio de cálculos matemáticos, mas também com argumentos concretos referentes à necessidade de criação de institutos para uma instituição de ensino universitário de qualidade.

Há que se ressaltar um impasse curioso e compreensível nesse momento, referente à dotação orçamentária concernente ao pagamento de professores catedráticos e de professores contratados em tempo integral. Os novos pesquisadores seriam contratados em regime de tempo integral, os *full time*, como os denominava o professor Pereira Zeca, receberiam bem mais que os professores já existentes, conforme atesta Osnir de Souza (entrevista em 19 mar. 2003):

Tinha um grupo que não aceitava a vinda de pessoas de fora para dar aulas na Universidade Federal de Goiás, principalmente porque os novos professores seriam contratados em tempo integral e dedicação exclusiva e com remuneração maior do que a dos professores titulares do Instituto de Matemática, aliás da Escola de Engenharia da UFG. Então houve aquela polêmica desagradável. Eu acho que havia mais interesse pessoal do que científico.

Outro problema que este trabalho se propõe a discutir é se, na UCG e na UFG, a Matemática superior foi implantada não só para formar professores, mas também como suporte da Engenharia. Evidencia-se, pelo teor das entrevistas e dos documentos, que na UFG, o Instituto de Matemática e Física nasceu para atender às necessidades da Escola de Engenharia. Foi criado também tendo como paradigma o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), na época escola modelo para os cursos de Engenharia, como fala o professor Juarez Milano (entrevista em 5 jan. 2003):

O Instituto de Matemática e Física, ele tem o sentido de extrair o espírito do ITA, porque em 1963, a Faculdade de Engenharia da UFG sentia falta de professores de Matemática, de Física porque havia só engenheiros. (...) e, então a escola de Engenharia tinha necessidade de professores de Matemática e Física. Acontece que o professor Gabriel Roriz, diretor da escola, muito idealista, muito *bacana*, ele queria fazer da Escola de Engenharia alguma coisa muito

importante. Então ele foi ao ITA porque o ITA era uma escola de excelência em Engenharia. Vim para cá junto com o Willie Maurer, com o Gabriel Roriz, com Sérgio Schineider, juntos com outro professor que trouxe de lá pra cá, nós começamos a criar o Instituto de Matemática e Física, no espírito do ITA. Eu optei vir para cá porque o projeto que tinha aqui era o mesmo que eu tinha dentro de mim porque eu fui criado profissionalmente dentro do ITA. Era um trabalho em equipe, o professor começava como auxiliar, depois professor assistente, professor adjunto e professor titular. Era uma progressão que você fazia através dos títulos que você ia conseguindo. Havia um sentido de equipe e de amizade e havia também o código de ética do ITA. Então nós colocamos o tempo integral, dedicação exclusiva como era no ITA e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Mackenzie. Esse espírito alguns professores aceitaram e outros não.

Criado o Instituto de Matemática e Física, tendo como modelo o ITA, veio a procura por professores que atendessem às exigências, contratação em tempo integral, terem cursos de especialização. O professor Gabriel Roriz (entrevista em 22 jan. 2003) relata:

nós tínhamos que rapidamente conseguir os tais especialistas e mais uma vez o dedo de Deus veio. A Faculdade de Filosofia de Rio Claro, que era lá da USP, estava atravessando dificuldades porque os professores estavam insatisfeitos com a política para a educação do governo de Ademar de Barros. Então nós mandamos o professor Willie Maurer para os contatos. Então propusemos um salário que era alto e naquela época a Universidade tinha uma certa autonomia o que hoje não tem. Conseguimos aprovação do Conselho Universitário para as propostas oferecidas aos professores convidados e eles vieram para o Instituto de Matemática e Física da UFG.

A procura continuou, como afirma a professora Shirlei Serconek (entrevista em 27 nov. 2002):

Quando eu estava no terceiro ano, na metade do terceiro ano do curso de Licenciatura em Matemática, o professor Juarez Milano visitou nossa escola, fazendo o que ele fazia na época, procurando profissionais recém-formados para trazer para Goiânia, tentando a política de fixação de profissionais de Matemática em Goiás.

É importante ressaltar que a política para fixar professores de Matemática e Física na UFG realmente se fez de acordo com a perspectiva de aprimorar a formação do pesquisador. Ao ser convidado, além do salário compensador, era oferecida ao professor a possibilidade de cursar pós-graduação em qualquer dos grandes centros do país, financiada pela UFG, como fala a professora Shirlei Serconek (entrevista em 27 nov. 2002):

Eu nem sabia de pós-graduação, mas na conversa com o professor Milano ele falou que se aceitássemos vir para Goiás, depois de trabalhar um período, nós teríamos a possibilidade de fazer mestrado em Matemática em qualquer centro que escolhêssemos que a UFG financiaria.

De acordo com a ata de criação do curso (UFG, 1963), o instituto seria abrigado no novo prédio da Escola de Engenharia, sem qualquer ônus e seria aproveitado também o laboratório de Física, já existente. Tal afirmação foi feita pelo professor Juarez Milano (entrevista em 5 jan. 2003):

Sabe os dois prédios da Engenharia? Agora são os dois da Engenharia, mas um deles foi dado pro IMF trabalhar e então o IMF ficou lá. Então lá nós funcionamos uns dois, três anos lá, quando nós fomos para o prédio onde está agora a Faculdade de Direito, ficamos lá no térreo e a faculdade de Direito ficou em cima. Depois de lá a revolução fez com que as faculdades criassem seus *campus*. Então construiu o *campus* Samambaia e aí nós mudamos pra lá.

O instituto nasceu imbuído da tarefa de formar bacharéis, cientistas e de oferecer a formação básica para outros cursos, destacadamente, o de Engenharia. A licenciatura, na época de criação do instituto não teve destaque.

O primeiro diretor do instituto foi o professor Willie Alfredo Maurer, e o primeiro chefe do Departamento de Matemática, foi o professor Juarez Milano.

### **3.3 O Instituto de Matemática e Física e o golpe militar de 1964**

A luta pela construção do instituto não foi fácil. Inicialmente, houve a necessidade do convencimento da comunidade interna da UFG para criá-lo, e após, os problemas de contratação de professores qualificados para trabalhar em Goiás. Quando o instituto parecia estar se consolidando veio a crise gerada pelo golpe militar de 1964. Nessa ocasião, a UFG teve na sua direção um interventor, e sobretudo no IMF, ocorreu a *debandada* de vários professores para outras instituições de ensino do Brasil.

No início da década de 1960, o Brasil enfrentava uma grande crise política e econômica que culminou com o golpe de 1964, que trouxe várias conseqüências para a

educação e, de um modo especial, para o ensino superior, como descreve Germano (2000, p. 106-107):

A escalada repressiva desencadeada depois do golpe de 1964 atingiu duramente a educação. Universidades foram objeto de intervenção militar. Foi o caso da Universidade de Brasília (UnB), por três vezes ocupada por tropas militares. Ainda em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou, por razões diversas, reitores *pro-tempore* nas seguintes instituições: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal Fluminense). Outras intervenções em universidades ocorreram também, mas como não é objeto do nosso trabalho não falaremos delas.

Essa época persiste na memória do professor Juarez Milano que assim a descreve, em relação à UFG:

A situação econômica naquela época era muito conturbada. 1963, época do Jango Goulart foi uma época de efervescência política e de reformas anunciadas mas não realizadas(...). Quando eu cheguei aqui, eu fui contratado em primeiro de março e no dia 31 estourou a revolução, o golpe dos militares, chamada a *Redentora*. Foi aquela confusão na universidade como em todos os lugares. Então, a gente não sabia depois o que ia acontecer. Se ia continuar sendo IMF, se ia acabar(...). Houve muitos casos desagradáveis na Universidade. Nessas ocasiões sempre aparece grupos que se debandei para um lado e para outro e começam a querer denegrir a imagem uns dos outros queimar uns aos outros. Nesse ano houve uma intervenção federal na UFG. O reitor era o Colemar Natal e Silva ele saiu e entrou o professor Martinez, lá do Ceará, (...). Esse interventor ficou um tempo na universidade. Ele veio sabendo da situação, então com muito critério, ele foi sensato. Não mexeu em nada, deixou como estava. Procurou apaziguar as coisas. No instituto, o reflexo do golpe foi esse: não sabíamos se ia fechá-lo ou se ele iria continuar, havia muita pressão por parte de pessoas da revolução e de pessoas que vinham resistindo. Havia aquela tensão, tanto é que eu não sabendo o que iria acontecer, apareceu um concurso público em São Paulo e eu nessa altura precisava me resguardar, então prestei o concurso e garanti a minha vaga, mas o que eu queria mesmo era ficar aqui. Lutar pelo IMF. Eu estava como chefe de departamento e o professor Willie Maurer como diretor do IMF. Então chegou o fim do ano e muitos professores foram embora, mas eu queria ficar, pois queria fazer alguma coisa aqui. Foi nomeado reitor o professor Jerônimo Geraldo de Queiroz.

Diante da crise gerada pelo golpe de 1964, o professor Juarez Milano, na qualidade de Coordenador do curso de Matemática da UFG, já havia começado um intercâmbio com a Universidade de Brasília (UnB) e, com esse objetivo, convidou o professor Elon Lages, do curso de Matemática da UnB para proferir palestra para



professores e alunos do IMF. Vários professores do curso de Matemática, incluindo o professor Juarez Milano, faziam mestrado na UnB.

Nessa época, aconteceu a segunda invasão militar na UnB, assim descrito por Germano (2000, p. 107):

A segunda invasão da UnB ocorreu em 1965 na gestão do professor Laerte Ramos de Carvalho, catedrático de Filosofia e História da Educação da USP(...). Carvalho havia sido indicado pelo seu antecessor, Zeferino Vaz, também professor da USP e que seria nomeado, a seguir, reitor *pro-tempore* da Unicamp. Visando reprimir uma greve de professores e alunos contra atos autoritários da reitoria, Laerte Ramos de Carvalho solicitou a presença da Polícia Militar, que ocupou o *campus* por mais de uma semana prendendo e espancando professores e alunos. Na ocasião, mais de 15 professores foram demitidos pelo reitor ou devolvidos à repartição de origem. Diante da situação reinante na UnB, em 19 de outubro de 1965, 210 professores, em sinal de protesto, se demitiram coletivamente. Em 1968, José Carlos de Azevedo, Capitão-de-mar-e-guerra (também físico nuclear) foi nomeado o vice-reitor e, a seguir, reitor da UnB e passou 15 anos na direção da referida universidade.

Nesse contexto, houve uma grande pressão para que o IMF colaborasse com professores da UnB, sobretudo os do curso de Matemática, com os quais já haviam sido estabelecidos laços de amizade. Para amenizar a crise gerada com a demissão em massa dos professores, os professores Juarez Milano e Saleh Jorge Daher foram a Brasília. O esforço para o convencer os demissionários da UnB a mudarem de idéia, na voz de Juarez Milano, durou o dia todo. À noite, chegaram a um acordo, que foi levado ao reitor Laerte Ramos Carvalho, mas ele alegou não ter poder de decisão. O general Golbery do Couto e Silva, a quem competia tomar a decisão, teve a seguinte reação, conforme revela Gabriel Roriz (entrevista em 22 jan. 2003):

Fomos nós para a vila militar. Chegando lá conversamos com ele (Golbery) que seria muito ruim para o Brasil acabar com uma universidade que era um referencial muito conhecido, tentava colocar isso na cabeça dele com toda ingenuidade, quando ele disse assim: “Se para acabar com os comunistas da universidade for preciso acabar com a universidade nós acabamos com ela”. Vimos, então que não tinha mais condições e viemos embora. Praticamente todo mundo da UnB saiu e a universidade ficou com os alunos sem professores. Aí começou a pressão para que nós professores da Matemática e da Física fôssemos terminar o curso lá em 1965. Pensei muito o que fazer para não nos queimar e resolvi telefonar para o professor Nelson Mushiki, que tinha sido meu professor, e ele me aconselhou a conversar com o professor Leopoldo Nasser, que era o coordenador do Curso de Matemática na UnB e era o *papa* da Matemática no Brasil. Fui ao Rio de Janeiro falar com ele, levando o professor Hermógenes como testemunha e depois de muita conversa, o professor Leopoldo disse não ver nenhum inconveniente na nossa ida para lá até, porque tinha dois professores, o Carlos Alberto e o Pitinnini, nos Estados Unidos fazendo PhD e

quando eles voltarem eles assumiriam as aulas. Aí fomos, nós íamos às quartas-feiras à noite em cinco professores, num fusca meu, e voltávamos no domingo(...). Aí nós ficamos até o final do ano e houve interesse que nós continuássemos, mas eu pedi que fosse feito um convênio, tudo arrumado no papel, pois a UFG necessitava contratar professores para substituir os que iam para Brasília. Ficamos lá em 66 e 67 quando voltaram os dois professores que estavam estudando nos Estados Unidos e então entregamos o instituto para eles. Nos ofereceram para ficar, pois disseram ter lugar para todos nós, mas eu disse que meu lugar era em Goiânia. O professor Ivo Bertoni e sua esposa, que também era professora, ficaram lá. Esse fato influenciou muito no IMF, pois ele ficou conhecido.

Na memória de Gabriel Roriz (entrevista em 22 jan. 2003), esse momento é reconstruído de forma até dolorosa. Pela riqueza do depoimento, optou-se por transcrevê-lo com detalhes:

No dramático ano de 64 eu estava internado no Hospital São Lucas, operado de hérnia estrangulada, quando ouvi a notícia do golpe pelo rádiozinho de pilha. Eu bati palmas para a revolução, que veio para acabar com essas mazelas todas, tanta greve, tanta bagunça. No hospital, fiquei sabendo que o meu vice-diretor, professor Marcelo, tinha sido preso. Liguei para minha mulher e pedi para ela ligar para dona Zuleika, aquela minha secretária lá na Escola de Engenharia para colocar lá no térreo uma mesinha e uma cadeira para eu ficar lá umas duas horas por dia para ter a presença física do diretor(...). Começou haver denúncias de que eu havia trazido um bando de subversivos lá de São Paulo(...). O reitor criou uma comissão para apurar a subversão na universidade. Então, eu disse ao Colemar que com essa comissão nós não iríamos colaborar, pois ela foi feita para condenar(...). Foi criada outra comissão e o presidente foi o promotor de justiça, o Dr. José Sócrates. Aí ele mandou uma intimação, um convite, sei lá que nome tinha, comunicando que eu devia comparecer em tal lugar para atender a um processo de apuração de subversão na universidade. Aí eu fiz uma consulta se era para apurar subversão só, ou se era para apurar corrupção também, e se eu ia na qualidade de réu ou testemunha, então ele me mandou a resposta que eu ia na qualidade de testemunha. Aí eu fui e a reunião funcionou no Instituto de Música. Chego lá e vejo fazendo parte dessa comissão dois inimigos meus, então o presidente da comissão José Sócrates me faz uma pergunta e antes de responder eu falo: “Antes de responder qualquer coisa eu quero falar que me nego a responder as perguntas que porventura venha desses outros dois componentes da comissão”. Foi aquele tumulto e a seção foi suspensa. Eles saíram da sala e eu fiquei com o secretário da Faculdade de Medicina. Daí um pouco, voltou o José Sócrates que falou meia dúzia de palavras no linguajar jurídico e a seção retornou. A primeira pergunta foi se depois que eu recebi a portaria me demitindo do cargo de diretor se eu ainda me considerava o diretor da Escola de Engenharia, ao que eu respondi que “perfeitamente, meu mandato não terminou e eu fui nomeado por um decreto do presidente da República e uma portaria de reitor não tem forças para desfazer nada”. Daí por diante, foram feitas muitas perguntas até idiotas, como se eu favorecia a aprovação dos alunos comunistas e perseguia os democratas autênticos. O meu depoimento durou o dia todo e marcaram para terminá-lo no outro dia tendo durado até na hora do almoço(...), e o Colemar tinha ido a Brasília dizer que tinha um diretorzinho que não deixava descomunicar a Faculdade de Engenharia. Antes

disso, o Colemar baixou uma portaria demitindo seis professores da escola, três catedráticos nomeados pelo presidente da República.

### **3.4 Da consolidação do Instituto de Matemática e Física aos dias atuais**

O Instituto de Matemática e Estatística (IME), que abriga atualmente o curso de Matemática da UFG, na interpretação da professora Gisele de Araújo (entrevista em 11 abr. 2003), atual diretora, tem uma grande preocupação com a qualidade de ensino não só da graduação, mas também da especialização e do mestrado, um ponto forte para os professores do instituto.

O curso de Matemática da UFG sempre lutou para conseguir a qualidade, o que é confirmado pela preocupação que os dirigentes do IMF manifestavam, desde a sua criação, em ter seus professores em contato com os grandes centros de ensino do país, conforme registram os diversos depoimentos e informativos da UFG consultados.

A política de qualificação de professores evidencia-se em várias ações da direção do IMF. Uma delas ocorreu em julho de 1967, quando o diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), Lindolpho Dias de Carvalho esteve em Goiânia, para firmar convênio com o IMF da UFG para realização de cursos de pós-graduação para os professores do instituto e proferir conferência sobre o Impa para alunos e professores do instituto.

Também em julho de 1967, esteve visitando a UFG o reitor da UnB, Laerte Ramos de Carvalho, atendendo a convite do diretor do IMF, professor Juarez Milano, para proferir uma conferência sobre o tema *Considerações em torno da educação e desenvolvimento*<sup>20</sup>.

Ainda em julho de 1967, o diretor e vários professores do IMF participaram do *VI Colóquio de Matemática*, realizado em Poços de Caldas–MG.

---

<sup>20</sup>Como já visto anteriormente, as relações entre UFG e UnB foram se tornando mais estreitas após o golpe militar de 1964.

Com o olhar atual, pode não parecer significativo, mas na década de 1960, iniciativas como essas, que incluíam viagens didáticas, eram de grande relevância para a UFG e para Goiás.

Na busca por atualização, de 24 a 30 de setembro de 1967, alunos e professores do IMF fizeram uma *viagem didática* de caráter cultural pelas cidades paulistas de São Carlos, Rio Claro, São Paulo, São Bernardo do Campo, Cubatão e Santos. Em outubro de 1967, o professor do Impa, Silvio Machado, ministrou curso de aperfeiçoamento para os professores do IMF, durante três meses. Também em outubro de 1967, os doutores Alberto Azevedo e Renzo Piccinini, da UNB, proferiram conferências para professores e alunos do IMF.

Como coroamento da busca pela qualidade, em 1968, o diretor do IMF comunicou à comunidade os êxitos alcançados pelos ex-alunos do instituto: Genésio Lima dos Reis, Otaciro Rangel Nascimento e Elton Amaral realizavam cursos de mestrado em *organizações de alto gabarito* como Impa, PUC-SP e UnB.

Em março de 1969, os professores Nelson Onuchic e Gilberto Loibel, do Departamento de Engenharia de São Carlos, estiveram no IMF proferindo palestras. Em 1969, o aluno Standard Silva, do quarto ano do curso de Matemática da UFG, esteve no Impa realizando curso de aperfeiçoamento.

Essas ações reafirmam também a proposta defendida pelo reitor Colemar Natal e Silva de o instituto ser o propulsor de uma transformação interna na universidade e que serviria de suporte para uma instituição nova, atualizada e que preparasse profissionais com qualidade.

Na reconstrução do passado, o professor Juarez Milano assinala que a preocupação com a qualidade motivou sua permanência na UFG. Na época do golpe

militar, convidado pelo então reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz para permanecer na instituição, a sua única exigência foi a de obter verbas para montar uma biblioteca para o instituto. O professor Juarez Milano (entrevista em jan. 2003) afirma:

Uma biblioteca é isso que eu tinha pedido, porque a nossa biblioteca era obsoleta. Eu consegui a verba e fui a São Paulo, comprei muitos livros, muitos eram em inglês, em italiano, em francês, em espanhol, porque acho que no Brasil o único livro de Cálculo em português era o do Nunes Serrão. E fiz uma biblioteca boa, foi a primeira biblioteca boa na UFG.

É interessante observar que a qualidade do ensino está presente nas representações e discussões de vários professores. Desde que ingressa no primeiro ano do curso há uma conscientização acerca da qualidade, enfatizada pelo curso de Matemática da UFG, atualmente no Instituto de Matemática e Estatística (IME). A professora Shirlei Serconec declara:

O IME tem a política de, na medida do possível, colocar pessoas com experiência não somente atuando no mestrado, mas no primeiro ano do curso de Matemática quando os calouros ainda não decidiram se vão fazer bacharelado ou licenciatura. Pela minha experiência própria não decidiram se gostam de Matemática. Então a gente tem que fazer um trabalho de muita perseverança, muita paciência, de tentar fazer com que o aluno pondere muito sobre sua escolha profissional porque o mundo hoje exclui os profissionais que não tem um alto grau de competência. (...) Primeiro eu converso com o aluno: você pensou bem se a matemática é o que você quer? (...) Se você decidiu que quer fazer o curso de Matemática vai ter que fazer bem porque mais ou menos não serve. Então o determinante do sucesso de um profissional não é só na área de matemática é o quanto ele está envolvido no curso, o quanto tempo ele está disposto a destinar a seu aperfeiçoamento profissional. (entrevista com a profa. Shirlei Serconec, em 27 nov. 2002):

A titulação dos professores do curso de Matemática da UFG data desde a criação do Instituto que em 1964, já contava com mestres e doutores como mostra a tabela 13:

Tabela 13 - Relação dos professores do curso de Matemática da Universidade Federal de Goiás e respectiva titulação por ocasião da criação do Instituto de Matemática e Física (1964).

PROFESSOR	CATEGORIA	TITULAÇÃO
Aílton José Freire	Auxiliar de ensino	Bacharel
Almir Joaquim de Souza	Assistente	Doutor

Ana Amélia Fleury de A. Badan	Assistente	Mestre
Diana Aparecida R. Rosa	Auxiliar de ensino	Professor colaborador, não pertence ao quadro de efetivos.
Fausto Marçal de Souza	Assistente	Licença para doutorado
Juarez Milano	Titular	Bacharel
Genésio Lima dos Reis	Assistente	Doutor
Hélio Correa da Silva	Assistente	Mestre/UNB
Ilka Maria M. de Almeida	Auxiliar de ensino	Professor colaborador, não pertence ao quadro de efetivos.
Laci Vieira Schucht	Auxiliar de ensino	Professor colaborador, não pertence ao quadro de efetivos.
Luis Antônio V. de Carvalho	Assistente	Licença para doutorado - USP
Manoel Ignácio M. Caballero	Auxiliar de ensino	Professor colaborador, não pertence ao quadro de efetivos.
Mauro Urbano Rogério	Assistente	Licença Doutorado
Hohan Ratan Garg	Titular	Professor visitante
Prabudh Ran Misra	Titular	Professor visitante
Saleh Jorge Daher	Titular	Doutor
Shirlei Serconec	Assistente	Licença para doutorado
Simão Carneiro de Mendonça	Assistente	Médico
Teresa Cleidecer Dias	Assistente	Bacharel
Valdir Vilmar da Silva	Assistente	Licença para doutorado
Venício Veloso Borges	Auxiliar de ensino	Bacharel
Walter Brockes	Titular	Bacharel

Fonte: Dados obtidos no regimento do IMF/UFG.

Na voz de vários entrevistados, o curso de Matemática da UFG, nas diversas décadas, passou por várias etapas, algumas de crises, outras positivas. A década de 1980 foi de crise, porém, na década de 1990, o curso fortaleceu-se com o grande número de professores com

curso de doutorado e com a política de qualificação dos professores, que permanece viva. Atualmente, o instituto tem vários professores cursando doutorado e quatro em pós-doutoramento; um no Brasil, outro nos Estados Unidos da América (EUA) e dois na Espanha.

A qualificação docente é uma representação presente na fala da maioria dos entrevistados. Depois da *debandada* dos professores, com o golpe militar de 1964, os próprios alunos que se formavam passavam a lecionar disciplinas que estavam sem professores e, aos poucos, esses novos professores foram realizar curso de mestrado em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo e, os mestres, o doutorado na Inglaterra, nos EUA. A congregação atual do Instituto de Matemática e Estatística (IME) conta com 43 professores sendo 8 pós-doutores ou em fase de conclusão do pós-doutoramento, 23 doutores ou em fase de conclusão do doutoramento, 11 mestres e apenas um especialista, conforme tabela 14.

Tabela 14 - Relação dos professores do curso de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás e respectiva titulação (2003)

<b>PROFESSOR</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
Alacyr José Gomes	Mestre em Matemática (2000/UFG)
Armando Mauro Vasques Corro	Pós-Doutor em Matemática (2002/UNB)
Bryon Richard Hall	Doutor em Matemática (1991/Coppe/UFRJ)
Denise Duarte Scarpa Magalhães Alves	Doutora em Matemática (2003/USP)
Eduardo Arbieto Alarcon	Doutor/ando Impa
Edméia Fernandes da Silva	Doutora em Matemática (2001/ UNB)
Elisabeth Cristina de Faria	Mestre em Educação (1998/FE/UFG)
Fábio Vitoriano e Silva	Doutorando na Unicamp
Geci Jose Pereira da Silva	Doutor em Matemática (2002/Cope/UFRJ)
Genésio Lima dos Reis	Pós-Doutor em Matemática (1983/EUA)

(continua).

Tabela 14 - Relação dos nomes dos professores do curso de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da UFG respectiva titulação

Gisele de Araújo Prateado Gusmão	Mestre em Matemática (1986/UFG)
Helvécio Pereira de Castro	Doutor em Matemática (1996 /Unicamp)
Ilka Maria de Almeida Moreira	Mestre em Matemática (1983 /UFG)
Jeblin Antônio Abraão	Mestre em Matemática (1971/Impa)
Jesus Carlos da Mota	Pós-Doutorando USA
João Carlos da Rocha Medrado	Pós-Doutor em Matemática (2003/Barcelona)
José Carlos Seraphin	Pós-Doutor em Matemática
José Hilário da Cruz	Doutor em Matemática (2001/USP)
José Pedro Machado Ribeiro	Doutorando em Educação Matemática USP
Levi Rosa Adriano	Mestre em Matemática (2001/UnB)
Luciana Maria Dias De Ávila	Doutoranda em Brasília
Luis Román Lucambio Pérez	Doutor em Matemática (1997/Impa)
Magda Soares Xavier	Doutoranda em Matemática/UnB)
Marcelo Almeida de Souza	Doutor em Matemática (2001/UnB)
Maria Bethania dos Santos	Doutoranda na Espanha
Maria Saba Ferreira	Especialista
Marina Tuyako Mizukoshi	Doutoranda na Unicamp
Maurício Donizetti Pieterzack	Mestre em Matemática (1992/UnB)
Maurílio Márcio Melo	Doutor em Matemática (1998/Unicamp)
Miguel Antonio de Camargo	Mestre em Matemática (1994/UFG)
Orizon Pereira Ferreira	Pós-Doutor em Matemática (2003/USA)
Oswaldo Scarpa Magalhães Alves	Doutor em Matemática (2002/USP)
Ovídio Cândido de Oliveira Filho	Doutor em Matemática (1996/USP)
Paulo Henrique de Azevedo Rodrigues	Doutorando em Matemática na UNB
Rogério Queiróz Chaves	Doutorando em Matemática na Inglaterra
Romildo da Silva Pina	Doutor em Matemática (2001/UNB)
Ronaldo Alves Garcia	Pós-Doutorando/Espanha
Rosely Maria Barbosa Goes	Doutora em Matemática (2002/Coppe/RJ)

(continua)



Tabela 14 - Relação dos nomes dos professores do curso de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da UFG respectiva titulação

Shirlei Serconek	Pós-Doutora
Ticianne Proença Bueno	Doutoranda UNB
Valda Silva Brito Xavier	Mestre em Matemática (1987/UFG)
Walterson Pereira Ferreira	Pós-Doutor em Matemática (2002/UNB)
Zaira da Cunha Melo Varizo	Mestre em Educação (1990/FE/UFG)

Fonte: Registros da Secretaria do IME/UFG (2003).

Como na UCG, constata-se que houve época em que o curso de Matemática da UFG tinha baixa demanda, o que é explicado pelo professor Ailton José (entrevista em 12 mar. 2003) da seguinte maneira:

O curso de Matemática não tinha concorrência, era pouca gente que o procurava. Todo mundo que tinha alguma aptidão para ciências exatas ia para as engenharias porque Engenharia é que dava *status* e também dinheiro. Depois, com o passar do tempo, observa-se que o engenheiro acabou aquele prestígio e também o mercado de trabalho diminuiu. Por causa desses fatos, atualmente está aumentando a concorrência porque pelo menos se sabe que se fez o curso de Matemática tem emprego garantido.

Essa opinião é confirmada pelo professor Juarez Milano (entrevista em 5 jan. 2003):

Durante um bom tempo os cursos de Matemática e Física eram solicitados por poucas pessoas, porque naquela época o sujeito era engenheiro ou médico ou advogado. Os que vinham para área de exatas queriam todos serem engenheiros, estavam no direito deles, então havia poucos alunos e esses poucos foram se formando. Nós ficávamos procurando alunos bons e o primeiro que nós *roubamos* do curso de Engenharia foi o professor Genésio Lima dos Reis.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, por determinação da Lei nº 5.540/68 (Lei da reforma universitária), como lembra o professor Ailton José em entrevista (12 mar. 2003), o acesso à UFG era feito por área, ou seja, o aluno que pretendesse fazer o curso de Matemática prestava exame vestibular para a área de exatas, e depois de dois anos de disciplinas comuns, fazia a opção pelo curso. Nessa época, o regime

era anual. Tais informações são corroboradas pela voz do professor Juarez Milano (entrevista em 5 jan. 2003):

Foi até interessante porque o vestibular colocava direto cem alunos sem saber para onde vai. Depois de dois anos ele fazia o básico e decidia se ia para Engenharia, Física ou Matemática. Foi um grande erro porque depois de dois anos a maioria queria ir para o curso de Engenharia. Aí então nos mudamos o sistema, o aluno fazia opção antes de prestar o vestibular.

A busca pela qualidade merece destaque também nos exames vestibulares da UFG, como o de 1968 para Matemática, que aprovou apenas um aluno, o professor Helio Corrêa, como ele registrou em sua entrevista. A UFG teve que realizar outro vestibular para o preenchimento das vagas, o que ocorreu outras vezes como em 1969 quando foram aprovados para Matemática apenas sete candidatos, ficando 13 vagas para o segundo exame. Já havia acontecido fato semelhante no primeiro exame vestibular do instituto, conforme professor Juarez Milano, que teve que estabelecer uma proporcionalidade para alcançar o número de aprovados, a fim de preencher as vagas existentes.

A reforma universitária de 1968, segundo o professor Juarez Milano, “encontrou tudo pronto no IME”, ou seja, o desmembramento do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ( FFCL) para o instituto, professores trabalhando em equipe com dedicação exclusiva, o que constituiu foram um marco de pioneirismo no interior da UFG.

### 3.5 O crescimento da Licenciatura no curso de Matemática da UFG

O curso de Matemática do IME da UFG forma licenciados e bacharéis desde a sua criação. Na voz da maioria dos entrevistados, atualmente, há um equilíbrio quanto ao número de alunos que optam por licenciatura ou pelo bacharelado, mas, no início do curso, a licenciatura quase inexistia, conforme a voz da professora Shirlei Serconec (entrevista em 27 nov. 2002):

Eu acho que o IME atua em ambas as frentes porque com o estabelecimento do regime anual, se você for olhar a produção do curso de licenciatura aumentou muito e como nós temos mestrado, a existência dele puxou naturalmente a qualidade do bacharelado que é um curso que não deixa nada a desejar a nenhum outro curso. Nossos alunos são capazes de fazer doutorado em qualquer escola no Brasil e até mesmo fora dele.

Quando se iniciou o curso de Matemática (1963), segundo o professor Ailton José (entrevista em 12 dez. 2003), o aluno não distinguia as duas modalidades licenciatura e bacharelado. Ele cursava as disciplinas e, quando se formava, havia concluído tanto a licenciatura quanto o bacharelado. Já na época da professora Gisele de Araújo, a licenciatura estava tão em baixa que os alunos nem sabiam da sua existência. É bom destacar que a crise das licenciaturas ocorreu também em todos os cursos da UFG, assim como na UCG, exatamente no mesmo período. Atualmente, quando começa o terceiro ano, o aluno tem que fazer opção pelo bacharelado ou pela licenciatura. Na voz da professora Gisele de Araújo (entrevista em 11 abr. 2003), o reconhecimento da licenciatura ocorreu assim:

No início da década de 80, os professores Mauro Urbano e Ana Amélia estavam preocupados com a licenciatura em Matemática. O Mauro começou a participar de um grupo do qual não me lembro do nome. Esse grupo começou a mudar a cara das licenciaturas dentro da Universidade. Eles tiraram o Colégio de Aplicação de dentro da Faculdade de Educação e colocaram junto da Reitoria. Criaram o Fórum das Licenciaturas. O Fórum deve ter começado a funcionar nos anos 90, 91, mas antes disso já tinha esse grupo que fez essas mudanças inclusive a professora Zaira veio para o departamento, criou o Laboratório de Educação Matemática. O nosso currículo mudou em 1984, quando nós passamos para o regime seriado anual. Todos esses fatores contribuíram para o fortalecimento da licenciatura(...). Na terça-feira próxima passada tivemos colação de grau de 51 alunos do curso de Matemática sendo 38 da licenciatura e 13 do bacharelado.

É importante ressaltar que, na década de 1970 a UFG e todos os setores educacionais e a sociedade brasileira entravam na luta pela valorização e preparação dos educadores, desencadeando, em 1980, a formação do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, com sede em Goiânia. Nesse mesmo ano, foi realizado na UFG o *I Seminário sobre as Licenciaturas*, que propunha a reformulação das licenciaturas na UFG. Como

fruto do seminário, começou intensa discussão no meio acadêmico e estudantil que teve como primeira consequência a mudança do regime de créditos semestral para o sistema de séries anuais, o que se deu em 1984.

O crescimento do número de alunos que optavam pela licenciatura em Matemática, segundo a professora Gisele de Araújo (entrevista em 11 abr. 2003), deu-se graças aos fatores já expostos e ao trabalho desenvolvido pelos professores, com objetivo de valorizar e acompanhar os alunos desde o seu ingresso no curso, pois, na sua época de aluna, as turmas do curso de Matemática faziam suas disciplinas juntamente com os alunos de Engenharia, Química, Física e Computação. Segundo ela, “os alunos de Matemática ficavam escondidos no meio dos de outros cursos e somente no terceiro e quarto anos eles começavam a ter a sua identidade” (entrevista em 11 de abr. 2003).

Porém, com a criação do sistema seriado, em 1984, as turmas separaram-se e, com isso, os alunos do curso de Matemática mostravam o seu perfil desde o início do curso, permitindo, assim, um acompanhamento de perto pelos professores.

Mesmo assim, os números continuaram registrando o baixo índice de concluintes do curso de Matemática, também presente na UFG conforme dados da tabela 15.

Tabela 15 - Desempenho do curso de graduação em Matemática da Universidade Federal de Goiás (2003)

VESTIBULAR			CONCLUINTES			
Anos	Vagas	Aprovados	Matriculados	Anos	Bacharelado	Licenciatura
1988	50	28	23	1991	4	11
1989	50	39	35	1992	-	7
1990	50	35	33	1993	5	1
1991	60	60	60	1994	5	26
1992	60	60	52	1995	6	22
1993	60	60	61	1996	10	17
1994	60	60	60	1997	12	34

1995	60	60	60	1998	9	36
1996	60	60	60	1999	9	26
1997	60	60	64	2000	2	56
1998	60	64	64	2001	8	45
1999	60	60	60	2002	10	40

Fonte: UFG Departamento de Assuntos Acadêmicos DAA, 2003.

As datas da tabela 15 foram escolhidas levando em conta que, em tese o aluno que começa o curso em 1988 deve terminá-lo em 1991 e assim por diante.

Outro dado que confirma as afirmações já mencionadas, é o expressivo número de evasão presente, também, no curso de Matemática da UFG.

Em 1989, a UFG realizou o *II Seminário de Licenciatura* que continuou com o mesmo ideal do primeiro: rediscutir o projeto de formação de educadores. Foi criado um grupo de trabalho, em 1990, para estudar e propor mudanças para os cursos de Licenciatura, e uma das propostas apresentadas era a de criar o *Fórum das Licenciaturas da UFG*.

O fórum era formado pelos coordenadores dos cursos de Licenciatura da UFG, pelo diretor do Colégio de Aplicação e pelo chefe do Departamento de Fundamentos e Prática de Ensino da Faculdade de Educação, conforme relatos de Santos (1999, p. 35).

Santos (1999) aponta que, segundo Föereste (1995), o *Fórum das Licenciaturas* passou por três momentos: o da empolgação, em que todos os cursos de licenciatura participavam das discussões; o de desânimo, quando as disciplinas referentes às didáticas e práticas de ensino tinham saído da Faculdade de Educação e estavam nos institutos, e o terceiro, de descaso pelas discussões das licenciaturas.

Segundo Santos (1999, p. 37), o curso de Matemática promoveu uma reformulação curricular iniciada em 1993, proposta pelo *Fórum das Licenciaturas*. Nessa reforma, foi

criada a disciplina Metodologia e Conteúdo do Ensino de Matemática, e a disciplina Prática de Ensino de Matemática foi integrada ao Departamento de Matemática da UFG que, na voz de alguns entrevistados, foi um marco expressivo para o fortalecimento da licenciatura no curso de Matemática.

O curso de Matemática da UFG, como em todo Brasil, começa com muitos alunos e termina com poucos, como registra a professora Gisele de Araújo (entrevista em 11 abr. 2003). A sua turma começou, em 1975, com mais ou menos quarenta alunos, e, em 1978, formaram-se apenas dois, ela e o professor Walterson Pereira. Nessa época, o exame vestibular era realizado para cada curso, e os aprovados divididos em duas turmas: uma que se iniciava no primeiro semestre, e a outra, no segundo semestre.

Essa informação é corroborada pelos estudos feitos por um grupo de pesquisadores da UFG, de que resultou no livro *Formação e profissionalização docente*, organizado por Walderês Nunes Loureiro (1999), professora da Faculdade de Educação da UFG.

A tabela 16 mostra o número de egressos dos cursos de licenciatura em Matemática, da UFG.

Tabela 16 - Egressos dos cursos de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Goiás (1987-1996)<sup>21</sup>

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Matemática	14 4%	10 5%	07 3%	03 1,5%	11 4,9%	14 6,1%	10 4,3%	27 7,6%	34 8,2%	22 4,9%	152

Fonte: Loureiro *et al.* (1999, p. 24).

<sup>21</sup> Apresentam-se os dados relativos apenas ao curso de licenciatura em Matemática, embora a pesquisa registre os egressos de todos os cursos de licenciatura da UFG. Embora a origem dos dados das tabelas 15 e 16 seja a mesma (DAA/UFG), constatam-se divergências por terem sido fornecidos em épocas diferentes.

A pesquisa (LOUREIRO, 1999, p. 24) registra alguns dados que são relevantes para o entendimento e confirmação de algumas afirmações sobre o curso de Matemática da UFG. Grande parte dos seus alunos são oriundos de escola pública. O índice de reprovação em alguma disciplina, durante o curso em estudo, apresentou alta porcentagem. A dificuldade de conciliar estudo e trabalho foi um fator prejudicial aos seus estudos.

Vários entrevistados assinalaram que curso de Matemática tem vários de seus ex-alunos atuando em áreas totalmente diversificadas, como na política, em órgãos públicos, na informática, ou tendo realizado outros cursos, depois como Engenharia, Economia, etc.

Em entrevista, vários professores informaram que o número de formandos de Matemática e Física é insignificante, comparando-o com os de Engenharia, além do que o instituto oferece maior número de disciplinas para outros cursos do que para o próprio curso de Matemática.

Segundo informações da professora Gisele de Araújo (entrevista em 11 abr. 2003), está em estudo, para ter início em 2004, uma reforma curricular para os cursos da UFG. Os cursos poderão optar por disciplinas semestrais ou anuais. Ela acredita que o curso de Matemática deverá tornar-se misto, tendo disciplinas semestrais e outras anuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve a propósito de construir a história dos cursos de Matemática da UCG e da UFG. Esta história está ligada à história da sociedade, por isso procura-se contextualizá-la estudando a gênese da universidade no mundo, no Brasil, em Goiás e a criação dos cursos de Matemática em momentos que exerceram influência sobre o objeto de pesquisa.

O objetivo almejado foi atingido, não da maneira idealizada, em razão da escassez de documentos, porém, as entrevistas puderam suprir a lacuna documental e deram consistência ao objeto.

No transcorrer do trabalho, por meio das entrevistas, ficaram bem nítidas as diferenças dos dois cursos em estudo. O curso de Matemática da UCG foi idealizado e criado para suprir a necessidade de professores graduados em Matemática, ao passo que o da UFG nasce inspirado no ITA, para tornar-se um grande centro de ensino e pesquisa. .

O diálogo com as fontes permitiu constatar que os dois cursos em estudo passaram por várias reformas curriculares, mais presentes na UCG, ao passo que, na UFG, as reformas curriculares não foram tão acentuadas, porém, os embates políticos, muito marcantes.

O estudo permitiu também a conclusão de que existem pontos comuns aos dois cursos estudados. Tanto o curso de Matemática da UCG quanto o da UFG tiveram baixa procura nas décadas iniciais; ambos têm um índice de evasão alto; os dois cursos, em alguns momentos, supervalorizam o atendimento a outros cursos em detrimento dos seus próprios alunos; a preocupação com a valorização da licenciatura é registrada nos dois cursos; a titulação dos professores é visível, tendo se iniciado primeiro na UFG, a maioria dos alunos dos dois cursos estudou em escola pública; é comum nos dois cursos a dificuldade em conciliar estudo e trabalho. Enfim conclui-se que, iguais ou diferentes em



alguns aspectos os dois cursos, em quatro décadas de funcionamento, muito colaboraram e colaboram com o ensino e com a pesquisa da Matemática.

Quanto à discussão inicial, que estabeleceu um paralelo entre a Matemática na UFG e na UCG, percebe-se que a idéia de instituto de pesquisa já nasceu na UFG junto com o curso de Matemática, ao passo que, na UCG, a Matemática nasceu e continuou, até a reforma universitária de 1968, no interior da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, com a missão de formar professores. Não foi possível perceber, por meio das fontes, se havia uma discussão sobre a necessidade de pesquisa em um instituto ou fora dele. Constata-se que o instituto de pesquisa na UCG nasceu no Centro de Ciências Humanas, germinado no Gabinete de Arqueologia e, depois, se tornou o Instituto Goiano de Paleontologia e Arqueologia (IGPA).

O Instituto de Física e Matemática da UFG, como era chamado inicialmente, tinha como missão formar bacharéis, professores de Física e Matemática e Física, pesquisadores nessas duas áreas por meio de cursos de *especialização e pós-graduação*, apesar do que havia um liame muito forte que ligava o instituto à Faculdade de Engenharia, em primeiro plano, e, em segundo, às Faculdades de Agronomia e Veterinária. Tais constatações confirmam a tese de que, apesar de o instituto estar voltado, também, para a formação de professores, na verdade, acontece uma supervalorização das engenharias, ou seja, o que fortaleceu e ainda fortalece o instituto é o atendimento às engenharias mediante a ministração de disciplinas básicas, tanto antes quanto depois da reforma universitária, quando o ciclo básico foi institucionalizado. A concepção de que a Matemática é base para as engenharias está presente tanto na UCG quanto na UFG, como se pôde constatar. Essa situação não difere nos outros cursos do Brasil, o que talvez seja uma explicação para os cursos de Matemática terem sido instalados, por longos anos, nas faculdades de Engenharia.

Como viés para compreender a constituição dos cursos em estudo, buscou-se, também, de maneira ainda que resumida, levantar a criação dos primeiros cursos de

Matemática no Brasil, e detectou-se que eles foram tardios, como a criação da própria universidade. Procurou-se tecer alguns comentários sobre a história da Matemática.

Quanto à Matemática em Goiás, pôde-se detectar que o interesse por seu estudo não teve presença marcante quando se comparar com o número de jovens que procuravam estudos em outros centros mais adiantados do Brasil. Não havia opção pelos cursos de Matemática a não ser para aqueles jovens que foram para Portugal de 1772 a 1872 e que pouca contribuição trouxeram para o estado, pois apenas um graduado retornou e não tinha vocação para o magistério, optou por cargos públicos durante vários anos.

Este trabalho não está acabado, pois deve-se continuar a busca por elementos novos que poderão aparecer no decorrer dos tempos, com o objetivo de completar a história proposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Miriam Fábila. *Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás 1898-1960*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1996.

ARAÚJO, Délio Moreira de. *Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás*. Revista Estudos. Goiânia, n. especial, nov. 1985.

**BALDINO, José Maria. *Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.**

**BOYER, Carl B. *História da Matemática*. Tradução de Elza F. Gomide. 2.ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 2002.**

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 30/74*. Cria o curso de Licenciatura plena em Ciências. (Brasília, 1974)

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 65.785*, 4 de julho de 1969. Reconhece o curso de Matemática da Universidade Católica de Goiás. (Brasília, 1969)

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia, Cegraf/UFG, 1991.

BRZEZINSKI, Iria (org). *Formação de professores um desafio*. Goiânia: Ed. da UCG, 1997.

CASTRO, F. M. *A Matemática no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

CÂMARA, Maria L. Botelho. *Interdisciplinaridade e formação de professores na UCG: Uma experiência em construção*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília.

CORDEIRO, Darcy. *Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica*. 2 ed. Goiânia, Ed. Da UCG, 1999.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação.in: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986

\_\_\_\_\_. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

**DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. UFG, 2001.**

**FÁVERO, M. L. A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.**

FÖERST, Erineu. *Universidade e formação de professores: um estudo sobre o Fórum de Licenciaturas da Universidade Federal de Goiás – 1993 a 1994*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação)— Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

GARCIA, Maria Manuela Alves. *A Didática no ensino superior*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

HALBWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1995

LIMA, Tereza C. P. de Lima. *O curso de Administração da Universidade Católica de Goiás: criação e consolidação*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *Formação e profissionalização docente*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli D.A. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.p.u., 1986.

MACEDO, M. B. e VAZ, R. S.. *Projeto histórico da FFCL da UCG*. Goiânia, 2001. Não publicado.

MARTINS, Carlos B. *O novo ensino superior no Brasil: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Zildete de O. *História do ensino superior privado em Goiás: a trajetória da Universidade Católica de Goiás (1954 - 1984)*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Católica de Goiás/Universidade Estadual Paulista, Marília, S. P.

MEIHY, J. C. S. Bom. *Manual de história oral*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MIORIM, A. Maria. *Introdução à História da Educação Matemática*. São Paulo: Atual, 1998.

**NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica 1930-1945: Estado, sociedade, e educação em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.**

**OLIVEIRA, M. B. M. F. *Mito e sobrevivência no garimpo: a cidade de Baliza Goiás 1922-1960*, 1997. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.**

**RIBEIRO, M. L. S. *Historia da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 1986.**

**ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1985.**

**ROSSATO, Ricardo. *Universidade: nove séculos de História. Passo Fundo,RS: Ediupf. 1998.***

SANTOS, Fernando Pereira dos. *Formação de Professores: um estudo da Licenciatura de Matemática da UFG. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.*

**SEVERINO, Joaquim Antonio. *Metodologia do trabalho científico. 21, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.***

**SILVA, Circe M. S. *A primeira Faculdade de Matemática.: Perspicillum. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 85-106, nov. 1994.***

**SILVA, Clóvis Pereira. *A Matemática no Brasil: uma história de seu desenvolvimento. Curitiba: Editora UFPR, 1992.***

**SOUZA, João Oliveira. *Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás : embate entre o Público e o Privado-1940-1960. 1999. Dissertação (Mestrado, em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.***

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.*

UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG) *Anuário - 1960. Goiânia: Suid.ep 1960, (Coleção Memória)*



\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Anuário-1961*. Goiânia: S.u.i.d.e.p. ( Coleção Memória)

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Anuário- 1966*. Goiânia. S.u.i.d.e.p. (Coleção Memória)

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Anuário -972*. Goiânia. S.u.i.d.e.p. (Coleção Memória)

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Anuário - 1976*. Goiânia. S.u.i.d.e.p, (Coleção Memória)

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Catálogo Geral -1974*. Goiânia: (Coleção Memória).  
Mimeografado.

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Registros sobre a FFCL DA UCG*. Goiânia, 2003.

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE CATÓLICA de GOIÁS, (UCG)  
*Processo n° 004/87/VA*, Goiânia, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL de GOIÁS (UFG). Egrégio Conselho Universitário. Ata da reunião do dia 25 de setembro de 1962. Goiânia, 1962.

\_\_\_\_\_. *Anais da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia, 1978, t. 1.

\_\_\_\_\_. *Ata da reunião realizada no dia 22 de novembro de 1963*. Goiânia, 1963

\_\_\_\_\_. *Ata da reunião realizada no dia 23 de outubro de 1963*. Goiânia, 1963

\_\_\_\_\_. *Ata da reunião realizada no dia 25 de setembro de 1962*. Goiânia, 1962

\_\_\_\_\_. *Ata da reunião realizada no dia 30 de janeiro de 1963*. Goiânia, 1963.

\_\_\_\_\_. *Informativo UFG*. Goiânia, jun. 1967.

\_\_\_\_\_. *Informativo UFG*. Goiânia, ago. 1967.

\_\_\_\_\_. *Informativo UFG*. Goiânia out. 1967.

\_\_\_\_\_. *Informativo UFG*. Goiânia nov. 1968.

\_\_\_\_\_. *Informativo UFG*. Goiânia dez. 1968.

\_\_\_\_\_. *Informativo UFG*. Goiânia jan. 1969.

VAZ, Eber. *Aspectos histórico - econômicos de Goiás (1930-1960)*. Revista Estudos, Goiânia v. 16 , n. 2, p.103-174 abr./jun.1989.

## **ANEXOS**

## LISTA DE ENTREVISTADOS

Ailton José Freire – nasceu em 5 de maio de 1942 em Taguatinga - TO. Bacharel e Licenciado pela UFG. Mestre em Matemática pela UFG. Entrevista realizada em 12 mar. 2003.

Armando Vieira de Souza – nasceu em 14 de abril de 1942 em Cumari-GO. Licenciado em Matemática pela UCG. Entrevista realizada em 30 ago. 2002.

Augusto César – nasceu em 1938 na cidade de Itaberaí - GO. Licenciado em Física e Matemática pela UCG e bacharel em Engenharia pela UFG. Entrevistado em 10 nov. 2002.

Gabriel Roriz – nasceu em 23 de maio de 1922 em São João Del Rei - MG. Engenheiro pela Faculdade de Juiz de Fora - MG. Entrevistado em 22 jan. 2003.

Genésio Lima Reis – nasceu em 8 de maio de 1940 em Floriano - Piauí. Licenciado em Matemática pela UFG. Fez mestrado e doutorado no Rio de Janeiro e pós - doutorado na Califórnia – EUA. Entrevista realizada em 13 dez. 2002.

Gisele de Araújo Prateado Gusmão - nasceu em 1 de julho de 1957 em Araguari - MG. Bacharel e mestre em Matemática pela UFG. Entrevista realizada em 11 abr. 2003.

Hélio Corrêa da Silva – nasceu em 23 de agosto de 1945 em Caturai – Go. Bacharel em Matemática pela UFG e mestre em Matemática pela UnB. Entrevista realizada em 9 out. 2002.

Jeovanine Fernandes Vieira - nasceu em 6 de abril de 1941 em Natividade - TO. Licenciado em Física pela UCG e bacharel em Engenharia Elétrica pela UFG. Entrevista realizada em 1 abr. 2003.

José Afonso Rodrigues Alves – nasceu em 10 de dezembro de 1940 em Dianópolis - TO. Licenciado em Matemática e bacharel em Ciências Econômicas pela UCG. Entrevista realizada em novembro 2001.

José Miguel Pereira de Sousa – nasceu em 15 de março de 1922 em João Pessoa - PB. Bacharel em Física e em Química, Licenciado em Física pela Universidade do Rio de Janeiro, bacharel em Direito e Economia pela UCG. Entrevista realizada em 9 ago. 2002.

Juan Bernadino Marques Barrio – nasceu em 26 de fevereiro de 1955 em Goiânia - GO. Licenciado em Ciências Físicas na Espanha, mestre em Física Teórica e doutor em Didática das Ciências na Espanha. Entrevista realizada em 8 abr. 2003.

Juarez Milano – nasceu em 1 de dezembro de 1930 em São Paulo - SP. Bacharel e Licenciado em Matemática pela PUC – SP. Entrevista realizada em 5 jan. 2003.

Kasue Yamaguchi – nasceu em 26 de outubro de 1943 em São Paulo – SP. Licenciada em matemática pela UCG, mestre em Matemática pela mesma - Entrevista realizada em 9 de agosto de 2002.

Luiz de Gonzaga Vieira – nasceu em 31 de julho de 1947 em Araguari - MG. Licenciado em Matemática pela UCG. Entrevista realizada em 2 de abril de 2003.

Orlando de Castro – nasceu em 1 de outubro de 1928 em Buriti Alegre – GO. Bacharel em Engenharia Civil pela UFG. Entrevista realizada em 18 outubro 2002.

Osnir de Souza nasceu em 5 de julho de 1938 em Pilar de Goiás - GO. Bacharel em Direito pela UFG. Entrevista realizada em 19 março 2003.

Pedro César Rocha Coimbra – nasceu em 26 de julho de 1949 em Correntina - BA. Licenciado em Matemática pela UCG e mestre em Matemática pela UFPE. Entrevista realizada em 26 mar. 2003.

Shirlei Serconeck – nasceu em 21 de setembro de 1947 em São Paulo – SP. Fez Licenciatura em Matemática na Faculdade de Presidente Prudente - SP. Fez mestrado e doutorado em Matemática na UnB. Entrevista realizada em 27 nov. 2002.

Terezinha Carvalho Cortês – nasceu em 4 de outubro de 1943 em Mineiros - GO. Licenciada em Matemática pela UCG. Entrevista realizada em 4 set. 2002.

Zaira da Cunha Melo Varizo – nasceu em 13 de novembro de 1938 em São João Del Rei - MG. Bacharel e Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Educação pela UFG. Entrevista realizada em 7 nov. 2002.